

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

ÉTICA SOLIDÁRIA:

**UM ESTUDO DA AÇÃO RELIGIOSA E ÉTICA DA LIGA DAS SENHORAS
CATÓLICAS DE SÃO PAULO, NOS PRINCÍPIOS DE EMMANUEL LEVINAS**

MARIA ANGELICA SANTANA

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA ANGELICA SANTANA

**ÉTICA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DA AÇÃO RELIGIOSA E ÉTICA DA LIGA DAS
SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO, NOS PRINCÍPIOS DE
EMMANUEL LEVINAS**

Dissertação apresentada em cumprimento ao requisito parcial à obtenção de grau de Mestre, ao Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Silas Guerriero.

São Paulo

2007

Prof. Dr. Silas Guerriero (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Luiz Felipe Pondé
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Gilberto da Silva Gorgulho
Escola Dominicana de Teologia São Paulo

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, companheiro e amigo pelo grande exemplo de vida,
Pelo carinho, incentivo e apoio nos momentos mais difíceis desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder vida, saúde, amigos, pessoas de bem, que me auxiliaram nesta longa estrada.

Ao prof^o Eduardo Cruz coordenador do programa de Ciências da Religião, ajudou-me num momento difícil, também a Andréia sempre atenciosa com palavras de incentivo.

Ao prof^o Dr. Silas Guerriero pela acolhida, paciência, amizade e uma sábia orientação para a realização deste trabalho.

Aos prof^{os} Dr. Frei Gilberto Gorgulho e Dr. Luiz Felipe Pondé pela aceitação em participar desta banca.

A amiga Jacqueline Sakamoto, que muito colaborou incentivando, apoiando, ouvindo reclamações e lamentações e acima de tudo pela presença constante nesta árdua jornada.

A presidente da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, Maria Luiza d'Orey Espírito Santo, pela permissão desta pesquisa e da entrada nas dependências desta instituição.

Agradeço a Alessandra Batista a quem prestativamente atendia-me na instituição da Liga, pela paciência e dedicação no atendimento de minhas solicitações, sem ela não seria possível à realização deste trabalho.

E a todas as pessoas que acreditaram e as que não acreditaram no término deste trabalho, pois, de uma forma ou de outra serviram de estímulo para a realização deste.

Sem o cuidado que resgata a dignidade ao homem condenado à exclusão, não se inaugurará um novo paradigma de convivência.

Boff

As Almas simples deixam-se guiar por suas paixões e, assim tornam sua felicidade ou infelicidade dependentes dos acontecimentos agradáveis ou tristes. As almas elevadas, ao contrario, podem dominar suas paixões, e isso faz com que elas gozem da alegria completa nesta vida.

Decartes

ABREVIATURAS

Livros Emmanuel Levinas

AE - Autramente qu'être ou au-delà de l'essence. Paris Kliwer Academic, 2001.

TO - El Tiempo y el Outro. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 1993.

EI - Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo. Lisboa: Edições 70, 1998.

EN - Entre Nós: Ensaio sobre alteridade. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

DVI – De Deus que Vem à idéia. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HOH – Humanismo do outro Homem. Petrópolis: Vozes, 1993.

QLT – Quatro Leituras talmúdicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

TI – Totalidade e Infinito. Lisboa: Edições 70, 1980.

Outras

LSCSP – Liga das Senhoras Católicas de São Paulo

OSEM – Orientação Sócio Econômico ao Menor

EDD – Educandário Dom Duarte

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CVSP – Centro Voluntários de São Paulo

RESUMO

Neste trabalho abordamos a face como ícone da ética solidária e da responsabilidade sobre o outro, de acordo com a teoria de Emmanuel Levinas. Diante da face do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à idéia o Infinito.

Filosoficamente, Levinas percebe que o pensamento ocidental, a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. D

SUMMARY

In this work we aboard the face as icon of the solidary ethics and the responsibility on the other, in accordance with the theory of Emmanuel Levinas. Ahead of the face of the Other, the people discover him responsible and the Infinite it comes to the idea.

Philosophically, Levinas perceives that the occidental thought, beginning from the Greek philosophy, developed as domination speech. Of Descartes, Levinas keeps the discovery of the idea of the infinite, taking as Metaphysical orientation for its ethics. Levinas conserves in his philosophy influences of the Husserlian phenomenological method and the Heideggerian analytical existential, however distanced of both essentially. It will be, therefore, of great importance, to discover the ethics in practices of the good.

The choice of the Levinasian philosophy in this work considers the contribution that Levinas can us offer in the creation of an ethical language, a simple speech. The construction of ethics based on the alterity breaches the identity of I, but it is clearly, in the direction to see the other as reference for the ethical construction, this does not mean negation of the identity of I.

This work inquired the voluntary work, the Levinasian's ethic as a principle of the event of the good and the religious practice of LSCSP through the field study. A LSCSP that in the Christian tradition of the religion, has a solidary life on behalf of the fraternity, idea established for the catholic ladies under the perspective of a society more joust.

Levinas does not explain the human fraternity being for the similarity, but for the irrepetível unicity of the other, an equality that breaks the difference, that knows to receive the message from the face of the other.

Only from the face, that LSCSP sees the possibility to fulfill the law "to love God and the next", as well as for Levinas, the revelation it gives for the face of the next. Justice is born, thus, of the mercy, of the responsibility for the other, recognition of the unicity of LSCSP and the other. The force and originality of the philosophy of Levinas consist of the conjuncture that joins and opens, in the face of Other, where it joins the recognition of God with the recognition of the humanity of the Other.

Keyword: Solidarity, Volunteer, Ethics, Responsibility

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1. <u>CAPÍTULO I</u>	25
<u>LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO</u>	25
1.1 <u>INTRODUÇÃO</u>	25
1.2 <u>FORMAÇÃO DA LIGA DAS SENHORAS DE AO PAULO</u>	25
1.3 <u>LIGANDO NECESSIDADES E SOLUÇÕES</u>	31
1.4 <u>AS MUDANÇAS</u>	34
1.5 <u>PROPAGANDA, CAMPANHAS E EVENTOS</u>	35
1.6 <u>SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR</u>	40
1.7 <u>A LSCSP DE 1990 ATÉ HOJE</u>	43
1.8 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</u>	46
2. <u>CAPÍTULO II</u>	50
<u>ÉTICA SOLIDÁRIA: A FACE COMO RESPONSÁVEL PELO OUTRO NO PRISMA DE EMMANUEL LEVINAS</u>	50
2.1 <u>INTRODUÇÃO</u>	50
2.2 <u>ABORDAGENS SOBRE A ÉTICA</u>	54
2.3 <u>ÉTICA RESPONSÁVEL PELO OUTRO</u>	59
2.4 <u>ÉTICA DA ALTERIDADE</u>	61
2.5 <u>IDÉIA DO INFINITO NA BUSCA DA ÉTICA RESPONSÁVEL</u>	63
2.6 <u>A FACE COMO ÉTICA RESPONSÁVEL</u>	67
2.7 <u>RESPONSABILIDADE COMO PLURALIDADE</u>	69
2.8 <u>A SUBJETIVIDADE E A SUBSTITUIÇÃO SEGUNDO LEVINAS</u>	73
2.8.1 <u>SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM</u>	78
2.9 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</u>	85
3. <u>CAPÍTULO III</u>	88
<u>O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A PRÁTICA RELIGIOSA DA LSCSP</u>	88

<u>3.1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	88
<u>3.2</u>	<u>SOLIDARIEDADE</u>	92
<u>3.3</u>	<u>OS DIVERSOS NOMES DA SOLIDARIEDADE</u>	92
<u>3.4</u>	<u>CONDIÇÕES DE VALIDADE DO GESTO SOLIDÁRIO</u>	94
<u>3.5</u>	<u>A RECONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE</u>	95
<u>3.6</u>	<u>A QUESTÃO DO SUJEITO</u>	96
<u>3.7</u>	<u>VOLUNTARIADO</u>	101
<u>3.8</u>	<u>MOTIVAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO</u>	110
<u>3.9</u>	<u>BENEFÍCIOS DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO</u>	111
<u>3.10</u>	<u>VOLUNTARIADO, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E VALORES HUMANOS</u> ...	112
<u>3.11</u>	<u>UMA BREVE ANÁLISE DOS IMPACTOS DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DA LSCSP</u> 117	
<u>3.12</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</u>	119
	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	121
	<u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</u>	126
	<u>ANEXOS</u>	130

INTRODUÇÃO

Como Pedagoga formada pela Universidade Ibirapuera São Paulo em 1996, venho, desde então, buscando um aprimoramento dos meus conhecimentos. Sou professora Universitária do Curso de Pedagogia nas disciplinas de Novas Tecnologias em Educação, Filosofia e Filosofia da Educação na Faculdade Nogueira da Gama, Guaratinguetá, SP. Também autora e Coordenadora do projeto piloto “Sensibilização Tecnológica do Professor de Rede Pública ao uso do Computador como Ferramenta Pedagógica” junto com a Prefeitura e Secretaria de Educação da Cidade de Lorena com parceria da Universidade Salesiana (UNISAL) - SP. 2002-2003, e ainda, Coordenadora do Projeto de Iniciação à Informática na Secretária de Educação Municipal de Lorena para os seus colaboradores. Participo atualmente do projeto “O Pequeno Cidadão” com finalidade em desenvolver a cidadania nas crianças e adolescentes assistidas pela Faculdade Nogueira da Gama. Consciente em sensibilizar o papel sócio educativo, a faculdade disponibiliza seu laboratório de informática onde faço parte da equipe técnica para o desenvolvimento deste projeto.

O primeiro motivo da escolha deste tema, é que sou voluntária já há alguns anos. Com esta perspectiva de responsabilidade social, empenho-me em dedicar ao estudo das relações humanas, sua formação e atitudes solidárias.

O segundo motivo foi o conhecimento das obras de Emmanuel Levinas na disciplina Introdução à Pesquisa em Ciências da Religião I do curso de mestrado e percebi que seu princípio ético filosófico, é compreendido como responsabilidade, aliado a uma grande preocupação com o *ser*, ou como Levinas diria com o *outro*. Isso reforçou a minha motivação pelo tema. Portanto, o tema desenvolvido nesta dissertação é o da Ética Solidária num estudo da ação religiosa, ética e política da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, à luz dos princípios de Emmanuel Levinas.

A presente dissertação teve como objetivo discutir a ética solidária a partir do ícone da *face* do filósofo Emmanuel Levinas em uma organização não governamental. A instituição pesquisada é a Liga das Senhoras Católicas que está voltada ao atendimento de crianças, jovens e idosos pobres no Estado de São Paulo. Este trabalho foi realizado a partir da análise de materiais publicados na imprensa, relatórios da instituição desde sua fundação e de consulta a literatura especializada.

Considerando a assistência ou filantropia, como categoria de construção da realidade social, tornou-se hoje objeto de concorrência e de lutas sociais, o que nos permite duvidar que seu modelo e significado obedeçam a uma única interpretação, e, enquanto organizações da sociedade civil, ao aproximarem linguagens (política, moral e religiosa).

Tratando da exclusão social, também a partir de um sistema fundado em “gestos éticos” de solidariedade, vêm trazendo suas ações para a cena pública com implicações importantes para a cultura política brasileira.

Esclarecemos que este trabalho, mesmo sem ter a intenção de ser um levantamento exaustivo que esgote as argumentações sobre o tema, torna-se relevante por oferecer alguns elementos que podem ajudar a melhor caracterizar os alcances e limites das organizações da sociedade civil na área específica de atendimento às crianças, jovens e adultos pobres.

Mundialmente tem-se observado o processar de grandes transformações de ordem econômica, política, cidadania social e cultural que, por sua vez, ambientam o aparecimento de novos modelos de relações entre família e escola, organizações e sociedade. Percebemos tendências de relacionamento ao verificarmos a aproximação dos interesses das organizações e os da sociedade, que resultam em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados. Nesta visão, Emmanuel Levinas¹ diz:

Outrem não é um caso particular, uma espécie da alteridade, mas a original exceção à ordem. Não é porque Outrem é novidade que “surge” uma relação de transcendência; mas é porque a responsabilidade por Outrem é transcendência que pode surgir algo de novo sob o sol.²

É nesta luz levinasiana que buscamos compreender a ética solidária, que permeia a ação religiosa, ética e política da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo.

Acreditamos que as questões sobre solidariedade e responsabilidade social são bastante atuais. Os países, com maior ou menor intensidade, possuem populações pobres, vivendo à margem da sociedade. Os governos com falta de recursos têm cada vez menos poder para solucionar estas questões. Ouvimos muitas vezes sobre as grandes ações sociais em movimentos no combate à fome, à miséria, sendo as crianças e os idosos os mais afetados

¹ Emmanuel Levinas, nascido aos 12 de janeiro de 1906 em Kovno, uma cidade da Lituânia. De origem judaica tem sua existência marcada pela literatura, graças a seu pai que possuía uma livraria, e desde cedo conseguiu conviver com leitura de grandes filósofos. Pouchkine, Gogol, Lermontov e Tolstói o envolveram, mas, sobretudo Dostoiévski, no qual apreciava uma inquietude ética e metafísica. Aprendeu a falar hebraico, estudou o Talmude e a Bíblia.

² Levinas, E. *De Deus que vem a Idéia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pp.31-32

pela desnutrição e muitos acabam morrendo no esquecimento. Experimentamos a sensação de culpa? De acordo com a prof^a. Marilena Chauí³ nessas ações sociais estamos exprimindo “*nosso senso moral*”. Ela diz:

Os sentimentos e as ações, nascido de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também estão referidos a algo mais profundo e subentendido: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes conosco mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros. Além disso, os sentimentos e as ações morais são aqueles que dependem apenas de nós mesmos, que nascem de nossa capacidade de avaliar e decidir por nós mesmos e não levados por outros ou obrigados por eles; em outras palavras, o senso e a consciência morais têm como pressuposto fundamental a idéia de liberdade do agente. [...] Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida com outros agentes morais. O senso e a consciência morais são por isso construtivo de nossa existência intersubjetiva, isto é, de nossa relações com outros sujeitos morais.⁴

Diante desta realidade, as instituições não governamentais assumiram um novo papel na sociedade. Daí a importância de se estudar a Liga das Senhoras Católicas. Ela juntamente com seus parceiros em projetos institucionais⁵, grandes colaboradores e investidores⁶, colaboradores pessoas jurídicas⁷ e pessoas físicas⁸ que colaboram além dos voluntários⁹, buscam formas concretas para a diminuição da pobreza e da desigualdade no mundo.

Este estudo mostra a convergência entre metas econômicas e sociais, que emergem nos modelos de organizações preocupadas com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades. A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo desenvolve um processo cultural que vai além do social: envolve Ética, Moral, Solidariedade, Responsabilidade e

³Marilena Chauí é professora de Filosofia na Universidade São Paulo e uma das mais prestigiadas intelectuais brasileiras. Recebeu o título de doutora *honoris causa* da Universidade de Paris. Autora de *A nervura do real*, entre outras obras relevantes.

⁴ Chauí, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2003, pp.306-397

⁵ Parceiros em projetos institucionais, Itaú Fundação Itaú Social, Bm&F, Instituto Camargo Correa, Lew, Lara, CBA Companhia Brasileira de Alumínio, JP Morgan Chase, Bank Boston, Prefeitura do Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Pátria Banco de Negócios, Teatro Millenio: a mãozinha que sempre ajuda, Microsoft, Instituto Votorantin, Bradesco, OdontoPrev, Bolsa De Valores Sociais Bovespa, Cia Brasileira de Liquidação e Custodia, Corretora Souza Barros CTS/A, entre outras totalizando dezoito (18) empresas.

⁶ Grandes colaboradores Arno S.A – Indústria e comércio, Associação Beneficente Gepeto, Construtora Novo Marco, Hospital das Clinicas da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo, entre outros totalizando 21 empresas. Investidores, Antonio Carlos Ascar, SLW Corretora de Valores e Cambio LTDA, Indusval S.A CTVM, Interffloat Hecetem LTDA, totalizando treze (13) investidores.

⁷ Pessoas jurídicas totalizam 48.

⁸ Pessoas físicas totalizam aproximadamente 350 pessoas.

⁹ Número aproximado de voluntários: 450 pessoas.

Religiosidade para com o próximo. É o que Levinas denomina: *Responsabilidade com o outro*.

Hoje, o tipo de relação que determina uma organização é a sua transparência, sendo necessária à comunicação, tornar públicas suas ações, ou seja, divulgar e dar ênfase à ética solidária, a responsabilidade social e às áreas de atuação da mesma.

A sociedade cada vez mais consciente e exigente coloca as organizações numa situação em que estas devem responder às necessidades, às aspirações e às solicitações de seus públicos, correndo risco, em contrapartida, de encarar todas as sanções possíveis de uma sociedade que conta, sobretudo, com várias opções de escolha. Paul Singer¹⁰ aponta

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organizações da produção, à base de uma lógica oposta àquela que reage o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.¹¹

A idéia das pessoas verem o governo como o maior responsável pela realização de programas sociais, encontra-se completamente ultrapassada. Conseqüentemente, as práticas de responsabilidade social já fazem parte da gestão empresarial de muitas empresas preocupadas com sua sobrevivência, principalmente, por estarem em busca de um mercado altamente globalizado e extremamente competitivo. Nelson Gomes Teixeira¹² preocupado com a ética no mundo das empresas, afirma que:

Muitos países possuem um ceticismo muito arraigado e medo de possíveis excessos de competição de um capitalismo desenfreado. O desempenho do setor empresarial [...] causará um grande impacto sobre o sucesso ou o fracasso das reformas políticas e econômicas nacionais. As atividades empresariais estarão sob estreita vigilância e serão equiparadas com a justiça e a eficácia das reformas. Se a classe empresarial responder à liberalização e desregulamentação através de práticas trabalhistas injustas, de condição inseguras de trabalho, da poluição do meio ambiente, e de fraudes ao

¹⁰ Paul Singer, nascido em Viena, vive no Brasil desde 8 anos de idade. Foi membro Fundador do Cebrap, secretário municipal de Planejamento de São Paulo e professor na atual Unesp. É professor titular da DEA-USP e desenvolve pesquisas na área de economia, problemas de trabalho, saúde e urbanização.

¹¹ Singer, P. *Globalização e desemprego diagnóstico e alternativa*. São Paulo: Editora Contexto, 2000, pp. 138-139.

¹² Nelson Gomes Teixeira é doutor em Economia e Administração pela USP. Foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e finanças da Capital. Atual Presidente da Fundação Fides.

consumidor, então este cinismo será atribuído a perda do controle social¹³

Assim, surge uma enorme necessidade em nosso país, mostrando enormes carências em um campo quase infinito, que propicia as pessoas bem intencionadas, desenvolver suas ações em benefício da comunidade. Hugo Assmann & Jung Mo Sung¹⁴: dizem:

A diminuição da desigualdade social e a integração social dos/as atualmente excluídos/as passou a ser considerado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e por outros organismo como uma exigência para o crescimento econômico sustentado e para a manutenção do tecido social. O que antes era considerado uma mera exigência ética, começa a ser visto agora como uma exigência sistêmica, isto é, necessária para uma reprodução e desenvolvimento do próprio sistema. Esta nova mentalidade também está chegando no meio dos empresários¹⁵

Com certeza, a responsabilidade social não pode mais ser vista e discutida somente como uma forma de trabalhos filantrópicos ou ações comunitárias interessantes. A prática da responsabilidade social deve ser encarada atualmente como uma forma criativa e inovadora de gestão empresarial, ligada aos objetivos estratégicos, inserida na estrutura organizacional das empresas e fazendo parte também de seu orçamento anual.

Nesta perspectiva, o estudo da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, foi relevante para averiguar os moldes das questões da solidariedade e responsabilidade social. É importante, estudar o sujeito solidário, pois, ele jamais vê a diferença como condição de inferioridade no outro. Por tal razão, nunca se estabelece uma relação de subalternidade, ainda que disfarçada no rótulo de "necessitado" ou "assistido".

¹³ Teixeira, Nelson Gomes, *A Ética no mundo da Empresa*, São Paulo: Editora Pioneira, 1991, p. 16

¹⁴ Hugo Assmann, brasileiro. filósofo, sociólogo e teólogo. Durante 12 anos que se viu obrigado a viver fora do país, foi professor-visitante na Universidade de Münster, na Alemanha, e lecionou em universidades do Chile e da Costa Rica. Desde 1981 é professor de Pós-Graduação da faculdade de Educação da Unimep. Autor de mais de 20 livros, alguns com traduções para vários idiomas. Entre os mais recentes: *Metáforas novas para reencantar a educação e Reencantar a educação – Rumo à sociedade aprendente* (Vozes). JUNG MO SUNG. Coreano de nascimento, Brasileiro naturalizado. Estudou Administração de Empresas. Formado em Filosofia e Teologia, com doutorado em Ciências da Religião. Lecionou no programa de Pós-graduação em Ciências da religião da PUCSP e atualmente é profº da Umesp. É também pesquisador do Ifan-USP. Autor de diversos livros, alguns traduzidos para vários idiomas, entre eles: *Desejo, mercado e religião* (Vozes), *Teologia e economia* (Vozes) e *Sujeito e sociedade complexas* (Vozes).

¹⁵ Assann&Sung, *Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a Esperança*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 55.

O outro, na condição de ser diferente, que se torna próximo (a solidariedade, dentro de uma terminologia especificamente cristã, é exatamente a ação que promove a proximidade, garantindo a diferença do outro), diante de nós é sempre alguém cuja diferença instrui a nossa ignorância ou oferta-nos a novidade capaz de nos transformar.

Uma postura autoritária percebe a diferença do outro como erro a ser alterado pela intervenção do eu; uma postura solidária vê na alteridade o momento do aprendizado de si mesma. Conforme diz: Hugo Assmann e Jung Mo Sung:

A solidariedade é um fato – ainda que não muito reconhecido e compreendido pela sociedade – e deve se tornar também um imperativo ético. Para que a solidariedade se torne um imperativo categórico aceito e vivido pela sociedade, é preciso antes que esta mesma sociedade reconheça a interdependência e a coesão social como um fato fundamental para a vida em geral, e a vida humana¹⁶.

Este trabalho propôs o estudo da Ética Solidária partindo dos princípios de Emmanuel Levinas. Devendo ser redirecionada, passando não mais a ser uma busca em determinar o modo como o objeto da experiência religiosa é constituído na consciência, pois este se mostra um problema insuperável. Levinas mostra-se neste estudo como um autor cujo pensamento é central – insubstituível – no discurso da responsabilidade, pois, delinea extraordinariamente uma alteridade verdadeira, outra, *outramente que ser*, de modo que o objeto da experiência religiosa, constituído na consciência, não deve mais considerar-se uma consciência *de...*, mas uma consciência *para...*

Contudo, o caminho da virtude, da moral, da solidariedade e da nossa responsabilidade com o outro leva-nos a crer que podemos aprender a viver não somente com os múltiplos sistemas morais, mas também com a multiplicidade de valores de bens que experimentamos em nossas próprias vidas.

O objeto deste estudo, a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, tratamos como ícone a ética solidária e a responsabilidade em uma organização da sociedade civil de direito privado, de assistência social e fins filantrópicos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. É mantenedora de 14 unidades, sendo: 6 assistidas, 6 provedoras de

¹⁶ Ibidem. p. 75

recursos, uma sede administrativa e uma casa de férias. Tem 450 voluntários e 575 técnicos contratados.

Atualmente atende 3,5 mil pessoas por mês, sendo assim considerada uma das instituições com maior impacto social do Estado de São Paulo. Com este trabalho de responsabilidade social, ela orienta e suscita novos conceitos e tendências profissionais, que solicitam profundas reflexões.

O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder as seguintes perguntas: Como devo agir perante os outros? Qual a minha responsabilidade social com eles? É possível observar a ética solidária dentro da perspectiva de Levinas? Trata-se de perguntas fáceis de serem formuladas, mas difíceis de serem respondidas.

A hipótese levantada foi que a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, na sua prática religiosa, social e política pode ser considerada uma organização Solidária, e também pode ser compreendida pela perspectiva do *Outro*, segundo Emmanuel Levinas.

Teve como objetivo analisar as contribuições desta em suas ações religiosas, sociais e políticas pelo prisma do conceito de responsabilidade social e ética solidária, compreender sua dimensão, a partir do conceito da cultura responsável de Emmanuel Levinas.

As atividades solidárias fazem parte da cultura brasileira, fato este que vem amenizando algumas carências da parcela de menor - ou nenhum - poder aquisitivo da população, porém que reflete, também, uma característica notável no povo brasileiro: a solidariedade - capacidade de compartilhar sofrimentos de outras pessoas e, literalmente, colocar a mão no bolso para ajudá-las. Comprovando a solidariedade de nosso povo, instituições criadas exclusivamente para esse fim existem em grande número, em praticamente todas as cidades brasileiras. Além de arrecadar e distribuir, entre os necessitados, alimentos, agasalhos, etc., essas instituições normalmente concentram seus trabalhos com crianças, propiciando sua educação, e com idosos, amparando-os e promovendo sua socialização. Observa-se, então, que a solidariedade ultrapassa o âmbito da ajuda financeira, realizada através da doação de alimentos, roupas, remédios, e chega ao âmbito da educação. Seja essa educação formal ou informal, o objetivo é sempre educar crianças e adolescentes para a vida, de modo que se tornem cada vez mais independentes e possam, em um curto espaço de tempo, ajudar no lugar de serem ajudadas. E nessa tarefa as

instituições de solidariedade/caridade têm sido exemplares, contribuindo, juntamente com as igrejas e outras organizações sociais, na obrigação do Estado de reger a sociedade.

Buscamos perceber os conceitos de responsabilidade e ética solidária construída no conjunto da obra do filósofo Emmanuel Levinas. A obra analisada com maior vigor, *Totalidade e Infinito*, na qual o autor faz uso dos conceitos de responsabilidade e ética para designar a relação a dois¹⁷, embora já apresente o terceiro¹⁸ nessa relação. Encontramos aqui o desafio de trabalhar a ética solidária como responsabilidade na Liga das Senhoras Católicas na visão de Emmanuel Levinas.

Diante da problematização, da hipótese e do objetivo proposto, estabelecemos uma metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho. Foi utilizada a pesquisa exploratória, nos moldes de estudo de caso, que segundo o prof^o Lino Rampazzo¹⁹, trata-se de uma observação não estruturada que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador [...] precise fazer perguntas diretas²⁰. A problematização foi dividida nas seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico a respeito do tema.
2. Levantamento de dados primários através dos documentos da instituição,
3. Elaborar um questionário aos voluntários (450) com questões abertas, e fechadas Assim eles puderam fornecer varias informações pessoais e profissionais.
4. Análise dos dados

Nosso objetivo, nesta dissertação de mestrado, foi abordar o tema da ética solidária na Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, sobre o prisma de Emmanuel Levinas e tentar esclarecer como esta ética vai se construindo de acordo com nosso autor.

O problema do ser é tradicionalmente considerado a questão central dos pensadores. Porém, Emmanuel Levinas propõe uma filosofia na qual a relação com o outro, a proximidade, deve substituir o problema do ser como prioridade. A existência humana não resolverá o problema do ser, mas deve responder ao apelo feito a cada um pelo rosto do próximo. Levinas, nascido na Lituânia, de família Judaica, além de influenciado pela

¹⁷ Muitas vezes encontramos a expressão Eu-Tu para designar essa relação a dois, Levinas utiliza comumente os termos Mesmo e Outro

¹⁸ Próximo do próximo

¹⁹ Lino Rampazzo é coordenador do curso e Pós-Graduação e Extensão Universitária no Centro Universitário Salesiano U. E. Lorena, é professor de Iniciação Teológica e Metodologia Científica.

²⁰ Rampazzo, Lino, Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998, p. 59

fenomenologia francesa, teve contato com pensadores religiosos, como Rosenzweig e Buber; é talvez o único dos grandes filósofos contemporâneos a colocar a mensagem bíblica como experiência fundadora do pensamento.

Saindo da experiência existencialista (o desespero da solidão), ele aprofunda a análise do face-a-face dos seres humanos em seu significado moral e ético. Um de seus temas freqüentes é a fenomenologia da face humana. Há na face humana uma nudez, uma pobreza essencial que as pessoas tentam mascarar através de maquiagens e poses. A face é significação. Nas histórias de guerra se diz que é difícil matar alguém que nos olha na face. Sabemos como é difícil nos calarmos em presença de uma pessoa, isto porque a face está sempre dizendo alguma coisa, iniciando um diálogo. A face de alguém está nua. Ele é o pobre sobre o qual eu posso tudo e a quem eu devo tudo. A presença do rosto do outro condiciona as leis e restaura a justiça. A responsabilidade pelo outro é a experiência essencial e fundamental da subjetividade humana. Desde que o outro me olha, eu sou responsável por ele. É uma relação não simétrica. Porque eu me sinto responsável pelo outro sem esperar reciprocidade, mesmo que custe minha vida.

Levinas cita Dostoievski, quando diz que todos são culpados por todos: “Nós somos culpados por tudo e por todos diante de todos e eu mais do que os outros”. Esta é a única experiência de Deus que podemos ter. Ser humano significa ser entre os outros, ser responsável pelos outros. Em nenhum momento uma pessoa pode dizer: eu cumpri todo o meu dever. O ser não é nunca a sua própria razão de ser.

O pensamento não pode tematizar Deus. Não pode, usando uma expressão do Antigo Testamento, “nomeá-lo”. “Deus não é nada mais para nós do que a necessidade, a exigência sempre impreenchível, que o outro apresenta a cada um. É na face do outro que me fala Deus. O que ele me diz não é senão a pobreza, a necessidade, a mortalidade”. O que sobra então para a religião, para as igrejas, para as doutrinas? Depois de Auschwitz, já que esta é uma experiência decisiva, a religião não pode ser uma teodicéia, uma simples explicação racional de Deus e do mundo. Não pode propor doutrinas que expliquem e justifiquem, numa perspectiva teológica, o mal do mundo e as ações humanas.

A observância dos seus preceitos religiosos, na presença da igreja, não é justificada nem em bases doutrinárias, nem em vista de recompensas, mas só como um “manter-se em exercício” para saber ouvir o apelo do próximo que tem necessidade de mim. Ainda mais fundamental do que a caridade é a justiça. Aí é que se insere a exigência de uma ordem

política e de um sistema de direitos e até de uma objetividade para se descrever a realidade. Não é a objetividade que fundamenta a justiça, mas o inverso.

Ao encarar o outro, nossa sociedade materialista substitui o amor pelo desejo. A diferença entre o desejo e a necessidade é que o desejo não se satisfaz nunca, ele se alimenta de suas próprias fomes e aumenta pela sua própria satisfação. Numa sociedade dominada pela busca do prazer pessoal, é necessário distinguir o que é prazer e o que é bem. A verdadeira alegria não está na busca da felicidade pessoal. O problema da felicidade é uma questão muito superficial.

A “austeridade”, o reconhecimento da existência do outro em nossa vida é tão importante para a caridade como para a fé. O “outro” define a nós mesmos. A face do outro exprime a nossa transcendência.

Esta pesquisa incide na instituição da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo e nas principais obras do nosso autor. Ao darmos uma ênfase maior em Totalidade e Infinito não significa que deixamos as outras obras de lado.

Abordaremos ao longo do trabalho a história de criação da instituição e sua importância na época de seu surgimento e teceremos a construção da ética de acordo com nosso autor, juntamente com ela o compromisso a convocação aos sentidos éticos levinasianos.

A presente sociedade globalizada é fruto do sonho moderno que vem se instalando nos últimos tempos em busca de emancipação na busca de uma sociedade mais justa.

Este foi o refrão da Revolução Francesa, que acabou se espalhando por todo o mundo e de uma forma direta ou indireta teve imensa importância e influência no conjunto das concepções ocidentais de sociedade e por extensão, de convivência humana.

Passaram-se anos, mesmo séculos, e não nos foi possível ver esse ideal efetivamente concretizado. Ao invés, podemos infelizmente ver tal proposta ser completamente aniquilada. Nos anos 40, por exemplo, o horror da segunda guerra mundial vivida por nosso autor²¹ e com os campos de concentração e extermínio, a forma brutal e violenta com que as pessoas eram eliminadas em nome de uma “raça pura”. Justamente neste contexto de violência e de arbitrariedade praticada com (contra) o outro e que Emmanuel Levinas pensa em dar um sentido diferente para a radicalidade da relação com Eu-outro.

²¹ Para nosso autor a guerra possui um sentido muito singular, sendo que o mesmo foi preso. Para maior esclarecimento é sugerido ler: Costa, Marcio Luis, *Levinas: uma introdução*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 39

Ao longo da filosofia, muitos autores trabalham o tema da ética. Entretanto Levinas em sua filosofia nos propõe uma investigação de possibilidades de podermos acreditar que o ser humano é, a partir do trauma do encontro com o verdadeiro outro, capaz de fazer a bondade.

No primeiro capítulo é abordado a reconstituição da história da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, enquanto instituição de ações solidárias. Este capítulo nos remeteu a um trabalho investigativo que tem por objetivo conhecer o processo de sua instituição, de sua constituição, em que estão envolvidos sujeitos, interesses, valores, hábitos, contextos, numa relação carregada de tensões, conflitos de rupturas e permanências. Como tudo que acontece só pode ser avaliado através de seus efeitos, compreendemos que para entender uma instituição não governamental é preciso uma análise dos fatos que a tornaram possível. Interessa, portanto, para melhor esclarecimento, o estudo de todos os elementos que, embora remotamente, vieram a integrá-la.

No segundo capítulo abordaremos a temática do rosto, do ser face-a-face que é uma saudação que o eu dá ao outro, este outro é diferente de nós que não estamos juntos, por isso nós podemos saudá-lo. Nesta relação nós reconhecemos o outro como um ser único e, respeitamos a sua individualização e particularidade. Como o próprio Levinas nos assegura, a face (visage) não é vista, ele não pode se transformar em conteúdo que o nosso pensamento abarcaria, é o inabarcável, leva-nos além. Ou seja, colocamos a nossa razão e o nosso pensamento de certa forma à “obediência” ao outro para que assim a interioridade se torne essencialmente bondade, desejando uma linguagem face-a-face.

Se nos relacionarmos com as coisas, considerando-as como apenas objetos, nossa relação é apenas de compreensão, nós relacionamos, considerando-os como apenas entes, desde uma totalidade de sentido que lhes empresta significados. Porém, ao nos depararmos com uma face, percebemos nela a infinita condição de ser para além das determinações puramente ontológicas do ser. Passo a vê-la com a minha consciência moral e ética.

O humano só poderá ter propriamente uma relação com o outro se não for uma relação de poder, de dominação, de extermínio, mas de respeito, de deixar ser, de ver no outro a infinitude ética e solidária. É preciso que o eu possa se sentir responsável pelo outro, somente assim o eu poderá deixar emergir a alteridade do outro na relação ética solidária. Também é abordado neste capítulo, mesmo que superficialmente, a subjetividade como substituição que fornece a justificação de uma relação ética, que se faz anterior a qualquer escolha.

O pensamento de Levinas, no que se refere à subjetividade, nos leva a perceber o seu pensamento na direção de um humanismo filosófico centrado no outro, um humanismo que é incapaz de diferenciar as pessoas, considerando-as como seres únicos que possuem o seu próprio tempo, mas reduzindo-as de certa forma a conceitos.

No terceiro capítulo é abordado o ser solidário, o ser responsável pelo outro que doa-se de si em prol do sofrimento alheio, assumindo as dores dos que sofrem, dos que estão a margem da sociedade, se sente responsável por elas e por essa situação de miséria. Doa um pouco de seu tempo que se constitui a partir do outro, o outro é que possibilita esse constante crescimento, um evoluir gradativo, mas cada um na sua perspectiva de tempo.

Não há sincronia entre o tempo e o outro, verdadeira alteridade, o eu transcendente e este se manifestam a partir de um desejo de solidariedade. Este desejo não pode ser confundido com necessidade, é um desejo de fazer o bem e de ser solidário ao outro.

A solidariedade pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O “fazer o bem”, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre as principais instituições filantrópicas. Contudo, tanto a caridade quanto a solidariedade destinam suas obras aos necessitados.

Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a solidariedade, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores. Para a solidariedade, os periódicos tornaram-se “bons sócios”, por divulgarem as ações das diversas sociedades. Era através deles que se fazia recolhimento de subscrições públicas, conclamava-se a sociedade para uma ação determinada etc.

O resultado das ações da solidariedade e da caridade era o mesmo: ao longo dos séculos foram construídos hospitais, asilos, orfanatos etc.

Por seu turno, caridade está circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a solidariedade tenha um fator limitador: a ação do Estado. A existência de um “Estado de

bem-estar social”²² acaba por restringir as ações de instituições de caráter voluntário e filantrópico

A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo esteve sempre presente nas ações da Igreja. São senhoras leigas e ligadas, direta ou indiretamente, à Igreja Católica. A instituição está diretamente vinculada a uma ordem religiosa, a quem cabe permitir-lhes o funcionamento.

Assim nesta dissertação, nossa pretensão não é o de esgotar o assunto da ação solidária na Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, na filosofia levinasiana, contudo, pretendemos demonstrar uma forma breve e suscita como nosso autor apresenta o outro de estilos diferentes do qual nos ocidentais estamos habituados.

Brevemente demonstramos como é possível acreditar no humanismo do outro, de um ser humano que está centrado em si, porém através da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo pode se perceber claramente a presença do outro e se deixar interpelar pela sua singularidade.

²² Ross, Allen. Filantropía. Em *Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madri: Aguillar, 1974 vol. 4.

1. CAPÍTULO I

LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO

1.1 INTRODUÇÃO

A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo²³ é uma organização não governamental (ONGs) da sociedade cível com direitos privados, de assistência social e fins filantrópicos, reconhecida pelo decreto 7.053, de 3 de abril de 1935, pelo Governo do Estado de São Paulo como uma Instituição de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

Vale ressaltar que não há nenhuma pesquisa realizada na Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, com fins acadêmicos ou científicos. Sendo esta a primeira pesquisa enfatizamos a sua relevância, no que diz respeito a contribuições para trabalhos futuros sobre a LSCSP.

Como primeira pesquisa realizada na instituição, se fez necessária a criação de padrões de catalogação dos documentos consultados. Os relatórios foram catalogados pela pesquisadora seguindo a seqüência:

- Relatórios administrativos encadernados por anos (1928-1932).
- Ficará como livro nº 0 de 1920-1927, livro nº 1 de 1928-1932, etc.
- Os jornais arquivados em pastas obedecerão à mesma seqüência. Pasta nº 1 ano 1930-1940, pasta nº 2 ano 1940-1950, etc.

1.2 FORMAÇÃO DA LIGA DAS SENHORAS DE AO PAULO

A reconstituição da história da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo²⁴, enquanto instituição de ações solidárias, nos remeteu a um trabalho investigativo que tem por objetivo conhecer o processo de sua instituição, de sua constituição, em que estão envolvidos sujeitos,

²³ A sede encontra-se a Rua Capote Valente, numero 1332 em Pinheiros, Cep: 05409-003 – São Paulo, endereço na internet: www.ligasolidaria.org.br.

²⁴ Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, no texto que se segue passa a ser lido LSCSP.

interesses, valores, hábitos, contextos, numa relação carregada de tensões, conflitos de rupturas e permanências.

Como tudo que acontece só pode ser avaliado através de seus efeitos, compreendemos que para entender uma instituição não governamental é preciso uma análise dos fatos que a tornaram possível. Interessa, portanto, para melhor esclarecimento, o estudo de todos os elementos que, embora remotamente, vieram a integrá-la. Recuperar essas relações, perceber os movimentos e contradições que as permeavam, se fizeram necessários para entender o que produziu o perfil desta determinada instituição.

Desde 1920, já existia na cidade de São Paulo uma entidade denominada Liga das Mães Católicas, que tinha como propósito promover os princípios cristãos dentro do âmbito familiar. Em 10 de outubro do mesmo ano foi registrada a primeira reunião da Liga das Mães Católicas, sob a presidência de Monsenhor Dom Emílio Teixeira, Vigário-Geral de São Paulo. Era um grupo organizado de mães, todas pertencente à alta sociedade Paulistana, que passou a encontrar-se regularmente no salão da Cúria Metropolitana. Constituíram diretoria, presidida por Guiomar Ataliba Penteado; Zoraide Dias Costa era vice-presidente, Maria Marcolina Monteiro da Silva, tesoureira; Elisa de Barros Cavalcanti e Amalia Ferreira Matarazzo secretariavam.

Em tardes recolhidas, as senhoras ouviam o vigário orientar a leitura dos filhos, eram também alertadas sobre más companhias e estimuladas a buscar mais associadas e contribuições para as obras cristãs. Tomavam um chá caprichado e se ocupavam de costuras para os pobres.

Essas senhoras, entretanto, estavam sintonizadas com as mudanças que a cidade testemunhava. Respeitados os princípios da religião, aspiravam a uma atividade onde pudessem intervir mais efetivamente na realidade da população carente. Por sua vez, o Arcebispo reconhecia nelas um suporte importante para as obras assistenciais da Igreja.

Existia a necessidade premente de fundar em São Paulo uma entidade de fins mais amplos, que não só mantivesse os postulados da fé, mas que abrangesse também outros setores da vida social, agindo em benefício da coletividade, amparando e protegendo a mulher e a criança onde quer que estejam, e desenvolvendo sua ação em todas as modalidades da vida social.

Em 15 de dezembro de 1921, satisfazendo as necessidades e exigências da época, por iniciativa do Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, este grupo passa a denominar-se LSCSP. Consta no Relatório:

Fundou-se a Liga das Senhoras Católica em São Paulo, sem ambições políticas, sem idéias preconcebidas de um feminismo teórico, somente votada ao ideal do feminismo pratico, inspirado no sentimento religioso na verdadeira obra de Deus.²⁵

Assim a agremiação surge com o objetivo de desenvolver a ação social católica proporcionando à mulher a oportunidade de lazer, conhecimentos científicos, literários e artísticos, aliada a assistência espiritual e temporal.

No dia 10 de março de 1923²⁶ a LSCSP oficializou seu trabalho criando seu primeiro estatuto e registrando a instituição em cartório. No mesmo ano fundou o seu primeiro departamento, o de Auxílio Social com a finalidade de estimular a mulher a desenvolver suas habilidades caseiras para prover às necessidades do lar.

Afim de que ele pudesse cada vez mais e melhor preencher a sua alta finalidade – auxiliar as senhoras que, necessitando trabalhar para a manutenção de sua família, e, na impossibilidade de abandonarem seus lares, confeccionam trabalhos manuais e os confiam para serem vendidos, mediante pequena porcentagem que reverte em benefício do mesmo departamento.²⁷

Dando continuidade no auxílio das moças desvalidas, em 1924, a LSCSP funda a Escola de Economia Doméstica, que tinha por objetivo educar moças de todas as camadas sociais preparando-as para o futuro. Ensinando-as para desempenhar o trabalho doméstico e as funções do lar (dona de casa) e até mesmo como empregadas domésticas.

No que concerne ao objetivo da LSCSP, destacamos o atendimento à miséria do sexo feminino cuja pobreza é poderoso veículo de tantos costumes e vícios desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas. A intenção inicial era a promoção dos princípios cristãos. A

²⁵ LSCSP. Livro n.1 de 1028-1932. p. 10

²⁶ Em 15 de Fevereiro de 1923, um grupo diminuto de Senhoras da nossa melhor sociedade, reunidas por S. Excia. O Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva, inauguravam a sede, á Rua Libero Badaró, nº 87, no 4º anda, o primeiro centro social de Senhoras Católicas. LSCSP. Livro n.1 de 1028-1932. p. 9

²⁷ LSCSP. Livro n.3 de 1934-1936. p. 49

LSCSP era uma instituição assistencial destinada a acolher mulheres pobres, segundo Carvalho:

Conferencia Nacional de Educação Barbosa de Oliveira fez, no Club Comercial, uma “Preleção sobre a Orientação escolar e as vocações profissionais”. [...] Muitas eram as “entidades sociais”, “instituições filantrópicas que nos países civilizados “objetivavam “resolver a questão – julgada primordial aos seus interesses – de bem orientar [...] para o máximo aproveitamento de suas energias e aptidões”.[...] a escola também podia realizar, no seu âmbito, um trabalho complementar, inserindo-se no que era descrito como “movimento social [...] grandioso, visando preparar cada um para alcançar na sua vocação, livremente manifestada, o fruto abundante do seu trabalho intenso e feliz.”²⁸

A formação vinculada ao filantropismo era considerada a melhor solução para as meninas desamparadas. Seguindo este pensamento Freitas e Kuhlmann ressaltam:

As Instituições de Beneficência como os asilos ou orfanatos seriam “escolas de preservação das crianças ainda não pervertidas”. Deveriam ser organizadas de maneira a distribuir as crianças conforme a idade, o sexo, a natureza, o temperamento e as predisposições de cada uma, “segundo observação e classificação feita por exame psico-físico por médicos profissionais”. Outro tipo de instituições seriam as Escolas de Reforma ou Reformatórios, para “o levantamento moral ou reeducação das já viciosas no contato, do crime e da perdição, porque o espírito infantil é aí presa das sugestões do mal, das solicitações da miséria, dos infortúnios do abandono de pais pobres ou indignos”. Aqui, deveria se harmonizar a educação escolar e o ensino industrial ou profissional, de modo que os homens pudessem ganhar a vida pelo trabalho e as mulheres se habilitassem nos trabalhos domésticos e fossem capazes de “gerir uma casa”.²⁹

Vale lembrar que o filantropismo, pela ausência de mecanismos sistemáticos de financiamento por órgãos públicos, era uma importante estratégia de sustentação de ações do estado, de iniciativas voltadas para o bem comum e de atendimento a demandas mais extensivas da população.

Em meio político e social de um período onde grandes problemas eram enfrentados em São Paulo nasce uma atitude ambiciosa de uma Senhora Católica, a criação da LSCSP, para atender as meninas pobres da cidade totalmente voltada à educação feminina em todos os

²⁸ Carvalho, Marília P.. No *Coração da sala de Aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Editora Xamã, 1998, p. 227

²⁹ Freitas, Marcos Cezar de, Kuhlmann Jr., Moisés, (orgs). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Editora Cortez, 2002. p. 485

seus âmbitos, e em pouquíssimo tempo torna-se uma instituição que fornecera profissionais ao Estado sofrendo todas as dificuldades de sua época.

Mais tarde, em 1926, época em que nenhuma mulher freqüentava restaurantes desacompanhadas, a LSCSP inaugurou um restaurante exclusivo, e com preços populares, para as moças empregadas no comércio, na região central da cidade. O relatório administrativo diz o seguinte:

A mulher que trabalha, fator anônimo das riquezas do comercio, cujo coração triturado de renuncias e espírito desfeito pelas lutas quotidianas vestem uma aparente decência para o conjunto de uma civilização, só ali, no restaurante feminino da Liga das Senhoras Católicas, mais que uma alimentação sadia, encontra a lição necessária da resignação Cristã, que as conforta e conduz pela vida.³⁰

Assim, ao investigar o processo de criação, instalação e evolução de organizações solidárias nos tornamos mais aptos para reconhecer a ação social do homem e sua relação com a diversidade de elementos históricos enraizados na sociedade e na cultura. Assamann e Sung, a respeito das ONGs, dizem o seguinte:

As ONGs foram criando aos poucos uma impressionante rede de idéias e sensibilidades solidárias convergentes, concretizadas sob a forma de redes comunicativas que interconectam múltiplas responsabilidades e engajamentos de grupos sociais [...]. Mesmo quando as análises de algumas ONGs não nos convencem, em torno a de visão abrangente das urgências mundiais, parece-nos importante valorizar o trabalho das ONGs como uma vasta operação planetária de luta contra a indiferença e em favor da sensibilidade solidária.³¹

Pois, o conhecimento adquirido sobre a internalidade do trabalho das ações sociais em outras épocas fornece novas compreensões sobre a prática e o discurso de responsabilidade social e de seus atores. O estudo da LSCSP leva-nos a melhor compreender o processo singular de evolução dessas ações e suas relações com o panorama mais amplo em que o fenômeno social acontece. É uma forma, da qual cada um pode reunir elementos contributivos para situar-se no complexo emaranhado da história.

³⁰ LSCSP. Livro n.1 de 1928-1932. p. 19

³¹ Hugo Assamann & Jung Mo Sung. *Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 64

Para recolher-se como ser histórico, agente construtor e integrante da trama que enovela presente-passado-futuro, é preciso reconhecer que “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado”³². Então se cria identidade própria. Assim, seremos capazes de compreender e valorizar não apenas a própria ação, mas a de outros sujeitos da história.

É preciso lembrar que essas tendências carregam em si propósitos, valores e aspirações que entram em processo de relação com uma terceira tendência, o contexto social, econômico, religioso e cultural da época.

Considerando que em São Paulo existia (ainda existe) uma diferente camada social, que transitava das sedes das fazendas ao contato com pessoas simples, a LSCSP foi a responsável pela instalação da educação feminina assistencial ao fundar e construir sua sede.

Juntamente com o Conselho Nacional de Mulheres em Buenos Aires, a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio, os Centros Femininos de Nova York e a União Internacional das Ligas Femininas em toda a Europa, ergueram-se a

Ela disse: “Sabemos que a oportunidade deve ser para todos”³⁴. Ao fazer essa afirmação a Senhora Guiomar quis dizer que o direito ao estudo, ao trabalho é perpassado por elementos universais (programas, métodos, que se articulava com o espaço físico construído compondo a vida das pessoas), fazendo que seja reconhecido como tal em qualquer lugar da cidade, do estado, do país e do mundo.

1.3 LIGANDO NECESSIDADES E SOLUÇÕES

Houve muitos problemas com a instituição, seus meios de subsistência eram árduos. Do que se pode deduzir existia sempre o cuidado do Governo, e da Arquidiocese de São Paulo, para com a situação financeira da LSCSP, todos interessados em tomar conhecimento do que se passava, não encontrando muitas vezes soluções para o problema e suprir as deficiências financeiras.

Por mais medidas que fossem tomadas, parecia impossível a estabilização. A criação de certos benefícios foram alcançada com muitos esforços e sacrifícios. Dar continuidade à ação social tornou-se um grande desafio.

Assim, a prática de parcerias entre a sociedade civil, as empresas e o governo existem há muito tempo e têm memórias de grande valor. Conforme Neto e Froes dizem:

No passado, no auge da filantropia tradicional, a prática de doações era uma constante no mundo das empresas de maior porte. Com a aceleração das mudanças e o agravamento dos problemas sociais, a questão da filantropia e do exercício da responsabilidade social ganhou novos contornos e dimensões. Tornou-se um problema não mais do Estado, dos governos locais, mas de um desafio a ser vencido pela ação conjunta do Estado, das empresas e da sociedade civil.³⁵

Assim há oitenta e seis anos a LSCSP assiste crianças, jovens e idosos articulando a sociedade civil, a Igreja e o Estado em frutíferas alianças. Desenvolveu uma extensa obra, uma rede beneficente e profissionalizante que envolveu (e ainda envolve) voluntariado, na formação de jovens apoiando o Estado e a Igreja em sua tarefa de inclusão social.

³⁴ LSCSP. Livro n.1 de 1928-1932. p. 11

³⁵ Neto, Francisco P. De M. E Froes, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2004, apresentação.

Diante desta realidade a LSCSP assumiu um novo papel na sociedade com parceiros em projetos institucionais, grandes colaboradores e investidores, colaboradores pessoas jurídicas e pessoas físicas, que colaboraram além de seus voluntários³⁶, buscaram formas concretas para auxiliar na diminuição da pobreza e na desigualdade no mundo. A missão da LSCSP é viver o amor ao próximo e o respeito à dignidade humana assistindo os desamparados, desenvolvendo a auto-estima e a capacidade de trabalho. É uma instituição que soube crescer e atualizar-se, podendo ser uma referência de bons serviços.

Na prática do trabalho, a LSCSP atingiu uma organização singular. Sempre com duas estruturas que funcionam em sinergia para a ação social e sua continuidade. A primeira tem como propósito gerar renda para poder distribuir benefícios e foi o conceito posto em prática, equilibrando a oposição conceitual entre gestão de recursos e administração de benefícios. As unidades provedoras³⁷ respondem por 35% dos recursos necessários às unidades assistidas³⁸; o aporte das sócias, apoio de empresas, do Estado e de fundações internacionais completam o orçamento. A segunda conta com voluntários e profissionais, com a experiência e a juventude, partilhando os encargos e as decisões numa administração que alia estratégia e *marketing* à responsabilidade social. Neto e Froes afirmam:

A filantropia baseia-se no “assistencialismo”, no auxílio aos pobres, aos desvalidos, desfavorecidos, miseráveis, excluídos e enfermos. A responsabilidade social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fermentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética social é centrada no dever cívico, enquanto a filantropia tem no dever moral sua ética absoluta. As ações de responsabilidade social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igrejas, partidos políticos e outras instituições.³⁹

Assim, através de séculos a filantropia que teve um papel preponderante na assistência à pobreza foi, e continua sendo um instrumento de solidariedade social e garantia de

³⁶ Desde sua criação 1928, a LSCSP trabalhava com “sócias” hoje trabalha com voluntários 250, pessoas físicas 350, pessoas jurídicas 48, colaboradores 13, investidores projetos institucionais 18, podendo ser verificado na sede da LSCSP localizada na Rua Capote Valente numero 1332 em Pinheiros São Paulo.

³⁷ Residência para moças, Colégio Santa Amália, com educação infantil e ensino fundamental, Residência para a terceira idade, com atividades físicas, culturais e assistência médica. Hotel Plaza 50, Residência para adultos dependentes, com toda assistência médica.

³⁸ Educandário Dom Duarte um complexo educacional que abriga vários programas para a comunidade, como Abrigo, núcleo socioeducativo profissionalizante, programa Religar, Programa crescer, Programa Autonomia e Solidariedade, 4 unidade de Creche com atendimento semi-internato, oferecendo educação em período integral a crianças de 3 a 7 anos.

atendimento para setores desprivilegiados. Atualmente, a filantropia mudou de perfil, reconhecendo seu papel complementar à ação estatal e sua responsabilidade na renovação da conceituação de responsabilidade social. Tradicionalmente, ações filantrópicas foram decorrências da liderança e das iniciativas de instituições religiosas, que perseveraram nessa trajetória. O Estado se limitava a um papel paternalista, disseminando promessas e gerando expectativas, nem sempre passíveis de atendimento. Assim surge uma nova forma de Estado. Um estado do bem estar social, nesta nova ordem aparecem as ONGs, organizações sociais, instituições autônomas da administração pública, “tais entidades formam entre si uma extensa rede de solidariedade social. É onde o cidadão vai encontrar a solidariedade sem interesses”⁴⁰.

Mas, a Igreja Católica também congregarava a absoluta maioria de cidadãos, zelava por seus fiéis e era a mantenedora da tradição. Abria-se também às novas idéias, às escolas populares, à profissionalização dos jovens. Articulavam às senhoras que praticavam a caridade cristã e estavam dispostas a olhar o próximo como parte de si.

A Liga das Senhoras Católicas praticará a piedade; irá instruir e educar a mulher, a fim de que ela cumpra os seus deveres na família e na sociedade. As bases em que se assenta são liberais e profundamente católicas. Ela se interessará por todos os problemas que dizem respeito às mulheres. Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva.⁴¹

Assim, a LSCSP iniciava uma trajetória rara de benemerência. O *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 22 de fevereiro de 1923, traz o registro da associação. Seu *Estatuto* definia como objetivo principal o abrigo, a profissionalização e a colocação, no mercado de trabalho, das jovens desprotegidas. A respeito desta educação feminina Louro comenta o seguinte:

As concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. Contemporâneas e conterrâneas, elas estabeleciam relações que eram também atravessadas por suas divisões e diferenças, relações que poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou ambigüidades. (...) A educação da mulher seria feita, portanto para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou

³⁹ Neto, Francisco P. de M. e Froes, César. *Gestão da Responsabilidade social corporativa: O caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2004, p. 27

⁴⁰ Neto, Francisco P. de M. e Froes, César. *Responsabilidade Social&Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2005. p. 5

⁴¹ LSCSP. Livro n.0 de 1926- 1927, não paginado.

necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de reformadora dos futuros cidadãos⁴².

A própria Igreja reconhecia o trabalho grandioso desta Instituição e consta em um dos relatórios o pronunciamento do arcebispo Metropolitano Dom Jose Gaspar de Affonso e Silva que dizia:

A Liga é o orgulho de São Paulo, pois poucas cidades se podem orgulhar de uma associação que apresenta a soma de trabalhos que a LSCSP apresenta e só quem vive aqui pode avaliar o esforço contínuo e sofrimentos e o espírito de fé que são necessários para acumular os números que aqui vemos. Os

A vitória dos aliados pôs em evidência a legitimidade dos ideais democráticos e, no Brasil, acabou contribuindo para o fim da ditadura do Estado Novo. A abertura política mobilizou a população para as eleições presidenciais, em 1945. Consta no relatório:

O eleitor é responsável pelo voto que deu ao eleito. Ele deve informa-se antes e tomar suas precauções. Não precedendo deste modo é culpado por negligencia, e sua consciência fica onerada com uma falta grave, pois que ele coopera de facto no mal que pode resultar de seu voto. Outros faltam ao dever de votar, abstendo-se totalmente e assim julgam alheios a qualquer responsabilidade. Lamentável engano. É um princípio de moral que cada um deve concorrer para o bem geral, na medida das próprias forças e quem a isso se frutar sobrecarrega a própria consciência.⁴⁶

Assim, no campo eleitoral, compreendendo a importância desse e votar, com a participação da LSCSP, a Liga Eleitoral Católica montou dez postos de alistamento pela cidade de São Paulo, inscrevendo eleitores e divulgando os candidatos Ligados aos princípios da Igreja. Cédulas de todos os candidatos aprovados pela Liga Eleitoral Católica, sem distinção de partido, estavam disponíveis na sede.

1.5 PROPAGANDA, CAMPANHAS E EVENTOS

Retrocedendo na cronologia, nos anos de 1930, onde aparece sua primeira propaganda de campanhas e eventos, em jornais e folhetos possivelmente inspirados pelos exemplos da propaganda governamental, a LSCSP sentiu necessidade de contar com o apoio de uma comunicação social eficiente, que ampliasse a visibilidade de suas ações, atraísse mais voluntária e recursos.

Efetivamente a Liga das Senhoras Católicas pretende aumentar seu quadro social. Esta tarefa é perfeitamente lógica se considerarmos que possuímos apenas 1.145 sócias [...] numa cidade de número considerável de católicas, fato patenteadado durante a realização do IV Congresso Eucarístico.

Didita Mendes Vieira de Souza⁴⁷

Propaganda eficiente requer marca e, não menos importante representação gráfica da marca. Em 1936, o famoso artista da época, José Wash Rodrigues foi convidado pela

⁴⁶ LSCSP das Senhoras Católicas de São Paulo. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.2 de 1932-1933. p. 112

LSCSP para desenhar o escudo, símbolo da instituição, que passou a marcar seus estandartes e distintivos.

Ninguém ama o que não conhece. Devemos, pois, usar de mais publicidade para que maior número de pessoas deseje trabalhar e ajudar. A Liga deve ser mais que um “império” em grandezas de realizações, mas, sobretudo, um “império” de bondade. Temos que progredir com a cidade, numa expansão social estudada de novo ângulo social e ativo.

Cardeal Dom Agnello Rossi⁴⁸

A preocupação com a visibilidade da instituição sempre esteve presente: os conselheiros de finanças alertavam sobre a necessidade de divulgar o esforço e a extensão de seu trabalho social, mas esse era um conceito novo e pouco aceito, em razão do alto custo envolvido. As senhoras preferiam iniciativas esporádicas a uma campanha sistemática.

Na sociedade que se implanta no país – onde novas mídias se afirmavam como veículos indispensáveis para a divulgação – essa postura prejudicou, em certa medida, a representatividade da LSCSP. É inegável, entretanto, que a tradição ainda contava. Adotando técnicas vanguardistas de gestão, a LSCSP percebeu que não bastava investir em publicidade e informação. Para avaliar a repercussão das ações divulgadas, a Diretoria da LSCSP assinou, em 1935, um serviço de recortes de jornais encarregado de selecionar as notícias sobre seu desempenho.

A LSCSP promovia os chás beneficentes na sede, com sua programação cultural variada que já faziam parte da tradição paulistana. Marcaram época, alguns eventos de 1959. Um deles com o poeta Paulo Bonfim, recitando poemas, outro evento foi com a cantora Laís Vasconcelos. Eram momentos de integração da LSCSP com suas sócias em ambiente familiar e conhecido.

A LSCSP nunca deixou de receber o apoio dos mais diversos setores da sociedade, garantindo assim o equilíbrio dos recursos necessários à manutenção das obras beneficentes.

Os reflexos da cultura de responsabilidade social, verificada em países mais desenvolvidos, têm propiciado inúmeras práticas que aliam as iniciativas privadas com as das

⁴⁷ Pasta n° 3 de 1941-1950, Folha da manhã de 27 de dezembro de 1942

⁴⁸ LSCSP. Livro n.4 de 1937-1939. pp. 89-90

organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, embora essas práticas possam ser classificadas em categorias que correspondem a um estágio de evolução da cultura de envolvimento social das empresas.

Para além da mera colaboração com instituições filantrópicas realizada de forma aleatória, não sistematizada e fora do âmbito de suas próprias vocações e missões, muitas empresas brasileiras têm incorporado atitudes cidadãs através da prática da filantropia estratégica. Tal prática consiste na administração inteligente da participação da empresa, através de investimentos filantrópicos nas causas sociais.

Assim, no lugar da prática de uma política de doações, a empresa investe no(s) projeto(s) social(ais) específico(s) agregando valor a sua marca, despertando a associação positiva por parte de consumidores, fornecedores, clientes e potenciais, entre seu nome e a ação socialmente responsável. Além disso, a filantropia estratégica passa a conquistar credibilidade e seriedade através da forma estruturada com que é administrada.

A empresa passa a ter elementos para a avaliação crítica dos resultados dos projetos. Com isso, entidades beneficiadas são obrigadas a demonstrar o alcance de seus objetivos e metas. Cria-se então um ciclo de profissionalização no âmbito das várias organizações que se volta para os problemas sociais.

A filantropia estratégica engloba o processo de voluntariado empresarial, ou seja, o estímulo à participação dos funcionários da organização no desenvolvimento de projetos voltados à comunidade. As empresas percebem que o envolvimento dos colaboradores internos traz ganhos multiplicados.

Ganha a empresa e seus negócios pela representatividade que alcança ao ter seus funcionários diretamente na LSCSP aos objetivos sociais; ganham os próprios empregados que desenvolvem um novo sentido de produção e relação humana através do trabalho e ganha a comunidade ao contar com a aptidão, a energia, a criatividade e o compromisso com a resolução de problemas por parte de um novo contingente de cidadãos. Porque o ser humano, como diz Sung, é:

Um ser que necessita, além desses bens materiais básicos, ser reconhecido por outras pessoas e pertencer a um grupo social. O desejo de ser reconhecido como pessoa e de pertencer a um determinado grupo é quase tão necessário para ser humano como a comida e a bebida.⁴⁹

⁴⁹ Sung, Jung Mo. *Sementes de Esperanças: A fé em um mundo em crise*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p.59.

Neste contexto a própria dimensão e ocorrência dos problemas que afetam o ambiente social, passam a ser melhor avaliada, bem como, as atitudes para a sua eficaz administração. Completa Sung:

Um outro mundo mais justo e sustentável só se tornará real se uma parte significativa da sociedade assumir essa espiritualidade e for capaz de levar muitas pessoas a desejarem fazer parte da construção desse outro mundo⁵⁰

Com isto a sociedade civil solicita às empresas públicas e privadas a prestação de contas referentes aos seus investimentos sociais. As empresas são estimuladas e orientadas para a apresentação do Balanço Social – documento que apresenta os dados relativos a sua atuação responsável para com o ambiente interno e externo, demonstrando seu perfil social.

A LSCSP recebeu o Selo Centro Voluntariado de São Paulo (CVSP) em 2005,⁵¹ e o Premio Bem Eficiente no ano de 2006. Possui o certificado das normas AS 8000.

O Prêmio Bem Eficiente visa reconhecer publicamente as entidades que demonstraram trabalho e desempenho dentro de uma estrutura profissional operando com custos baixos, com transparência e supervisão externa. O Prêmio Bem Eficiente visa exclusivamente o reconhecimento público de um trabalho bem feito. Todas as entidades prestam contas ao governo brasileiro e à Receita Federal, cuja responsabilidade é fiscalizar a renúncia fiscal, e ao Conselho Nacional de Assistência Social, que outorga o Certificado de Filantropia.

O Selo de Voluntariado de São Paulo, tendo como objetivo o fortalecimento da rede de organizações sociais que valorizam o trabalho voluntário, foi lançado como um programa de certificação o que levou à entrega do Selo Organização Parceira 2005. Este selo tem validade de dois anos e foi conferido às organizações sociais que mantêm parceria ativa com o CVSP e oferecem um programa de voluntariado organizado, atuante e transformador.

A força do trabalho conjunto do CVSP e das 100 organizações sociais selecionadas faz uma grande diferença na cidade de São Paulo. Estas organizações desempenham um papel fundamental e compreendem a importância da realização de parcerias, criando laços solidários com a sociedade e as comunidades onde atuam.

⁵⁰ Ibidem. p. 62

⁵¹ Conforme mostra o jornal da LSCSP no anexo

O Selo veio fortalecer o trabalho das organizações com trabalho voluntário que vêm transformando cenários, concretizando sonhos e buscando soluções que não precisam ser grandiosas, mas eficientes, e farão a diferença.

Esses prêmios voltados ao mérito social ampliam as tendências de reconhecimento, por parte de entidades profissionais. As primeiras certificações sociais foram através das normas BS de origem inglesa (British Standards) 8800 e a AS 8000. Muitos buscam a certificação social com o uso das palavras: responsabilidade social, empresa cidadã, qualidade ética nas relações empresariais. São os termos atualmente difundidos no meio empresarial, muitas vezes usados como palavras soltas na publicidade explorando o marketing social, mas que apenas demonstram mudanças superficiais em algumas empresas, estimulando assim, o assistencialismo privado.

Onde surgiu esta súbita necessidade, de empresas no mundo todo, em publicar seu balanço social ou divulgar que se tornou uma empresa responsável socialmente?

Uma das razões é a pressão da sociedade em não aceitar o papel social das empresas restrita apenas à geração de empregos, pagamento de impostos e participação no desenvolvimento econômico. A sociedade, porém, vem exigindo sua participação em ações de atendimento às demandas sociais nas quais o Estado não consegue atuar sozinho.

Outra razão é que, comprovadamente, a empresa ao adotar uma conduta social responsável, além de ter uma atitude filantrópica, possibilita uma ação estratégica para o aumento da competitividade e faturamento.

Não generalizando, muitas empresas já executavam ações desta natureza por pura filantropia e sem divulgação há muitos anos, mesmo antes destes conceitos estarem na moda e mesmo assim, obtiveram reconhecimento da sociedade.

O fato importante é que a atividade social, além de ser um bom negócio, vem sendo certificada, e a certificação das empresas cidadãs é exigida nas comercializações internacionais através de normas internacionais como BS 8800 e AS 8000. A norma AS 8000, abreviação de Social Accountability 8000 apresenta-se como um sistema similar à certificação ISO 9000, cujos requisitos foram baseados nas declarações internacionais de direitos humanos, na defesa dos direitos da criança e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e aborda temas como trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da mão-de-obra, além de outros assuntos. Já a BS 8800, é voltada para a segurança e saúde do trabalhador.

Estas normas, de responsabilidade social, são um conjunto de princípios que direcionam as ações e relações das empresas com seus funcionários, fornecedores, consumidores e comunidade em geral.

A SA 8000 merece uma atenção especial, entre outros motivos, pelo fato de que a obtenção e manutenção desse certificado prevêm o envolvimento dos trabalhadores da empresa, bem como a participação de ONGs. Portanto, neste processo, a parceria das empresas com as entidades do Terceiro Setor é de fundamental importância, e através da Lei nº 9.249/95, art.13 e Decreto nº 3000/99, art.365, referente a doações a Entidades Civis, é possível a utilização de um instrumento jurídico capaz de permitir, através de redução tributária da empresa, subsidiar os seus projetos sociais, ao mesmo tempo em que será uma importante estratégia de negócio. Assim, espera-se que as empresas comprometidas com o bem estar da comunidade, adotem esta forma de trabalho.⁵²

Iniciativas e experiências particulares contribuem para a criação de entidades voltadas a disseminação de valores e congregação de práticas educativas relacionadas à responsabilidade social das organizações. É o caso da LSCSP que é uma organização da sociedade de direito privado, de assistência social e fins filantrópicos e Responsabilidade Social que reúne empresas brasileiras que buscam o sucesso econômico sustentável no longo prazo procurando adotar um comportamento socialmente responsável. Tudo isto faz que se crie um novo conceito de filantropia. Surgindo assim o Terceiro Setor.

1.6 SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil dedicou-se a reconstruir a democracia. Paralelamente à progressiva perda de credibilidade dos governos militares, a Sociedade Civil se organizou. Incontestável foi a liderança da Igreja nesse momento, articulada com associações de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil e outras similares, sindicatos, institutos independentes de pesquisa e inúmeras instituições que se uniram para selar a aliança da solidariedade com a cidadania.

Expressão maior dessa organização foi o movimento das *Diretas-já* que, em 1984, levou a sociedade às ruas, reivindicando eleições. Na seqüência, o processo constituinte

⁵² Disponível em: <http://www.siai.org.br/terceiro/ver.php?id=41> acesso em: 28 de jul. de 2005.

estruturou a legitimidade, permitindo a promulgação da nova Constituição, em 1988, base do pleno exercício democrático iniciado nos anos 90.

Como resultado desse movimento nacional, ao longo dos últimos trinta anos, estruturou-se um Terceiro Setor, não-governamental e não-lucrativo, forte e atuante.

As organizações não-governamentais, as chamadas ONGs, voltadas para o interesse público se multiplicaram. Muitos movimentos políticos, antes envolvidos na luta pela redemocratização, passaram a dedicar-se à ação social. Exemplo marcante dessa tendência foi a *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida*, liderada por Herbert José de Souza, o Betinho, em 1993.

Surge neste período o Terceiro Setor que foi constituído de organizações criadas por iniciativa de cidadãos com o objetivo de prestar serviços ao público sem fins lucrativos (saúde, educação, cultura, habitação, direitos civis, desenvolvimento do ser humano, proteção ao meio ambiente), ainda que eventuais excedentes sejam reaplicados na manutenção das próprias atividades ou remuneração de atividade profissional necessária. Suas receitas podem ser geradas em atividades operacionais, mas resultam

nacional realizada pelo idealizador do prêmio Bem Eficiente, Stephen Kanitz⁵⁵, demonstrou que a maioria dos empresários brasileiros gostaria de disponibilizar verbas para entidades filantrópicas.

Porém, um clima de desconfiança, gerado pela imagem negativa de algumas instituições, aliado à falta de informações sobre a atuação do setor de forma geral, inibia as parcerias. Torna-se necessário mostrar exemplos de conduta profissional, ética solidária e de responsabilidade social adotando determinado modelo de administração e compromisso social. A LSCSP, através dos estudos de seus documentos já seria um bom exemplo, colocada sobre o prisma de Emmanuel Levinas, que empenhou toda sua pesquisa em estudos pela responsabilidade do outro. Um outro que tem em si próprio o direito da palavra, uma ética que Levinas descreve como o milagre antes da luz Isto é, o milagre antes da razão. Segundo Levinas a palavra

[...] nos conduz, nos ensina que a palavra, na sua essência original, é um compromisso junto a um terceiro com relação ao nosso próximo: é um ato por excelência, é a instituição da sociedade. A função original da palavra não consiste em nomear um objeto a fim de comunicar-se com o outro, num jogo inseqüente, mas sim em assumir por alguém uma responsabilidade em relação a outro alguém. Falar é comprometer-se com o interesse dos homens. A responsabilidade configuraria a essência da linguagem⁵⁶

Assim, a palavra “responsabilidade” poderia ser levada para as organizações de boa vontade como exercício cotidiano da democracia, Com isto, os cidadãos se perceberiam diretamente responsáveis e dispostos a participar do encaminhamento de soluções para o problema social. Novas experiências de parcerias frutificaram com governo e sociedade colaborando para somar competências.

Assim, as ONGs rapidamente ocuparam o lugar de protagonistas da ação social. As empresas perceberam o valor associado à responsabilidade social e começaram a se preocupar com o meio-ambiente, o consumidor, a qualidade de vida e a valorização da cidadania, Segundo Neto e Foes:

⁵⁵ Assessor do Ministro do Planejamento 1986-1987. Ex-comentarista econômico da TV Cultura de São Paulo. Criador e organizador do Prêmio Bem Eficiente para entidades sem fins lucrativos. Criador da Edição Melhores e Maiores da Revista Exame. Articulista da Revista Veja - Editora Abril. Árbitro da BOVESPA na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado. Tem vários livros publicados.

⁵⁶ Levinas, E. *Quatro leituras talmúdicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p. 45.

A responsabilidade social é diferente. Tem a ver com a consciência social e o dever cívico. A ação de responsabilidade social não é individual. Reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania. A empresa que a pratica demonstra uma atitude de respeito e estímulo à cidadania corporativa; conseqüentemente existe uma associação direta entre o exercício da responsabilidade social e o exercício da cidadania empresarial.⁵⁷

1.7 A LSCSP DE 1990 ATÉ HOJE

No passado a LSCSP encontrava-se instalada na Alameda Jaú. Em 1990, iniciou a construção de uma sede nova, a Rua Capote Valente nº. 1332 no bairro de Pinheiros. A obra ficou a cargo da Construtora Austin do Brasil. Foi levantado um prédio de quatro

No quadro de mobilização generalizada dos anos 80, a LSCSP teve oportunidade de perceber o quanto fora pioneira na sua tradicional filosofia de integração com a comunidade. Tratou logo de revitalizá-la e imprimi-la a novas ações.

Com o projeto de Orientação Sócio Econômica ao Menor (OSEM), uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo para atendimento à comunidade, começou a funcionar em 1984 no Educandário Dom Duarte, (EDD). O projeto original previa um total de 250 participantes. Em função da intensa procura, entretanto, antes que as atividades começassem, já estavam inscritas 280 crianças. Ainda nesse ano, foram atendidos 370 meninos das favelas próximas do Educandário que, além da orientação, recebiam também uma refeição completa.

Nessa época, a Creche São Cesário também era um pólo importante das atividades, uma referência na Zona Leste da cidade. Por sua profunda integração com a comunidade, essa creche liderava o recebimento de doações da LSCSP repassando recursos excedentes para o Albergue Pedro Régis, a Creche Primeiros Passos, o EDD e a Casa da Infância. Sua barraca na Festa do Belém polarizava atenções e os moradores do bairro cuidavam com desvelo desse equipamento.

No mesmo terreno ocupado pela São Cesário e pelo Jardim Colibri foi criado o Departamento Creche das Andorinhas em 1988. Desde o início as três unidades trabalhavam tanto com crianças carentes de qualquer proveniência quanto com crianças pagantes. Esta forma de atuação demonstrava publicamente a inconsistência de críticas da época que atribuíam à LSCSP uma atitude de segregação em relação às crianças vindas das unidades da Febem.

Em 1989 mais uma unidade voltada à comunidade foi criada: a Creche Primavera, no Jardim Educandário, para atender a crianças carentes do bairro, em regime de semi-internato.

Em 1990 implantou-se no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que “*dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente*” e estabelece parâmetros legais a serem seguidos pelas instituições a eles dedicadas., em suas *Disposições Preliminares*, fica estabelecido:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ⁶⁰.

Muitas das entidades não estavam preparadas para cumprir as exigências do ECA. No Educandário jovens internos começaram a reclamar amparados pelas disposições do Estatuto. Uma das mudanças fundamentais introduzidas pelo ECA foi a afirmação que a situação das crianças em suas famílias, mesmo precárias, eram melhores para o seu completo desenvolvimento do que a permanência abrigados em instituições, por melhores que fossem.

O ECA deu voz aos jovens e eles começaram a se fazer ouvir. As reclamações chegavam aos juizes de menores, das varas das unidades de internações e das varas dos locais de residência dos internos, pertencentes à Vara da Infância e da Juventude. As crianças eram chamadas para serem ouvidas em juízo e as reivindicações eram encaminhadas às instituições pertinentes. Foi difícil internalizar essa nova postura que contrariava frontalmente a tradição observada pela LSCSP e também a orientação de muitas voluntárias que lá trabalhavam há muitos anos.

A Diretoria Central incluiu as exigências do ECA entre os parâmetros do planejamento das atividades da LSCSP, iniciando um processo contínuo para desenvolver em funcionários e voluntários a capacidade de ouvir e corresponder aos anseios dos jovens, respeitando seus direitos. O período de transição foi longo.

Em 1997 Maria Lucia Whitaker Vidigal, que já participava da Diretoria anterior, assumiu a Presidência da LSCSP e iniciou uma gestão transformadora voltada não mais apenas à caridade, mas enfatizando o atendimento. A marca maior dessa mudança foi a implantação de novos procedimentos de gestão que permitiram à Instituição ganhar uma estrutura qualificada e eficiente, aproveitando racionalmente os recursos, desenvolvendo continuamente as competências de seu quadro de voluntários e profissionais e incorporando novos talentos. A atuação de Katalin Willy, a vice-presidente, foi fundamental nessa passagem, por sua habilidade em gestão e relações humanas, harmonizando arestas e tornando possível a transformação. A LSCSP voltou-se para dentro e iniciou uma reformulação conceitual completa de suas atividades.

⁶⁰ Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) sobre a Lei nº 8.068, de 13 de julho de 1990, Livro I, Título I, artigo nº 4. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/eca.htm> acesso em: 30 jan. 2005

Logo que assumiu, já com a intenção de implantar planejamento estratégico para criar condições para a mudança desejada, a presidente levantou informações de forma sistematizada, enviando questionários a todas as diretoras de unidades, tanto assistidas quanto provedoras. Era fundamental conhecer a real situação da LSCSP vista em conjunto.

A Diretoria Central percebeu também a importância crescente de divulgar o trabalho e a experiência da LSCSP na promoção da cidadania. Ainda em 1997, a Presidente providenciou a realização de cursos de formação de pessoal e cursos de atualização sobre trabalho voluntário. E seu trabalho com a filantropia perpetua até hoje, e ainda requer uma continuidade futura no estudo.

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Convém lembrar que desde 1920, já existia na cidade de São Paulo uma entidade denominada Liga das Mães Católicas, que tinha como propósito promover os princípios cristãos dentro do âmbito familiar. Em 10 de outubro do mesmo ano foi registrada a primeira reunião da Liga das Mães Católicas, sob a presidência de Monsenhor Dom Emílio Teixeira, Vigário-Geral de São Paulo. Era um grupo organizado de mães, que passou a se encontrar regularmente no salão da Cúria Metropolitana. Respeitados os princípios da religião, aspiravam a uma atividade onde pudessem intervir mais efetivamente na realidade da população carente. A intenção inicial era a promoção dos princípios cristãos.

É uma forma a partir da qual cada um pode reunir elementos contributivos para situar-se no complexo emaranhado da história.

No momento inicial da LSCSP, a primeira a trabalhar em prol do trabalho social da mulher paulista foi a D. Guiomar Penteado, pois, foi ela quem idealizou com objetivo de atendimento as meninas pobres com dedicação e envolvimento permanente com a população da cidade, foi construindo na mentalidade das pessoas a expectativa e o imaginário da LSCSP.

Dar continuidade à ação social tornou-se um grande desafio. Sua missão foi e ainda é viver o amor ao próximo e o respeito à dignidade humana assistindo os desamparados, desenvolvendo a auto-estima e a capacidade de trabalho.

Pudemos perceber que as ONGs, as organizações sociais, as instituições autônomas da administração pública. Formam entre si uma extensa rede de solidariedade social. Abriam-se também às novas idéias, às escolas populares, à profissionalização dos jovens. A sociedade que se implantava no país - onde novas mídias se afirmavam como veículos indispensáveis para a divulgação. Eram momentos de integração da LSCSP com suas sócias em ambiente familiar e conhecido. A LSCSP nunca deixou de receber o apoio dos mais diversos setores da sociedade, garantindo assim o equilíbrio dos recursos necessários à manutenção das obras beneficentes.

Os reflexos da cultura de responsabilidade social, verificados em países mais desenvolvidos, têm propiciado inúmeras práticas que aliadas às iniciativas privadas, com as das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, sua prática de responsabilidades sociais, tais como: capacidade de compartilhar com os sofrimentos de outras pessoas, arrecadar e distribuir entre os necessitados, alimentos, remédios, agasalhos, etc. também promovem sua educação aos jovens, amparando os idosos e promovendo socialização, embora essas práticas possam ser classificadas em categorias que correspondem a um estágio de evolução da cultura de envolvimento social das empresas. A força do trabalho conjunto das organizações sociais fez uma grande diferença na cidade de São Paulo.

O fato importante é que a atividade social, além de ser um bom negócio, foi certificada e, com esta certificação das empresas cidadãs, acabou por exigir nas comercializações internacionais através de normas internacionais. A Liga das Senhoras Católica de São Paulo, através dos estudos de seus documentos já seria um bom exemplo, colocada sobre o prisma de Emmanuel Levinas, que empenhou toda sua pesquisa em estudos pela responsabilidade do outro. Um outro que tem em si próprio o direito da palavra, uma ética que Levinas descreve como o milagre antes da luz isto é, o milagre antes da razão. Falar é comprometer-se com o interesse dos homens.

Assim, a relação da LSCSP, uma instituição Católica e Levinas, um filósofo brilhante que marcou o pensamento ocidental durante o século que passou, é devido a atualidade do pensamento deste em relação a sua visão do ser humano e do mundo. E suas contribuições e interpelações marcaram uma geração, e continuam constituindo férteis terrenos de exploração para a reflexão filosófica contemporânea.

Emmanuel Levinas era lituano de nascimento, mas foi na França onde viveu e produziu sua importante obra filosófica. Além de filósofo foi também um grande talmudista e

muitos de seus escritos são na verdade comentários ao Talmude que deixam jorrar toda a sua alma judaica, formada na leitura e meditação constante da Torah.

Uma forte razão para a escolha de Levinas neste trabalho diz respeito à possibilidade de diálogo que seu pensamento permite entre o cristianismo e os cristãos. Além disso, ele tem sido uma mediação para muitos trabalhos teológicos de envergadura como fonte de inspiração para muitos que hoje pensam em religião. No centro do seu pensamento está a noção de alteridade, o lugar do outro na vida humana e na experiência vital. Levinas pensou a alteridade e o outro. O outro, para o filósofo judeu, é a condição mesma da existência da vida. Mais: é a condição mesma do eu tomar conhecimento de quem é e de qual é seu lugar no mundo.

A face do outro se apresenta ao eu e brilha como uma revelação para Levinas. Estão banidas sentenças como: "Eu sou", ou "Penso logo existo", que construíram a afirmação orgulhosa do eu que vê no outro um empecilho para sua realização. Mas o verbo da existência humana só pode ser conjugado no acusativo "Eis-me aqui".

Para Levinas, a atitude fundamental que humaniza e faz o ser humano chegar à plenitude de sua realização é a responsabilidade pelo outro, a disposição para estar inteiramente a serviço do outro, fazendo-se mesmo seu refém. A relação cristã da LSCSP se identifica e se aproxima de Levinas, pois, para ele, jamais o outro poderia ser um inferno para o eu, que o Evangelho ensina que só se realiza na abertura solidária e disponível para um serviço que vai até as últimas conseqüências. Levinas, no entanto, continua lentamente penetrando no pensamento de muitos e abrindo caminho no coração de tantos, ensinando que a verdadeira epifânia pela qual anseia o coração humano está na face do outro e em nenhum outro lugar.

Por esta razão no próximo capítulo será tratado o pensamento da ética da alteridade de Emmanuel Levinas que, precede a própria ontologia e onde o Outro ocupa o lugar fundamental. Levinas nos alerta: não somos donos de nossa própria casa, a oferecemos à visitação do outro o que dele apoderamos, para com ele temos desde sempre uma dívida irresgatável. A categoria central do pensamento Levinasiano é a face. A face é visada, porém invisível; não se expressa. A relação que ele estabelece com o Outro persiste no absoluto, no estranho. Assim, acolher a face é inscrever-se na relação ética onde ela, Face, resiste a qualquer apreensão, mas não me violenta.

A relação com a face é num primeiro momento ética, segundo Levinas. É a face que permite o discurso original, aquele que obriga a entrar no discurso e que possibilita a Razão. A face apresenta o Outro na exigência de uma resposta, mas um terceiro (e toda a humanidade) nos observa e pela linguagem solicita a justiça dos iguais. Igualdade que se coloca na idéia de fraternidade. Assim, no próximo capítulo trabalharemos a face como ética solidária pelo prisma da responsabilidade em Levinas.

2. CAPÍTULO II

ÉTICA SOLIDÁRIA: A FACE⁶¹ COMO RESPONSÁVEL PELO OUTRO NO PRISMA DE EMMANUEL LEVINAS

2.1 INTRODUÇÃO

Aproximar a filosofia de Levinas à LSCSP é descobrir a dimensão moral em nossas relações com os demais. Perante *os outros* temos uma responsabilidade, a exigência de dar conta de nossas ações na medida em que elas podem afetá-los. Os outros, em seus modos de pensar e viver, em sua dimensão histórica, são, nas palavras de Kant, fim em si mesmos, não instrumento de uso para outras finalidades. Somos, como diz Levinas, responsáveis *pelo outro*, daquele para quem sempre estamos em dívida.

É o *outro* quem, a partir de sua dignidade, a partir da autoridade de sua face, nos exige reconhecimento. Face ao outro não podemos manter-nos mudos. A palavra é uma dívida previamente contraída. O outro é *alguém* que está ali e exige não ser ignorado nas suas idéias, crenças e quanto à sua própria pessoa. Isso faz com que não possamos, nem devemos separar na pessoa daquilo que é sua natureza, daquilo que *vai sendo*, promover modos de pensar e viver, ainda que sejam diferentes dos próprios. Não é lícito, portanto, fazer a distinção entre a valorização da pessoa humana que, sem dúvida, deve ser sempre respeitada, e suas crenças ou convicções pessoais, mesmo que estas sejam equivocadas.

Levinas com sua filosofia do terceiro, dos existentes, do outrem, nos faz refletir sobre a ética da solidariedade, pois se funda no imperativo de justiça torna-a refém, no sentido de

⁶¹ Há vários grupos de palavras que têm uma significação geral comum, porém, distinguem-se por algumas idéias particulares e podem ser empregadas em diferentes situações. Podemos tomar como exemplo as palavras cara, rosto, face e fisionomia. Todas querem dizer a mesma coisa. Na Carta apostólica Novo millennio ineunte (6.1. 2001), João Paulo II dedica um capítulo (2.º) à contemplação do “rosto de Cristo”, dizendo que «é missão da Igreja fazer resplandecer em cada época o rosto de Cristo», «rosto do Nazareno... rosto do Filho... rosto doloroso... rosto do Ressuscitado». A face revela a pessoa e o seu estado de alma. Assim para Levinas, a escolha em usar a palavra rosto é porque o outro levinasiano não é empírico, nem puramente fenomenológico, é uma presença real que eu posso olhar e que me olha por sua vez; é dado no encontro face-a-face, ele é rosto, neste sentido, a sua filosofia já suficientemente conhecida como a filosofia do outro ou poderia também ser chamada de filosofia do rosto. O outro é assim uma presença dada como exterioridade, mas uma exterioridade que vem duma interioridade. O rosto levinasiano está carregado de significados e não se reduz à sua manifestação exterior. Neste trabalho, será usada a palavra face no lugar de rosto por entender que a face esta mais próxima da revelação do interior da alma, do desconhecido. Disponível em: http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=776, acesso em: 20 de fev. de 2006.

obrigá-la a construir um novo patamar de relações, onde as responsabilidades devem ser distribuídas entre muitos, inclusive entre os vários saberes. Reconhecendo a dívida que tanto ela – filosofia - quanto as ciências modernas, herdeiras da tradição metafísica, têm em relação ao outrem, como comum, como favelado, como aquele que não pôde participar de seu saber soberano.

O terceiro como fundamento - e fim - da filosofia da alteridade de Levinas conduz o próprio pensamento à noção de comunidade, mas a uma comunidade de plurais, e não a uma comunidade ideal.

Se não houvesse a intervenção deste terceiro na filosofia, se ela continuasse a seguir as filosofias da alteridade anteriores - que encaravam sempre o outro como o segundo na relação, como um tu - a ética persistiria em se delinear como uma filosofia da reciprocidade, como uma tentativa de harmonia e comunhão, e, por conseguinte, de retorno ao mesmo.

Acreditando que sua filosofia não deve mais dizer respeito ao outro, mas a todos os outros que nos dizem respeito; já que o terceiro é o outro próximo, mas também é o próximo do outrem, e não simplesmente o seu semelhante. Trata-se de um novo modo de pensar a proximidade como responsabilidade dos sujeitos comuns.

Como a ação da LSCSP é fazer justiça, aqui o pensamento de Levinas nos obriga a filosofar e a assumir posições. Responsabilidade começa pelo seu próprio saber, e por ela ecoa no mundo, assumindo para si uma práxis que admita a violência disseminada pelo mundo, lhe concirna que sua tarefa deve assentar-se no desejo de enfraquecer o que há de tão violento como a fome e a miséria.

Proponho, então, neste capítulo uma análise da filosofia de Emmanuel. Pois é Levinas que nos traz à reflexão a certeza de que o contato com o Outro e a busca do Absolutamente Outro é o verdadeiro amor solidário. Sendo assim seguiremos fazendo menção de sua filosofia para posterior analisarmos com a ação solidária da LSCSP.

Abordaremos a face como ícone da ética solidária e da responsabilidade sobre o outro, de acordo com a teoria do mesmo autor.

Emmanuel Levinas (1906-1995) era um filósofo lituano, nascido na cidade de Kaunas (ou Kovno), de descendência judaica e naturalizado francês, bastante influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi tradutor, assim como pelas obras de Martin Heidegger e Franz Rosenzweig. Seu pensamento parte da idéia de que é a Ética, e não a

Ontologia, a Filosofia primeira. É no face-a-face humano que se irrompe todo sentido. Diante da face do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à idéia o Infinito.

Nascido em 1906, no seio de uma família hebraica, o pai um livreiro, Levinas logo teve contato com os clássicos da literatura russa, como Dostoiévski - tão citado em suas obras. Aos doze anos, na Ucrânia, assiste à revolução de Outubro (1917). Mais tarde, estabelece-se na França (1923) e inicia seus estudos de filosofia em Strasbourg. Dirigindo-se a Friburgo (1928-1929), torna-se aluno de Edmund Husserl e Martin Heidegger, dos quais será um dos primeiros a introduzir o pensamento na França. No ano seguinte, apresenta sua tese de doutorado sobre *La Théorie de l'Intuition dans la Phénoménologie de Husserl* (A Teoria da Intuição na Fenomenologia de Husserl) (1930) e continua escrevendo artigos sobre os dois autores, alguns recolhidos mais tarde em seu *En Découvrant l'Existence avec Husserl et Heidegger* (Descobrendo a Existência como Husserl e Heidegger) (1949).

Retorna a Paris até que, tendo eclodido a II Guerra Mundial (1939), é capturado e feito prisioneiro pelos alemães. Exilado por cinco anos não poderá mais esquecer a marca do ódio do homem contra o outro homem deixada pela violência nazista. No cativeiro foi escrito grande parte de sua obra *De l'Existence à l'Existant* (Da Existência ao Existente) (1947), publicada dois anos após o fim da guerra.

Durante dezoito anos (1946-1964), dedica-se à direção da Escola Normal Israelita Oriental de Paris. Nesse período publica sua grande obra *Totalité et Infini* (Totalidade e Infinito) (1961), que representa um momento de síntese das investigações a que vinha se dedicando até então. *Difficile Liberté* (Difícil Liberdade) (1963) aparecerá dois anos depois, enfocando questões sobre o judaísmo. Leciona depois na universidade de Poitiers (1964-1967), na de Paris-Nanterre (1967-1973) e na de Paris-Sorbone (1973-1984). Faleceu em Paris em dezembro de 1995.

Entre o pensamento de Ulisses e Abraão o itinerário pessoal de Levinas, marcado por êxodo e exílio, nos remete ao itinerário de Abraão - figura bíblica que expressa a intenção de sua filosofia: sair de sua terra a uma outra desconhecida sem poder retornar.

Historicamente, está impressa na sua obra a memória dos seis milhões de judeus assassinados pelo nacional-socialismo durante a *Shoah* (Holocausto), aos quais dedica seu livro *Autrement qu'être* (Outramente que ser) (1974). Traz consigo, portanto, a inquietação de um século marcado pela dominação do homem sobre o outro homem.

Filosoficamente, Levinas percebe que o pensamento ocidental, a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. O Ser dominou a Antigüidade e a Idade Média, sendo depois substituído pelo eu desde a época moderna até os nossos dias. Porém sempre sob o mesmo sinal: a unidade unificadora e totalizante que exclui o confronto e a valorização da diversidade entendida como abertura para o Outro. O caminho da filosofia é o de Ulisses - mito grego que, após cada aventura, retorna sempre para sua casa. Deste modo, a obra de Levinas transmite o alerta de uma emergência ética de se repensar os caminhos da filosofia a partir de um novo prisma, de se partir do eu já em direção ao Outro. Tal inspiração Levinas buscará na sabedoria judaica.

Confrontando a filosofia ocidental, dialoga constantemente com os pensadores da tradição, como Platão, Descartes, Kant, Hegel, Bergson, Husserl e Heidegger. Esses dois últimos estão sempre presentes em sua obra, seja partindo deles, seja tentando superá-los. A propósito, afirma: “quase sempre, começo com Husserl ou em Husserl, mas o que digo já não está em Husserl” e, em outro lugar: “Apesar do horror que um dia veio associar-se ao nome de Heidegger - e que nada poderá dissipar - nada conseguiu desfazer em meu espírito a convicção de que *Sein und Zeit* (Ser e Tempo) de 1927, é imprescritível”. De Descartes, Levinas guarda a descoberta da idéia do infinito, tomada como orientação metafísica para a sua ética. Contudo, é com Franz Rosenzweig que comunga suas maiores intuições, autor esse "presente demais para ser citado" segundo Levinas.

Levinas conserva em sua filosofia influências do método fenomenológico husserliano e da analítica existencial heideggeriana, porém distancia-se de ambos essencialmente. A ruptura se dá em três momentos.

Primeiramente, Levinas busca superar o conceito husserliano de intencionalidade e romper com o solipsismo do ego. Retoma a concepção de ego para concebê-lo antes de tudo como uma abertura ao Outro, superando a idéia de consciência constituinte dos objetos do mundo. Assim, rompe também com Heidegger, que pensara *o Dasein* (a presença) não mais que um abrindo-se ao mundo e através dele ao Ser.

Em segundo lugar, Levinas contesta que o Ser ofereça o último fundamento ao homem, ou seja, que a ontologia seja fundamental - rompendo com o projeto heideggeriano. Levinas prevê o risco de *o Dasein* (a presença), apropriando-se do Ser, impor-se como princípio em detrimento ao eventual de qualquer Outro.

Enfim, far-se-á necessário para Levinas abandonar todo e qualquer discurso sobre o Ser e tentar dizer a realidade “outramente que ser” (*autrement qu'être*). Será, portanto, de grande importância, descobrir Deus como instância última da ética e do Infinito.

2.2 ABORDAGENS SOBRE A ÉTICA

A ética, como um campo de estudo e reflexão em torno da conduta humana, é objeto da Filosofia. Porém, refletir sobre a ética não se restringe apenas ao campo da Filosofia, mas a diferentes áreas do saber. A ética vem ganhando espaço, servindo trabalhos exemplares como, “A sociedade em busca de valores”⁶² que reúne ensaios de vários autores.

No que diz respeito à ética solidária, a emergência da temática ganha amplitude quando o agir de membros de um determinado grupo tende a interferir, de modo decisivo, sobre si mesmo, sobre seus colegas ou sobre a sociedade como um todo. Segundo Sung e Silva:

Além de responsável, a ética precisa romper os limites do individualismo da sociedade moderna; ela deve ser uma ética da responsabilidade solidária. Ser solidário significa se colocar no lugar do outro, daqueles que são as maiores vítimas dos processos sociais de exclusão (...) uma ação solidária é necessariamente uma ação coletiva que se expressa atualmente nos movimentos sociais em defesa dos mais fracos – movimentos pelos direitos humanos, ecológicos, de mulheres, índios, de combate a fome e tantos outros que se baseiam numa nova ética social, a ética solidária.⁶³

Dentre outras das questões voltadas à discussão sobre ética solidária estão o modo como o voluntariado se constitui e, como ele vem assumindo seu papel na sociedade contemporânea⁶⁴. Segundo definição da ONU:

O voluntariado beneficia tanto a sociedade em geral como o próprio voluntário. Realiza importantes contribuições a nível econômico e social e contribui para formar sociedades mais coesas e inclusivas, uma vez que fomenta a confiança e a solidariedade entre os cidadãos. Para a ONU, os

⁶² Morin, E.. *A sociedade em busca de Valores: para fugir à alternativa entre o ceticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

⁶³ Sung, J. Mo e Silva, Josué C. da. *Conversando sobre ética e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 114.

⁶⁴ Este tema será melhor detalhado no próximo capítulo

fundamentos do voluntariado são os valores da vontade livre, do compromisso, do engajamento e da solidariedade⁶⁵.

Em recente estudo realizado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança⁶⁶, definiu-se o voluntário como ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doando seu tempo e conhecimentos na realização de um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário. Atende tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, participante e consciente, diferenciamos também o seu grau de comprometimento: ações mais permanentes, que implicam em maiores compromissos, requerem um determinado tipo de voluntário, e podem levá-lo inclusive a uma "profissionalização voluntária". Existem também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outro perfil de indivíduos e que poderemos verificar no capítulo seguinte.

Aqui a ética diz respeito ao ser humano na sua dimensão de ser social e religioso. Tomando-se como base às proposições da sociologia do conhecimento desenvolvidas por Berger e Luckmann⁶⁷, podemos considerar a ética como uma construção social. Assim, a ética pode ser compreendida como "algo vivo". Vivo para expressar que, de um lado, ao longo do processo civilizatório humano a ética recebe diferentes abordagens, conforme se modificam as condições materiais, tecnológicas, estéticas, intelectuais e culturais.

Também, por outro lado, ela pode ser compreendida como cheia de vida, porque não é qualquer coisa exterior aos homens, não deve ser vista como um cânone sagrado, mas sim, como resultados da própria ação dos homens e das quais todos são participantes em sua construção.

A busca do bem como finalidade da ética, como propunha Aristóteles apresenta o desafio de uma conduta diária baseada no "meio-termo", no equilíbrio, tanto no âmbito de si mesmo, como nas relações com o outro. É importante ressaltar que, a noção de ética proposta

⁶⁵ Disponível em: <http://www.iipc.org/voluntariado/voluntariado.php>, acesso em 27 de set. de 2005

⁶⁶ Corullon, Mônica, & Wilhelm, Ana Maria. *Voluntários: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil*. São Paulo: Fundação Abrinq pelos direitos da Crianças, 1996, p.1

⁶⁷ Berger, P. L.; Luckmann, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

inicialmente na sociedade grega buscava qualificar a conduta humana, ou as “virtudes”, como éticas, partindo de uma noção de ética que designa costumes⁶⁸.

Gabriel Chalita⁶⁹, baseando-se na “Ética a Nicômacos”⁷⁰ de Aristóteles, propõe a observância de preceitos que chama de “Dez mandamentos da ética”: fazer o bem; agir com moderação; saber escolher; praticar as virtudes; viver a justiça; valer-se da razão; valer-se do coração; ser amigo; cultivar o amor e ser feliz. Segundo o autor, o exercício de tais preceitos leva a uma vida harmoniosa, a uma vida ética na qual “a vitória conquistada pelo bem é fazer o bem, e a recompensa por agir eticamente é ser ético”⁷¹.

Um exemplo das diferentes abordagens da ética e sua relação com o contexto social em que se vive é a ética da responsabilidade. Conforme mostra Giacoia Júnior:

A ética da proximidade e da presença [...] continua a valer para a esfera cotidiana das relações humanas próximas e recíprocas. Esta passa a ser, porém, ensombrecida pela esfera crescentes do agir coletivo, na qual agente, ato e efeitos não são mais os mesmos que aqueles implicados na esfera ética da presença e da aproximidades⁷².

Assim, no acelerado desenvolvimento tecnológico que permite diferentes possibilidades de intervenção humana sobre a natureza, sobre si mesmo e sobre a crise ecológica está o bojo das discussões que tratam de uma ética que diz respeito ao futuro remoto ou às futuras gerações.

Neste fim de século, as sociedades contemporâneas vivem um quadro de perplexidade, provocado pelas profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas. A perplexidade é ainda maior quando se considera os graves problemas sociais que o atual processo da chamada “globalização” vem provocando. A lógica econômica neoliberal, que norteia a “globalização”, tem conduzido à supressão da solidariedade.

A expressão solidariedade aparece no debate político cotidiano com muita ambigüidade, mas considero que em torno dessa palavra podemos encontrar alguns elementos importantes para a compreensão dos impasses da sociedade contemporânea. O tema da solidariedade, que encontramos já presente nas obras de Pierre Leroux, de Auguste Comte e

⁶⁸ Mora, J. F. Ética. In. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 245-252.

⁶⁹ Chalita, G. *Os dez mandamentos da ética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

⁷⁰ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2002.

⁷¹ Chalita, G. *Os dez mandamentos da ética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, p. 199

Proudhon, constitui-se sistematicamente um pouco mais tarde. Depois das primeiras tentativas de síntese feitas por Charles Renouvier, Charles Secrétan, Alfred Fouillé, Marion e Charles Gide, o discurso da solidariedade foi sistematizado

colocados pela sociedade contemporânea obrigam-nos a rejeitar, por um lado, o individualismo, e, por outro lado, a tendência que sufoca o indivíduo.

Esse falso dilema só será evitado se adotarmos um pensamento complexo capaz de realçar a dinâmica constante das contradições. A solidariedade deve estar ligada a uma visão complexa da sociedade, na qual a solidariedade e a complexidade são duas noções que se completam, pois o emprego do princípio da complexidade esclarece as virtudes da solidariedade.

Nesse sentido, a reconstrução da solidariedade deve tentar forjar uma unidade levando em conta a complexidade da vida social. A solidariedade não pode deixar de partir das próprias práticas existentes na teia da solidariedade social, e de abrir caminho para a criação de um *espaço social* intermediário entre a autonomia pública e autonomia privada.

O Estado e a sociedade civil, o Estado e o mercado, o político e o econômico, o ideal e o empírico, o universal e o particular, concebem uma nova forma de solidariedade que estabelece relações de complementaridade. O Estado não é a única forma de vida coletiva. Não basta unicamente a intervenção do Estado para a reconstrução da solidariedade, porque esta não se realiza exclusivamente pela via do Estado.

Ao lado do Estado socialmente ativo, a reconstrução da solidariedade implica a existência de uma lógica de solidariedade realizada em todo o espaço da sociedade civil, capaz de assegurar aos grupos e aos indivíduos as condições para uma efetiva participação no processo social.

A solidariedade, portanto, é vista como uma prática alimentada pela própria complexidade social, que exige uma concepção aberta, flexível e pluralista, baseada cada vez mais na autonomização da sociedade civil, dos grupos sociais e também dos indivíduos, pois estes não são jamais vistos de maneira isolada, mas no quadro da trama de solidariedade existente na sociedade. É o que pode ser notado na LSCSP.

Nela a reconstrução da solidariedade deve passar necessariamente por investigações no plano epistemológico, sociológico, político e ético. Neste capítulo, pretendo dar relevo a alguns elementos no plano da filosofia de Emmanuel Levinas que investiga e interroga filosoficamente o problema do sentido do ser humano, sua vida, suas relações. Levinas, pois, em seu contexto traz os mais diversos temas, referências e influências de sua época, que conformam o conjunto de filosofia do século XX.

Foi afirmado acima, o grande problema da reconstrução da solidariedade é tentar forjar uma filosofia levinasiana capaz de pensar o encontro de uma *ética comunitária*. Levinas faz da filosofia uma ética, ou *da ética a filosofia primeira*. Aqui trataremos de alguns

mandamento, que é uma chamada a minha responsabilidade, é também um imperativo; é –pronunciado– por uma inteligibilidade não conceitual nem racional, mas uma inteligibilidade em que o rosto proferido o <tu não cometerás assassínio> enuncia a exterioridade inviolável.⁷⁴

Assim, Levinas que é filho de seu tempo, e vivencia o drama na sua história pessoal, constrói uma ética da atenção, da responsabilidade, da vigilância, do cuidado com o outro. Levinas se interessa pelo sujeito moral e responsável dos sofrimentos do Outro.

Para ele a ética da responsabilidade é o desafio de um equilíbrio, de uma vida harmoniosa que traz presente à compreensão de que há um ambiente no qual nosso agir presente constrói o futuro.

Essa preocupação com um futuro é o que confere uma novidade nesta abordagem da ética, mas, como ter equilíbrio, uma vida harmoniosa e fazer o bem, no mundo em que vivemos hoje cheio de incertezas. As discussões sobre ética carregam em si complexidade, porque está relacionada ao modo como uma determinada instituição se organiza.

Em função desta complexidade que envolve interesses políticos, econômicos e sociais, a ética congrega uma carga ideológica que, para Freidson⁷⁵, é percebida exatamente no processo de formação de um grupo que incorpora um empreendimento.

Na LSCSP vivenciam-se relações políticas, econômicas e sociais. Assim, pessoas que lá trabalham, ajudam-se, comunicam se encontram se, portanto interagem numa relação de compartilhamento da solidariedade.

Ao pensarmos uma ética solidária nos parece possível estabelecer uma aproximação com a abordagem da ética da alteridade, buscando critérios fundamentais para refletir sobre ética partindo de um imperativo ético, que reside no encontro com o outro, numa relação responsável com o outro. Na ética da alteridade, a presença do outro, o encontro com o outro nos oferece uma possibilidade de construção ética: quando seres humanos virem a se reconhecer, a partir do que Levinas⁷⁶ denomina de relação responsável. Relação responsável que permite a identidade enquanto ser humano, um senso de igualdade, de reconhecer-se pelo outro.

⁷⁴ Nunes, Etelvina P. L.. *O Outro e o Face: problemas da alteridade em Emmanuel Levinas*. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, 1993, p. 62

⁷⁵ Freidson, E. *O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Ed USP, 1998.

⁷⁶ TI. p. 63

2.4 ÉTICA DA ALTERIDADE

A (in)capacidade de tolerar o outro em função de diferenças, de sua singularidade, de ver e viver a vida marca diferentes momentos da história da humanidade. Um exemplo foi o processo de extermínio de povos indígenas na América Latina. Outro exemplo, dentre tantos outros, foi o extermínio de judeus durante a segunda Grande Guerra Mundial. Levinas vivenciou muito bem exemplos como estes que mostram um tipo de extremismo e de intolerância máxima.

Porém, a capacidade de agir e reagir diante de fatos e acontecimentos nos permite aprender continuamente e reinventar a vida diante das situações, por mais absurdas que elas se mostrem. Nesse sentido, Emmanuel Levinas, partindo especialmente da perseguição aos semitas, traz para o campo da ética uma nova abordagem: a ética da alteridade. A ética da alteridade traz presente a face do outro. Segundo Levinas:

O rosto é uma presença viva, é expressão. A vida da expressão consiste em

Partindo dessas considerações, nos cabe perguntar como pensar uma ética em organizações não governamentais e, como se constrói uma relação responsável com o outro? Tal reflexão pode ser baseada num olhar para si próprio: como eu gostaria de ser tratada por uma instituição desta? Que realidade encontramos na face do outro, no cotidiano das pessoas que dispõem de um tempo para a prática da solidariedade?

Além de uma aplicabilidade para fins de estudo, estas perguntas servem também para refletirmos sobre a percepção da relação com o outro partindo da própria ação, levando à possibilidade de uma construção na qual não há perdedores ou vencedores, mas sim, pessoas que buscam um agir harmonioso, equilibrado, que respeita o agir responsável.

Um agir que por reunir todas estas qualidades, é considerado um agir no caminho do bem, um sujeito - indivíduo que vive e constrói sua própria história e, enquanto sujeito comunidade profissional contribui na construção da história do outro, segundo nos diz Pablo Richard:

O sujeito-indivíduo afirma-se em competição com o outro, na derrota e eliminação do outro. É o eu que triunfa na competição do mercado e na acumulação pessoal de capital. O outro só existe se me reconhecer ou se me for útil. O sujeito-comunidade, ao contrário, procura o outro como condição de sua própria existência enquanto sujeito. Toda a atividade do eu está definida pela busca do outro, do diferente, do que me fala e me interpela. Entende que a morte do outro é a minha própria morte, ou seja, que todo assassinato é, definitivamente, um suicídio.⁸⁰

Para Levinas o problema da filosofia ocidental é que ela é na maioria dos casos uma ontologia – isto é, uma redução do Outro ao Mesmo segundo ele:

O *ser* antes do *ente*, a ontologia antes da metafísica movimento dentro do Mesmo antes da obrigação em relação ao Outro. [...] Para a tradição filosófica, os *conflitos* entre o Mesmo e o Outro resolvem-se pela teoria em que o Outro se reduz ao Mesmo ou, concretamente, pela comunidade do Estado em que sob o poder anônimo, ainda que inteligível, o Eu reencontra a guerra na opressão tirânica que sofre da parte da totalidade.⁸¹

No entanto é nesta posição crítica do filósofo que também percebemos alguns dos mais importantes mistérios da filosofia de Levinas - como seria possível ao Eu reconhecer o

⁸⁰ Richard, Pablo. *Força Ética e Espiritual da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006. p.98

⁸¹ TI. p 34

Outro, sem nenhuma tentativa que o leve a compreender, capturar, transformar a sua exterioridade?

Seria verdadeiramente possível para a filosofia ocidental, que tem suas raízes no logos, na razão, reconhecer o Outro sem propriamente o transformar, o traduzir ou mesmo o invadir?

Além disso, porque é que Levinas faz constante referência a termos como exterioridade e infinito para chamar a atenção do problema da ontologia como domínio imperialista do Eu, como totalidade?

Segundo Levinas só pode existir um relacionamento entre o Eu e o Outro, se fundado em princípios éticos. Através da ética o relacionamento entre dois seres absolutamente diferentes passa a ser um relacionamento fundado na distância, onde pelo menos um dos elementos é portador de uma exterioridade absoluta.

2.5 IDÉIA DO INFINITO NA BUSCA DA ÉTICA RESPONSÁVEL

A idéia do Infinito é trazida por Levinas do método cartesiano, para demonstrar a possibilidade do Mesmo ter um relacionamento com um ser de uma exterioridade absoluta. Um ser que existe radicalmente fora da compreensão humana. A idéia do infinito é transcendente.

Desta maneira a exterioridade do Outro absoluto encontra-se além do próprio ser, na face de Deus ou simplesmente na face do Estrangeiro. A exterioridade é o que está fora do alcance de qualquer concretização possível, e por isso mesmo, o que nunca se pode possuir ou dominar. Deste modo a compreensão do relacionamento ético entre o Mesmo e o Outro é realizada partindo da idéia do infinito, da idéia da exterioridade. O relacionamento ético aparece como face e como fala, é através da face que o Mesmo encontra fisicamente o Outro, um outro ser humano.

Um ponto decisivo na elaboração Levinasiana é a afirmação que o ético antecede o ontológico. Porém, ele fala não de um "dever ser", mas de um "ter de ser"; não da possibilidade de fazer escolhas, mas de uma disponibilidade de responder ao outro (responsabilidade) que antecede qualquer voluntarismo. Neste sentido, não há opção, não há decisão, só intimação pelo Outro. A face não se apresenta à compreensão.

Esta abertura ao Outro, mesmo significando uma responsabilidade radical para com o próximo, não é fruto de uma intencionalidade, mas antes de uma sensibilidade onde o Eu deixa-se impactar pelo estranho, pelo externo, pela alteridade - e torna-se refém do Outro. Esses são alguns dos elementos centrais da “ética Levinasiana” necessários para a compreensão de sua posição em relação à idéia de Deus e assim, possamos fazer deduções para a dimensão da religiosidade.

O pensamento de Levinas nos impõe esta evidência: Deus nos vem à idéia⁸². Levinas nos esclarece que a palavra Deus é uma palavra significante, independentemente do problema da existência de Deus. Aliada a isso, a idéia de De

obstinação de dizer sem termos de imanência, com se apose da fusão – ideal da consciência intencional – esgotassem a energia espiritual.⁸⁵

Assim entendemos que se trata de uma súplica pela responsabilidade, contudo, que não exige reciprocidade, pois a responsabilidade de outrem é coisa dele. É, porém, pela face do outro que me chega o Infinito, conclui Levinas:

Com a colocação em mim da idéia do Infinito, acontecimento profético para além de sua particularidade psicológica: pulsação do tempo primordial em que por ela mesma ou de si, a idéia do Infinito deformalizada – significa. Deus-vindo-à-ideia, como vida de Deus⁸⁶

A idéia de Infinito em nós não é uma tematização, mas uma não-indiferença do Infinito pelo pensamento incapaz de englobá-lo, ou seja, uma passividade "traumática" diante do Infinito. Levinas se aproxima da questão da subjetividade a partir da idéia de Infinito. Esta não deve ser entendida, contudo, nem como teologia nem como teleologia. Também não se trata simplesmente da negação do finito pela idéia de Infinito, mas antes que a idéia de Infinito no pensamento precede ao próprio finito que ela nega. Esta negação, segundo Levinas, é a própria subjetividade do sujeito por trás da intencionalidade. Em suas palavras:

A diferença do Infinito e do finito, é uma não-indiferença do Infinito para com o finito e a segredo da subjetividade. A figura do Infinito-introduzindo-em-mim-conforme Descartes contemporânea de minha criação – significaria que o não-poder-compreender-o-Infinito-pelo-pensamento é uma relação de algum modo positiva com este pensamento; mas, com este pensamento como passivo, como cogitação quase desconcertada que não comanda ainda – o *cogitatum*, que não se apressa ainda em direção da adequação entre o termo da teleologia espontânea da consciência e este termo dado no ser – que é o destino da teleologia essencial da consciência, tendendo a seu termo intencional e conjurando a presença da re-presentação."⁸⁷

O pensamento não pode compreender - representar - o Infinito, pois esta é a incondição do pensamento. E Deus, o que é? Para Levinas é "outro que outrem", uma alteridade prévia à alteridade de outrem - a transcendência verdadeira. Quando ele diz:

O infinito não está “diante” de mim; sou eu quem o exprime, precisamente ao fazer sinal da doação do sinal, sinal “para-o-outro”, em que me des-

⁸⁵ EN. pp. 279/280.

⁸⁶ DVI. p. 16.

⁸⁷ DVI. p. 98.

interesse: eis-me aqui. Acusativo maravilhoso: eis-me aqui sob vosso olhar, obrigado, vosso servidor. Em nome de Deus. Sem Tematização! A frase em que Deus entra em jogo das palavras não é “eu creio em Deus”. O discurso religioso prévio a todo discurso religioso não é o diálogo. É o “eis-me aqui” expresso o próximo ao qual sou entregue, eis-me aqui que anuncio a paz, isto é minha responsabilidade por outrem. “Ao fazer desabrochar a linguagem em seus lábios...Paz, paz a quem está longe e a quem está próximo, diz o Eterno”⁸⁸

Este é o discurso profético da revolta ética no testemunho da responsabilidade como pura obediência, onde não foi dada nenhuma ordem. A possibilidade de uma espiritualidade fundada na relação com o Tu e com o Deus invisível da invocação.

O sentido do humano estaria na responsabilidade irrecusável para com o outro, neste amor pelo outro que é, no limiar, Deus que vem à idéia - Revelação. Mas isso, nada tem a ver com uma "nova prova da existência de Deus", mas sim, com a significância que a palavra Deus tem para o homem. Encontramo-nos no âmbito da ética onde as noções de Infinito, de Absoluto e de Transcendência têm sentido. Assim pensava Emmanuel Levinas sobre a ética transcendental.

Com isto o encontro com a face e a fala do Outro é a única possibilidade que o Mesmo tem no seu caminho para a verdade, a sua única possibilidade de aprender a receber. Somente através da face e da fala pode o Eu chegar ao Outro como seu vizinho. Em Levinas o encontro entre o Eu e o Outro é uma separação *ad infinitum*, onde só é possível chegar ao Outro se o Eu se atirar de cabeça a uma arriscada procura da verdade. Uma verdade que não tem origem no Mesmo, mas sim na exterioridade do Outro.

A filosofia de Levinas insiste no fato de que o Outro absoluto e o Mesmo serem duas entidades diferentes, mas diferença não quer dizer aqui diferente de, já que para Levinas o importante é defender a existência autônoma do Outro. Dizer que o Outro é diferente do Eu seria o mesmo que dizer que o Outro só existiria a partir do pensamento do Mesmo.

Sua filosofia insiste, precisamente ao contrário, no fato de a exterioridade, isto é, a separação entre o Eu e o Outro, ser inevitável.

O resultado desta separação, desta exterioridade é que o Eu nunca poderá reduzir o Outro a uma imagem de si próprio, nem sequer defini-lo, já que o Outro estará sempre fora do alcance do pretensioso Mesmo. A escolha de Levinas do termo rosto repousa certamente na tradição bíblica e judaica, onde Deus é geralmente definido como face ou como Olhar.

⁸⁸ DVI, p. 110.

2.6 A FACE COMO ÉTICA RESPONSÁVEL

Segundo Levinas A face é o mesmo que a exterioridade, a prova da existência divina do Outro absoluto. Contrariamente a face o olhar é definido por Levinas como um movimento em direção à totalidade, já que é através do olhar que o Eu tenta pôr o Outro à vista, tenta objetivar o Outro.

Através da máscara penetra os olhos, a indisfarçável linguagem dos olhos. O olho não reluz, fala. A alternativa da verdade e da mentira, da sinceridade e da dissimulação, é o privilégio de quem se mantém na relação de absoluta franqueza, na absoluta franqueza que não se pode esconder.⁸⁹

O olhar é, por este ponto de vista, como o olhar hipnótico da cobra, que engole a sua vítima com o fim de destruí-la. Este olhar representa para Levinas a tentação de sistematização total do saber do mundo ocidental. Uma sistematização profundamente enraizada na solidão do Eu no mundo. Um Eu que se descobre através do seu olhar solipsístico⁹⁰. Segundo Levinas:

A consciência permite distinguir ao eu das coisas, mas não faz desaparecer o solipsismo porque seu elemento, a luz, nos faz donos do mundo exterior, mas é impróprio de encontramos um interlocutor. A objetividade do saber racional não elimina em absoluto o caráter solitário da razão. A possibilidade de converter a objetividade em subjetividade é o tema mesmo do idealismo, que é uma filosofia da razão. A objetividade da luz é a própria subjetividade. Todo objeto pode ser este em termos de consciência, é dizer, posto a luz.⁹¹

A face ao contrário é definido como um não-lugar, onde o Outro absoluto habita em pura liberdade numa habitação sem portas, sem janelas, sem sequer muros. Desta face nasce tudo que o Eu no seu desejo existencial sente falta, precisamente o encontro com um Outro, e o desejo de dialogar com este Outro:

⁸⁹ TI. p. 53/54

⁹⁰ Solipsismo Tese de que só eu existo e de que todos os outros entes (homens e coisas) são apenas idéias minhas. O termo mais antigo para indicar essa tese é: egoísmo, retirado do *Dicionário de Filosofia*, Tradução feita por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 918

⁹¹ Levinas, Emmanuel. *El Tiempo y el Otro*.

A presença do rosto que vem de além do mundo, mas que me empenha na fraternidade humana, não esmaga como uma essência numinosa, que faz tremer e se faz tremer. Estar em relação dispensando-se dessa relação equivale a falar. Outrem não aparece apenas no seu rosto – como um fenômeno sujeito à acção e à dominação de uma liberdade. (...) Ouvir a sua miséria que clama justiça não consiste em representar-se uma imagem, mas em colocar-se como responsável, ao mesmo tempo como mais e como menos do que o ser que se apresenta na face Menos, porque o rosto me chama às minhas obrigações e me julga.⁹²

Na filosofia ética Levinasiana o Outro chega ao encontro como fala, como o filósofo define um falar-se. Como tal o falar está para Levinas na origem própria da linguagem. Mas esta mesma linguagem não é definida em termos de uma relação arbitrária entre o significado e o significante.

A posição céptica do filósofo deve-se simplesmente ao fato da verdade, segundo Levinas, não ser um direito apenas da subjetividade. A verdade está também além do Eu. Na exterioridade do Outro. Na alteridade.

Para que o Eu tenha uma oportunidade de ir ao encontro da verdade do Outro, este tem primeiro que tomar uma decisão ética com origem no desejo metafísico, que para Levinas é definida como bondade.

A decisão ética significa ao Eu deixar imediatamente o seu casulo egoísta e começar, com a bondade bem enraizada no seu coração, uma grande e perigosa viagem em direção à face espontânea do Outro. E é neste preciso momento que o Eu se responsabiliza pelo Outro:

É em termos éticos que descrevo a subjectividade. A ética, aqui, não aparece como suplemento de uma base existencial prévia: é na ética entendida como responsabilidade que se dá o próprio nó do subjectivo. Entendo a responsabilidade como responsabilidade por outrem, portanto, como responsabilidade por aquilo que não fui eu que fiz, ou não me diz respeito; ou que precisamente me diz respeito, é por mim abordado como rosto⁹³

A responsabilidade nasce da face inquisitiva do Outro. Mas a responsabilidade que o Eu tem pelo Outro deve ser compreendida como uma relação assimétrica, porque o Eu não deve esperar que o Outro seja pelo seu lado também responsável por si.

⁹² TI. pp. 192/193.

⁹³ EI. p. 87

2.7 RESPONSABILIDADE COMO PLURALIDADE

Não obstante, a diferença Levinasiana não é de origem aristotélica, enraizada numa falta de qualquer coisa, numa falta de um elemento qualquer. A diferença segundo Levinas tem sim origem no Infinito, na exterioridade. A diferença entre o Eu e o Outro deve ler-se como uma não-indiferença do Eu pelo Outro, como responsabilidade. Ninguém pode negar isto ao Eu, e é deste modo que o Eu pode descobrir que a justificação da sua própria existência está enraizada nesta mesma responsabilidade. A humanidade do Eu é precisamente este ato de responsabilidade, este ato de negligência de si próprio.

A tranqüilidade descobre o Eu nesta prontidão para um Outro, a tranqüilidade descobre o Eu no seu carácter insubstituível, já que ninguém pode tirar do Eu esta oportunidade única que é a responsabilidade por um Outro. A filosofia ética de Levinas abre um olhar crítico sobre o exame de sistemas culturais diferentes do sujeito. Assim no pensamento ético de Levinas a pergunta fundamental sempre é a determinação da pessoa humana. Esta pergunta é a questão pela qual se cruzam os caminhos da reflexão filosófica de Levinas: temos a questão radical e fundamental da alteridade. A alteridade do outro enquanto absolutamente outro é o tema predileto da filosofia de Levinas e certamente a sua tradução para o ponto de partida da filosofia da América Latina dar-se-á justamente pelo fato de a filosofia, em sua origem na América Latina, tratar da afirmação da humanidade e do ser humano que aqui se encontra.

A idéia da totalidade, a idéia da alteridade e a ética são as principais influências do pensamento Levinasiano sobre a filosofia na América Latina. A origem da ética constitui-se na alteridade, de uma exterioridade irreduzível. Uma exterioridade capaz de sair de si para o encontro com o outro. Segundo as conclusões das conferências de Puebla:

O homem latino-americano tem uma tendência inata a acolher as pessoas; a partilhar o que tem, a viver a caridade fraterna e o desprendimento (sobretudo no meio dos pobres); a compadecer-se do sofrimento alheio. Valoriza muito os vínculos especiais da amizade oriundos do apadrinhamento, e preza não menos a família e as relações que estabelece.⁹⁴

⁹⁴ Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), *Conclusões da Conferência de Puebla: Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 92.

Assim esta nova realidade determina ao outro a modalidade do ser, que se encena no drama da subjetividade humana e, que através disso, revela a inspiração pré-concebida e pré-pensada do infinito como além do ser. A experiência humana dá-se pela possibilidade do ser humano oferecer o ser para o outro. Esta experiência é antes de tudo uma experiência da dimensão última da existência humana.

A manifestação, ou seja, a revelação da face do outro, enquanto totalmente outro, é o que Levinas chama de epifânia, segundo ele:

A relação que subtende à guerra assimétrica com o Outro que, infinito, abre o tempo, transcende e domina a subjetividade (o eu não é transcendente em relação a Outro no mesmo sentido em que o Outro é transcendente em relação a ,mim) pode dar-se ares de uma relação simétrica. O rosto, cuja epifânia ética consiste em solicitar uma resposta (que a violência da guerra e a sua negação mortífera apenas pode tentar reduzir ao silêncio), não se contenta com “boas intenções” e com benevolência inteiramente platônica.⁹⁵

Esta manifestação, segundo Levinas implica a metafísica possível, uma relação ética, um absoluto questionamento do eu. Trata-se aqui de uma total assimetria entre o si-próprio e o outro, no qual o outro preserva a sua alteridade, sua transcendência e alteridade através da iniciativa de seu questionamento, do julgamento e, exigindo um desejo infinito como uma obsessão pelo outro. Para Silva a face é alteridade segundo ele:

O rosto, como epifânia, revela e manifesta que o Outro, é sempre alteridade e exterioridade. Constitutivamente o homem possui a nota de uma real alteridade, que o distingue como ser para o Outro. Sua estrutura físico-psíquica ordena-se para o Outro, porque é abertura à exterioridade.⁹⁶

Levinas exige o "ser enquanto ser" sob a forma de uma radical e originária face para se poder pensar. Ele desloca o problema e a perspectiva da metafísica a partir do pensar-se a si mesmo em direção ao pensamento obsessivo pelo outro. Este é o ponto central e de cruzamento no qual a ambivalência e a diacronia se cruzam numa conjunção. Eles formam o ponto de partida do discurso filosófico, que se relaciona e se refere ao aspecto da vulnerabilidade através da transcendência e da subjetividade. Esta inquietação e essa impossibilidade de ser alcançada, relação de ser do eu para o outro, formam o significado e o

⁹⁵ TI, p. 204.

⁹⁶ Silva, Márcio Bolda da, *Face e Alteridade: pressupostos da ética comunitária*, São Paulo: Editora Paulus, 1995, p. 66.

sentido do eu. A anarquia irrompe com o círculo do eu e da abrangente totalidade que dele resultará.

Tão somente através do absolutamente e demonstrável novo, isto é, através da face do outro, enquanto outro oprimido e pobre, é que poderá ser superado o círculo da totalidade de opressão na América Latina.

A ética do pensamento de Levinas é como uma ética da destruição do pensamento ocidental, contra a totalidade enquanto sistema de dominação e de opressão, como uma ética que parte da condição da experiência da opressão do ser humano.

A epifânia da face do outro exige justiça e responsabilidade infinita. A manifestação da alteridade na face do índio, do negro, do mestiço, do pobre, do mendigo e de todos os marginalizados da América Latina, assim nos mostra o documento de Puebla que diz:

A situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, faces concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as faces sofredoras de Cristo, o Senhor (que questiona e interpela): **As faces das crianças**, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família; **As faces de jovens**, desorientados, por não encontrarem seu lugar na sociedade, e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação; **As faces de indígenas** e, com frequência, também de afro-americanos que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres; **As faces de camponeses** que, como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram; **As faces de operários**, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos; **As faces de subempregados e desempregados**, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos; **As faces de marginalizados e amontoados** das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais; **As faces de anciãos** cada dia mais numerosos, freqüentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem das pessoas que não produzem. Compartilhamos com nosso povo de outras angústias que brotam da falta de respeito à sua dignidade de ser humano, imagem e semelhança do Criador e a seus direitos inalienáveis de filhos de Deus. Países como os nossos em que com frequência não se respeitam os direitos humanos fundamentais - vida, saúde, educação, moradia, trabalho -, acham-se em situação de permanente violação da dignidade da pessoa humana.⁹⁷

⁹⁷ Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), *Conclusões da Conferência de Puebla: Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2004. pp. 94-95.

Assim é deste ponto de vista que o Eu não é o anfitrião, mas o convidado do Outro. É neste pensamento radical Levinasiano que se dá a descobrir a realidade da irreversível pluralidade. A filosofia de Levinas requer em primeiro lugar um novo modo de pensar a relação entre países e povos diferentes. Por isto mesmo a filosofia Levinasiana não é fácil de ser colocada em ação, de ser utilizada concretamente no dia-a-dia do cidadão, no dia-a-dia político de uma mesma comunidade. Não é tarefa fácil para nós que, acreditando na existência de leis, de puras e simples verdades, aceitarmos a existência de verdades outras que fogem ao nosso entendimento.

Talvez o mais importante que nós como cidadãos possamos aprender, é a importância da tolerância por tudo que nos é diferente. Tolerância não é em Levinas complacência, indulgência, aceitação. Tolerância é um direito que nasce do Outro, que pertence à alteridade deste mesmo Outro. A tolerância Levinasiana é a única possibilidade para o Eu de ficar mais perto da sua própria humanidade.

Compreendida deste modo, a filosofia Levinasiana é como um rastro que nos leva, ou que pelo menos tem a possibilidade de nos mostrar qual o caminho para uma pluralidade, isto é, uma humanidade mais humana. Este país onde nós não nascemos, que talvez seja pura e simplesmente a Terra do Outro. Este além para nós inalcançável.

Compreender Levinas é difícil, pois não podemos ceder à tentação de colocarmos em seus conceitos o que pensamos sobre a ética. Esse é um grande desafio. Por outro lado, seu modo de pensar carrega uma proposta de abordagem muito válida. A questão da linguagem, do discurso ético e da epifânia da face, como construção da intersubjetividade, desembocaria naturalmente na conceituação da dimensão ética. No frente a frente, olho no olho é difícil negar a dignidade do outro. Para Levinas, nós precisamos transcender a ética do discurso e da conceituação abstrata para aderirmos ao fenômeno e transcende-lo, pois a manifestação do outro se dá pela linguagem da face, sendo a sua manifestação o próprio discurso que fundamenta o ético.

O pensamento de Levinas questiona a banalização da própria vida como consequência da crescente onda de relativização da violência, a irresponsabilidade social e individual. O homem atual está sem parâmetros e limites que fundamentem a convivência humana, o agir. Quando a vida é orientada pela irresponsabilidade e pelo relativismo adentramos num patamar de desintegração da autonomia. Levinas propõe o caminho inverso. Para tal, afirma que a

ética não deriva da ontologia, nem da filosofia política, nem sequer da filosofia do direito; não supõe sequer um a priori transcendente, como por exemplo: a igualdade, o respeito, entre outros. Para ele não há ética no plano do indivíduo, do eu “protótipo de toda a humanidade”. Ética é uma relação primordial.

Assim, necessitamos rever as orientações das relações entre seres humanos e os seus fundamentos. Nada mais apropriado para o nosso tempo onde as evoluções tecno-científicas não correspondem a todos os nossos anseios antropológicos.

Não podemos mais tolerar a intolerância. A indiferença poderá produzir um mundo de solitários e/ou arbitrários. A construção de uma ética baseada na alteridade rompe a identidade do eu, mas é claro, no sentido de ver o outro como referência para a construção ética, isso não significa negação da identidade do eu. A reflexão levantada por Levinas, apresenta a face como mediação, como linguagem, como responsabilidade pelo outro. Não é à toa que a noção de responsabilidade está mais presente e é mais bem desenvolvida na obra de 1974, pois esta vai privilegiar justamente o tema da subjetividade, como se houvesse uma exigência de implicação conceitual que leva o filósofo ao encontro de sua própria filosofia. Em *Autrement qu'êtré* é a obra mais madura, e que abordaremos em seguida a análise da substituição do Um pelo Outro foi o tema que consideramos mais complexo de elaborar da filosofia levinasiana. No extremo da exigência de uma responsabilidade passiva a subjetividade se revela como substituição.

2.8 A SUBJETIVIDADE E A SUBSTITUIÇÃO SEGUNDO LEVINAS

Afirmar a subjetividade é a substituição ao outro ou o sujeito é aquele que abriga um outro que não ele - mesmo em sua pele significa se separar da longa tradição ontológica do pensamento filosófico, razão cuja linguagem consistia em atender a expectativa de um ouvido habituado à inteligibilidade dos nomes, quando estes prometiam, pela cópula do verbo ser no presente do indicativo, a perfeita adequação da substância a ela mesma. Neste caso, o Outro ocupa o lugar que a razão ontológica reserva ao Mesmo. É evidente a ambigüidade dessa nova razão e linguagem. A subjetividade se produz no entretempo diacrônico da recorrência em que o Mesmo, a caminho de si mesmo - a caminho do Si mesmo como promessa de uma substância onde a identidade subjetiva alcançaria seu lugar na coincidência do Nome, ser-em-si, ser-para-si - já se encontra no movimento sem fim da responsabilidade. É nessa

recorrência, movimento de exteriorização, transcendência da provocação produzida pela idéia do infinito em mim, que se dá o nó da subjetividade como substituição, movimento que

Na filosofia que nos é transmitida, o sentido que não se refere àquilo que se instala na positividade da terra firme sob a abóbada do céu passa por puramente subjetivo, por sonho de uma consciência infeliz. A questão, a Busca e o Desejo são privações da resposta, da posse, do gozo. Não se pergunta se a questão paradoxalmente desigual a si mesma não pensa além, se a questão, em lugar de nela carregar apenas o vazio da necessidade, não é a própria modalidade da relação com o outro, com aquele que não pode ser abarcado, com o Infinito. Com Deus. A questão, antes de se pôr no mundo e de se satisfazer com respostas, seria, pelo pedido ou pela oração que exprime – pela admiração em que ela se abre – relação-a-Deus, a insônia originária do pensar.⁹⁹

Antes mesmo de discutir o sentido dessa matéria bruta da questão, trata-se de pensar que relação estamos dispostos a produzir entre filosofia e questão. Sem dúvida que caímos num debate sobre a idéia da filosofia: que racionalidade merece, nessa idéia, um lugar de operação? Produzir filosofia como lugar de atualiza

da relação deve, então, ser abandonada uma vez que já implica em ‘estruturas’ dispostas para a relação, e, dessa forma, deixamos que a substância caia novamente num estatuto de princípio. Uma filosofia que se produz como questão deve tornar inteligível a idéia do antes-do-princípio.

Filosofar é pensar na diacronia do tempo, não para chegar ao conceito do tempo diacrônico, mas pensar tendo que dar conta do caráter essencial do tempo que é a diacronia. Não se trata de remeter o pensamento a um passado imemorial onde ‘algo’ teria acontecido e, portanto, teríamos que inventar não se sabe que forma não-representativa de dizer esse acontecimento. A diacronia é a imemorialidade que o ato da consciência (intencional) como produção do presente pressupõe. Todo ato assenta sobre uma passividade inatualizável. A subjetividade no ato da consciência já começou, não como resposta a uma questão de origem, mas como responsabilidade pelo infinito da questão.

A idéia de criação ex-nihilo não aparece por acaso no capítulo central de *Autrement qu’être*¹⁰¹. É disso que vai se tratar primeiro quando chegamos ao tema da substituição. Toda idéia de diacronia se esclarece aqui, até poderíamos dizer criação diacrônica. A criatura atende ao chamado da criação sem que a ordem tenha lhe alcançado, sem a sincronia de uma relação de causalidade. Isto significa a precedência da eleição com relação à ordem do ser. Passividade anárquica da criação onde a criatura, que ainda não recebeu uma definição ontológica, ou seja, desde antes de seu próprio princípio, já configura a ordem da responsabilidade, mesmo antes de receber as condições de responder pelos seus atos, antes de ser sujeito livre. “Talvez seja aqui, nesta referência ao fundo de passividade an-árquica, onde o pensamento que nomeia a criatura difere do pensamento ontológico”¹⁰², pois, “na dimensão da criação, o sujeito, antes de ser definido pelo ser, é definido pela passividade da eleição”¹⁰³. A racionalidade ontológica não poderia autorizar tal nomeação ex-nihilo, precisaria antes inventar a sincronia do tempo, domesticar a idéia de temporalidade, o que significaria não desautorizar uma autoridade que não foi recebida, ou seja, aceitar na consciência um ato de arbitrariedade cometido contra si próprio.

A possibilidade de pensar o tempo como sincronia pressupõe o tempo como diacronia, que não autoriza em sua anterioridade a primazia de sua idéia de sincronia. A criatura designa

¹⁰⁰ DVI. p. 163-164

¹⁰¹ A respeito dessa idéia, a criação, ver Chalier, C. *La trace de l’infini – Emmanuel Levinas et la source hébraïque*. Paris: Cerf, 2002. p. 21-42

¹⁰² AE. p. 179

uma instância estranha ou mesmo escandalosa para a razão do saber. O dizer da subjetividade emperra o discurso do ser, exige uma estrutura de alcance argumentativo incompatível com a ontologia. “O problema é que a posição do sujeito é de-posição; incapaz de se identificar, o sujeito conserva em seu seio a estrutura da criatura: ele é "o Outro-no-Mesmo"¹⁰⁴. Provavelmente o tema levinasiano da substituição seja o mais heterogêneo em relação ao discurso normal da filosofia, que não consegue compreender antes de identificar, quando identificar significa coincidir no ser. Talvez por isso mesmo a substituição seja o tema filosófico por excelência desse pensamento. A criação ex-nihilo desenha uma lógica que inverte a ordem dos termos onde a razão ontológica opera sua dinâmica de argumentação.

A possibilidade da criatura significa a precedência do fazer em relação ao entender, a primazia do acolhimento ético do outro em relação à tentação de compreendê-lo antes de tudo e a fim de mensurar ou discernir razoavelmente sobre a possibilidade da acolhida. A criatura que responde antes de entender, desenha a mesma lógica em que a ética se torna razoavelmente precedente à ontologia e a responsabilidade, à liberdade. Mas tal lógica não parece mais tão estranha quando “pela confiança depositada naquele que fala prometemos obedecer e, desde logo, vamos escutar o que ele nos diz. Nada é menos paradoxal. Salvo o próprio nascimento da confiança anterior a qualquer análise”¹⁰⁵. Que tipo de linguagem poderia nascer sem a precedência da confiança? Ou devemos pensar a confiança como uma modalidade do saber? Mas então a confiança perderia seu sentido mais fundamental - a heteronomia da partilha, a transcendência prévia e sem mais - pois, uma vez derivada do saber, permaneceria condicionada, sem a gratuidade que constitui a própria verdade da confiança, estrutura por excelência de abertura. O saber é uma confiança solitária, permanência nos limites da mesmice.

A possibilidade da confiança, esse nascimento anterior a qualquer análise, coincide com a possibilidade da subjetividade enquanto que revela a estrutura profunda em que o sujeito, chamado a ser, responde antes de ser. A lógica da criatura não parece bastante próxima da lógica que reproduzimos quando falamos com alguém? A comunicação não seria simplesmente possível se não pressupusesse a confiança incondicional naquele que fala, e incondicional não quer dizer sem compromisso com o saber, mas um modo de interpretar nossa relação aos outros para além das fronteiras do conhecimento.

¹⁰³ Petrosino, S., Rollnd, J.. La Vérité nômade – introduction à Emmanuel Levinas. Paris: la découverte, 1984. p. 64

¹⁰⁴ Ibidem. p. 65

¹⁰⁵ QLT. p. 87

Quando falamos, confiamos primeiro e depois entendemos ou atendemos ao chamado da fala para então compreendê-la. A linguagem enquanto comunicação obedece de certa forma, a mesma lógica da *difficile liberté* do povo de Israel que, para sair do cativeiro, teve que aceitar sua subordinação à lei da Torá. Se o sujeito fosse surdo ao chamado diacrônico da criação, surdo à eleição, o ser não teria a chance de nascer.

2.8.1 SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM

A idéia de suporte pertence ao sentido etimológico da palavra subjetividade. O sujeito sendo o impensado ponto de apoio pelo qual o mundo se apresenta ao pensamento, ponto que não pode partilhar do mesmo modo de apresentação do mundo, é sempre su-posto ao que está posto. Mesmo que seja na negligência, ainda assim o sujeito não está livre da responsabilidade, que não coube a ele escolher. Não se trata de olhar a forma concreta como a responsabilidade aparece no mundo, e a partir daí procurar a coerência dessa filosofia. O que acontece de bom ou de ruim no mundo não está ao alcance de tirar nenhum pedaço dessa concepção de subjetividade, e, inversamente, pensar o sujeito como responsabilidade e substituição ao outro não alcança o ponto de determinar um resultado convertível em fenômeno mundano. A filosofia não é um “manual” para a transformação do mundo, talvez uma sabedoria com potencial para inspirar a vida e suas escolhas, jamais para determinar.

Nesse ponto podemos talvez nos aproximar da convocação da liberdade sartreana, o mundo sendo algo esperando e dependendo a todo instante da minha ação nele e sobre ele, o que acontece comigo sendo também algo inteiramente devido a mim mesmo. A idéia interessante e cada vez mais atual de que a liberdade – tanto mais gratuita e fácil quanto mais o mundo se afasta de uma compreensão profunda e conseqüente da idéia de Deus – não nos autoriza a qualquer desculpa.

O Si-mesmo é Sub-jectum: está sob o peso do universo – responsável de tudo. A unidade do universo não é o que meu olhar abraça na sua unidade de apercepção; mas o que de todas as partes me incumbe, me mira nos dois sentidos do termo, me acusa, é minha tarefa. (...) Instauração de um ser que não é para si, que é para todos, que é a uma vez ser e desinteresse; o para si significa consciência de si; o para todos significa responsabilidade para com os outros, suporte do universo. Esse modo de responder sem compromisso

prévio – responsabilidade para com o outro – é a própria fraternidade humana anterior à liberdade.¹⁰⁶

Sujeição - sofrer a carga do tempo, do outro, do universo, viver na implicação ética de que tudo me olha e me concerne nesse olhar, viver como vigilância. O sujeito é a insônia do mundo. A unidade da apercepção não é primeira, assenta sobre uma unidade que não resulta do saber, pois não deixa o sujeito se acomodar para produzir conhecimento.

A unidade primeira significa a minha tarefa com relação ao mundo que se apresenta, minha não isenção com respeito a todas as partes que poderão até configurar o sentido de uma unidade de apercepção. Entre o sujeito e o momento em que ele constituiria a unidade de apercepção, unidade do Ser, intervém o vestígio do Infinito, insuficiente para entrar na constituição representativa de um saber, porém suficiente para interromper a harmonia da ordem do sujeito na posição do saber e de pôr a subjetividade, como se a ordem ética fosse uma intrusão, intermitência do vestígio de Deus como a infinitude do Olhar do Outro.

A unidade primeira é minha unicidade de sujeito concernido em responsabilidade, o fato de que sou único nessa tarefa, ninguém podendo me substituir na substituição, isto seria uma falsificação de minha assinatura. O caráter extraordinário de uma teoria da subjetividade é que o objeto principal não se encontra no nível da teoria: o que pode ser dito aí não serve para dizer o essencial, a não ser que essa teoria assuma a necessidade de desdizer o dito, ou seja, de mostrar em seu desenvolvimento mesmo, ou seja, na sua manifestação, a diferença entre o dizer e o dito, e o privilégio do primeiro no que diz respeito à manifestação do essencial dessa teoria. É no dizer que o sujeito se manifesta, esse nível primeiro de diferença, desapercibida pela diferença ontológica, onde a unidade do universo é a unicidade do sujeito em substituição a todas as partes que, de todos os lados, lhe concernem. A fraternidade humana não é um valor agregado a um sujeito moralizado pelo conceito de liberdade, mas a primeira e mais decisiva ordem, não porque foi a ordem decidida pelo sujeito senão porque vai orientar toda e qualquer livre decisão que ele possa vir a tomar.

A linguagem nos chega como uma forma já perfeitamente constituída, com suas regras e estruturas de definição, suas condições de possibilidade, mas o instante da linguagem é sempre um enigma que não se atualiza na002]TJ -q3.74(l)-í(e)3.74244((ó)-0.295585(g)3.74(t)(a)3.74(1.74

motriz da linguagem antes de cair numa forma, permanece na linguagem, mas sem a visibilidade de um código decifrador.

Tem a ver com a subjetividade, mas não se reduz ao sujeito no ato ou na posse da fala. Vai mais longe ainda, sua raiz é mais profunda, permanece anarquia, ou seja, sem dispor do princípio que é o já do primeiro instante da linguagem, o formato ontológico do dito, que, no entanto, na inquietação do instante enigmático que também leva o nome de linguagem, não permanece aí como repouso absoluto. A subjetividade é a intermitência do enigma na linguagem, acontecimento incessante de sujeição a tudo, de substituição, momento de exceção do ser, exceção da ontologia.

Não se busca, em toda essa análise, relacionar um ente, que seria o Eu, ao ato de substituir-se, que seria o ser desse ente. A substituição não é um ato, é uma passividade que não se converte em ato, algo mais aquém da alternativa ato-passividade, a exceção que não pode se dobrar às categorias gramaticais como Nome ou Verbo, se não é no Dito que as tematiza. A recorrência, que somente pode se dizer como em si ou como o revés do ser, ou como outramente que ser. Ser si mesmo, outramente que ser, desinteressar-se é carregar a miséria e a falta do outro e mesmo a responsabilidade que o outro pode ter de mim; ser si mesmo – condição de refém – é sempre ter um grau de responsabilidade a mais, a responsabilidade pela responsabilidade do outro.¹⁰⁷

Quando dizemos que a ‘subjetividade é a substituição ao outro’ não estamos atribuindo ao sujeito a ‘substituição ao outro’ como se atribui a um ente uma substância ontológica.

Entender a substituição como o ser da subjetividade é exatamente o que não queremos dizer. A substituição é o dizer que excetua do sujeito o seu estado ontológico, o enigma da subjetividade, seu segredo mais íntimo, sua essência indizível. Exigência tão pesada que o pensamento não consiga pensar, viciado que está em categorias da representação. A responsabilidade é um estado de desacomodação incessante, sem trégua, sem pausa para repousar, o aquém da condição: “sofrimento do outro, minha piedade pelo seu sofrimento, sua dor por causa de minha piedade, minha dor por causa de sua dor, etc.; isto se detém em mim”¹⁰⁸. Não há simetria nesta relação, a responsabilidade desconhece os signos do acordo mútuo, onde o interesse das partes já está em jogo.

¹⁰⁷ AE. pp. 185-186

¹⁰⁸ AE. p. 186 Nota numero 1

A subjetividade é a capacidade de sofrer porque o outro sofre, o que vai gerar um movimento sem retorno e sem fim, pois implica no desejo do que não se pode desejar para ninguém, desejo de abrigar a dor do outro e de estancar no próprio corpo o sangue e a lágrima que escorrem do corpo do outro. Mistério e milagre do amor.

Ter-o-outro-em-sua-pele, como se o primeiro sentimento que eu pudesse dizer de mim mesmo coincidissem com o sentimento da pele do outro. A identidade coincide com a alteridade no acontecimento do outrem que ser, de modo que nunca posso retornar à mesmice de um Eu identificado a si mesmo.

A identidade é uma alteração, fissuras da substância

função que cabe àquele quando encarna aquele papel. Nesta ordem, o outro se encontra soterrado sobre camadas e mais camadas de representações sociais. O serviço de que trata a ética levinasiana da alteridade é o acolhimento incondicional, aliança imemorial da paz, compromisso com uma promessa que não dá a quem promete qualquer garantia de retorno. Esta incondicionalidade do acolhimento infinito é a subjetividade.

O tema da substituição, ao desenhar uma estrutura que precede o nível em que a subjetividade era entendida como relação ao outro - e ela não deixa totalmente de ser entendida como tal - amplia o contexto em que pensamos a linguagem como transcendência da comunicação: a substituição é uma comunicação de um ao Outro e de Outro ao um sem que as duas relações tenham um mesmo sentido, ou seja, sem que tenhamos aí propriamente uma relação, no sentido em que normalmente compreendemos esta palavra, a saber, como “trocas” ocorridas num mesmo nível, como lugar de alcance mútuo de duas partes distintas e abordáveis na relação, como reciprocidade. Se não há reciprocidade, se o sentido da ida não encontra o sentido da volta, não temos propriamente uma relação.

A subjetividade é o ponto de inflexão onde se encontram as ordens do Dizer e do Dito, sem que uma se reduza à outra, de maneira que o discurso da subjetividade não pode se produzir senão como abuso de linguagem: força que excede em cada instante a forma que a conduz. Força que leva à pronúncia abusiva do nome Deus.

O enunciado do mais além do ser – do nome de Deus – não se deixa emparedar nas condições de sua enunciação. Beneficia-se de uma ambigüidade ou de um enigma que é não o fato de uma desatenção, de um relaxamento do pensamento, mas de uma extrema proximidade do próximo, onde se passa o Infinito o qual não entra como ser num tema para aí se dar e assim desmentir seu mais além. Sua transcendência – exterioridade mais exterior, mais outra que toda exterioridade do ser – somente se passa pelo sujeito que a confessa ou a contesta. Inversão da ordem: a revelação se faz por aquele que a recebe, pelo sujeito inspirado cuja inspiração – alteridade no mesmo – é a subjetividade ou o psiquismo do sujeito.¹⁰⁹

A subjetividade é o testemunho da revelação do Infinito, como confissão de uma religiosidade mais profunda do que pode alcançar o pensamento, mas também como contestação em face de um pensamento que não parece cumprir a expectativa de um espírito excedido pela idéia do infinito. Mas confissão que não é a fé no lugar da razão: a religiosidade confessada ou contestada é a maneira como o Infinito implica no pensamento ordenando à

¹⁰⁹ AE. pp. 243-244

racionalidade. Não estamos na antiga querela entre fé e razão, mas num território de racionalidade onde a ética precede o saber diferentemente da maneira como a fé se separa da razão. A subjetividade não é a verdade de uma razão sabedora, mas de uma razão provocada pela revelação do Infinito, verdade do testemunho.

Revelação do mais além do ser que sem dúvida talvez não é mais que uma palavra; mas esse "talvez" participa de uma ambigüidade onde a anarquia do Infinito resiste à univocidade de algo originário ou de um princípio; a uma ambigüidade ou a uma ambivalência e a uma inversão que se anuncia precisamente na palavra Deus – ápice do vocabulário, confissão do "mais forte" que eu em mim e do "menos que nada", de um nada que é uma palavra abusiva, um além do tema num pensamento que não pensa ainda ou que pensa mais do que pensa.¹¹⁰

A fragilidade desse “talvez” nos conduz ao risco de um isolamento hipotético que pode significar a impossibilidade de uma ‘comprovação’. Mas então recairíamos numa idéia de pensamento e verdade que definitivamente não nos serve, pois em nada contribui para a compreensão profunda da inevitável ambigüidade de um pensamento afetado pela idéia do infinito. O outramente que ser, modalidade a qual nos conduz tal idéia, não é um objeto hipotético passível de um exame de verificação de onde se poderia extrair uma verdade comprovada, senão que uma outra concepção de linguagem e de verdade. Exercício cujo aprofundamento ultrapassa a possibilidade do sentido que viria a fazer uma verdade que deixou de ser simples hipótese.

A questão é pensar o que habita a fronteira do que pode o pensamento, a exterioridade, trazida ao pensamento, desorienta a tendência imanente de uma subjetividade reduzida a um produto de sua própria consciência. Como se da consciência extravasasse uma saída que não pode ser trazida de volta à consciência que a serviu como abrigo clandestino, ou seja, sem que se pudesse exercer sobre ela um controle. A idéia de infinito é a consciência como clandestinidade, abertura ao intruso, mas abertura que não parte de uma iniciativa onde veríamos novamente a consciência num lugar de poder, como centro de todas as decisões. Quando Deus vem à idéia a ponto de movimentar a língua a dizer o Seu nome, não estamos no exercício de um dizer que sabe o que diz, mas na confissão de uma exceção ao pensamento - exceção que justamente nos dá a pensar.

Todo itinerário filosófico de Levinas nos sugere a idéia de uma ‘inversão de ordens’. De fato, não é possível chegar a uma racionalidade ética com Levinas sem que o próprio

exercício do pensamento já tenha que efetuar a necessária inversão dos termos que normalmente orientam o ato de pensar. Falar da proximidade é buscar uma ordem anterior àquela que nos permite começar a falar. O pensamento se orienta pela ordem do problema - no nosso caso, a entrada do terceiro - mas a filosofia consiste em buscar a ordem da questão. A ambigüidade é inevitável: não há como chegar à questão sem passar pelo problema. Por sua vez, o problema não encontra nele a possibilidade de seu próprio estatuto, ou seja, o ato ou princípio que move o pensamento não se situa num território neutro, ou, não haveria motivo para a busca da justiça. A responsabilidade antecede à justiça da mesma forma como o dizer ao dito.

Da responsabilidade ao problema: tal é o caminho. O problema se coloca pela proximidade mesma que, aliás, existe sem problemas enquanto que imediatez em sentido próprio. O extra-ordinário compromisso do Outro frente ao terceiro invoca o controle, a busca da justiça, à sociedade e ao Estado, à comparação e ao ter, ao pensamento e à ciência, ao comércio e à filosofia e, a margem da anarquia, a busca de um princípio. A filosofia é esta medida aportada ao infinito do serpara-o-outro próprio da proximidade, algo assim como a sabedoria do amor.¹¹¹

Sabedoria do amor - como se a filosofia não tivesse sobre ela própria o controle, o que significa que ao problema como princípio antecede a questão 'como'. Se não estamos desde sempre, imemorialmente, afetados pelo infinito, desde sempre na imediatez da responsabilidade, se a subjetividade não for a incondição de ser-pelo-outro, de ter-outro-em-sua-pele, não há porque haver no mundo algo como a justiça, a sociedade e o Estado.

A filosofia como 'amor à sabedoria', justamente pelo lugar privilegiado do saber, com todas as exigências aí implicadas, não garante a inquietação fundamental que está no amor como sabedoria anterior ao princípio do saber, onde o amor se encontra reduzido ao desejo do conhecimento. Essa busca de um princípio já é resposta à inquietação anárquica do amor. O saber, o amor à verdade, não saberia nascer senão de uma subjetividade refém do infinito ético - anarquia da substituição, amor como questão.

O desejo do saber não acessa a sabedoria do desejo, que exige o descentramento do sujeito comandante na ordem do saber. O acesso é uma responsabilidade desinteressada de sua causa numa subjetividade que dá testemunho do Infinito, pois que configura um movimento de recorrência que não encontra no Simesmo um fim: subjetividade exilada de si e

¹¹⁰ AE. p. 244

¹¹¹ AE. p.251

sem poderes para encontrar em uma essência todos os recursos de sua própria justificação. A sabedoria do amor é a aventura de ser-pelo-outro, por todos os outros.

De que outro modo pensaríamos a inquietação própria da espiritualidade que a filosofia inspira e ensina? Por que filosofia e não ciência, ou ainda, por que filosofia como ‘ciência das ciências’? Que responsabilidade extraordinária conferimos a essa “disciplina do conhecimento” descontente com qualquer que seja o reducionismo que a tente enquadrar? A filosofia é o retorno permanente da inquietação e do desassossego, aquilo que resta quando o pensamento já cumpriu a tarefa de organizar conteúdos em idéias. Pensar o Infinito, eis uma tarefa eminentemente filosófica.

De que maneira o Infinito pode ser pensado como idéia? Pensar o Infinito é suspender a convicção que sustenta a própria idéia de ter idéias, suspender a convicção conferida à subjetividade conformada ao estatuto de sua essência. Penetramos, dessa forma, numa ordem em que a razão não é a certeza de uma propriedade subjetiva, mas a anterioridade do desejo infinito – racionalidade ética.

A paz e o Bem não nascem da escolha, não dependem de nenhuma vontade: são a própria racionalidade do ser eleito e excedido no glorioso movimento que significa a idéia do infinito. É somente como responsabilidade incondicional ao outro, ou seja, eticamente, que tal racionalidade ganha sentido. Sendo assim aqui, a subjetividade é compreendida como uma dinâmica complexa que envolve necessidades, desejos, afetos, paixões, imaginação e razão interconectados a todas às formações de poder, como um nó de múltiplas interações semióticas (econômicas, políticas, religiosas, familiares, pedagógicas, etc.).

A subjetividade, então, é tudo isso; ela não se reduz a um elemento transcendental, uma razão; não é alguma coisa que se produz no movimento dialético da razão, entre teoria e prática; ela é muito mais que isso, requer um estudo mais aprofundado sobre o tema, o que não podemos fazer, por ter um tempo limitado.

2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Retomando a filosofia da alteridade de Levinas, podemos afirmar que esta nos conduziu ao próprio pensamento de noção de comunidade, mas a uma comunidade de plurais e não a uma comunidade ideal. Propusemos, então, neste capítulo uma análise da filosofia de Emmanuel. Diante da face do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à idéia o

Infinito. Filosoficamente, Levinas percebe que o pensamento ocidental, uma vez que ele é judeu e a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. De Descartes, Levinas guarda a descoberta da idéia do infinito, tomada como orientação metafísica para a sua ética. Levinas conserva em sua filosofia influências do método fenomenológico husserliano e da analítica existencial heideggeriana, porém distancia-se de ambos essencialmente. Será, portanto, de grande importância, descobrir Deus como instância última da ética e do Infinito no pensamento levinasiano.

A ética, como um campo de estudo e reflexão em torno da conduta humana, é objeto da Filosofia. A busca do bem como finalidade da ética, como propunha Aristóteles apresenta o desafio de uma conduta diária baseada no “meio-termo”, no equilíbrio, tanto no âmbito de si mesmo, como nas relações com o outro. Um exemplo das diferentes abordagens da ética e sua relação com o contexto social em que se vive é a ética da responsabilidade. Temos assim assistido uma enorme escalada da intolerância, do egoísmo e da exclusão social; as ideologias e as doutrinas políticas que estão em crise; as revoluções se perderam na burocracia ou no terror. Devemos compreender que a crise atual pressupõe a reconstrução da solidariedade. A solidariedade deve estar ligada a uma visão complexa da sociedade, na qual a solidariedade e a complexidade são duas noções que se completam, pois o emprego do princípio da complexidade esclarece as virtudes da solidariedade.

Nesse sentido, a reconstrução da solidariedade deve tentar forjar uma unidade levando em conta a complexidade da vida social. Não basta unicamente a intervenção do Estado para a reconstrução da solidariedade, porque esta não se realiza exclusivamente pela via do Estado. Ao lado do Estado socialmente ativo, a reconstrução da solidariedade implica a existência de uma lógica de solidariedade realizada em todo o espaço da sociedade civil, capaz de assegurar aos grupos e aos indivíduos as condições para uma efetiva participação no processo social.

A solidariedade, portanto, é vista como uma prática alimentada pela própria complexidade social, que exige uma concepção aberta, flexível e pluralista, baseada cada vez mais na autonomização da sociedade civil, dos grupos sociais e também dos indivíduos, pois estes não são jamais vistos de maneira isolada, mas no quadro da trama de solidariedade existente na sociedade. Neste capítulo, foi abordado alguns elementos no plano da filosofia de Emmanuel Levinas que investiga e interroga filosoficamente o problema do sentido do ser humano, sua vida, suas relações. Como foi afirmado acima, o grande problema da reconstrução da solidariedade é tentar forjar uma filosofia levinasiana capaz de pensar o encontro de uma *ética comunitária*. Levinas faz da filosofia uma ética, ou *da ética a filosofia*

primeira. Aqui tratamos de alguns termos utilizados pelo autor, Alteridade, Ética, Subjetividade, responsabilidade, Idéia do Infinito entre outras igualmente relevantes.

No próximo capítulo será abordado o trabalho voluntário, acredita-se ser pessoas já aposentadas ou da terceira idade, que têm mais tempo disponíveis nesta etapa da vida para se dedicarem em prol do outro. O trabalho voluntário apresenta-se assim como uma grande oportunidade de se manter ativo, física e intelectualmente saudável, motivado e participante. Sua experiência e suas habilidades, quando aproveitadas em programas bem planejados, como os das ONGs são de grande valor para a comunidade. Assim, estudar o trabalho voluntário na Liga faz surgir varias questões sobre o tema abordado que certamente deverão ser discutidas, tais como: Será que na Liga só existe voluntários idosos? Por que as pessoas escolhem (ou não) atuar em benefício de outros? Quais os fatores que promovem o desenvolvimento da responsabilidade? Qual o papel da auto-imagem no serviço ao próximo? Existem razões variadas para ajudar aos outros: altruísmo, reciprocidade, interesse próprio? Qual a importância da legislação para proteção e promoção do trabalho voluntário? O que a Liga faz a este respeito? Quais os dilemas da escolha?

Assim, o trabalho voluntário, as ações voluntárias e a concepção de voluntário não são temas com forte tradição de estudos ou mesmo debates na sociedade brasileira. Historicamente este tipo de trabalho esteve vinculado à atuação de damas caridosas da sociedade, essencialmente tratando-se de um trabalho feminino, é o caso da liga na sua formação.

Só recentemente, nas últimas décadas, em decorrência da luta por direitos humanos, civis e sociais é que este trabalho começou a ser visto, em algumas esferas da sociedade civil, como possibilidade de ação cívica, bem como de ação voltada para o bem alheio (ou público).

A ação voluntária pode ser apenas uma ajuda informal (ao vizinho, ao colega), um esforço no sentido de consolidar o espírito comunitário, uma ajuda formal, através dos serviços sociais organizados, e/ou uma oportunidade para mudanças sociais.

Assim o próximo capítulo pretende mostrar como é o trabalho voluntário na LSCSP, qual o seu impacto na sociedade e o perfil de seus voluntários. Hoje em dia já não é mais novidade a existência do voluntariado, mas que sua atividade conta com uma participação responsável e uma ética solidária em iniciativas de combate a exclusão social e a melhoria da qualidade de vida de muito.

3. CAPÍTULO III

O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A PRÁTICA RELIGIOSA DA LSCSP

Declaração Mundial do Voluntariado

...”o voluntário tem fé na sua ação porque trabalha no sentido de:
respeitar a dignidade de todas as pessoas; ajudar a resolver
os problemas sociais e ambientais,
construindo um mundo mais humano e justo.”

Associação Internacional de Esforços Voluntários (IAVE)

3.1 INTRODUÇÃO

O trabalho é um conceito tão ligado à natureza e a vida humana que dificilmente paramos para refletir sobre ele. Sua valoração sofreu modificações ao longo da história - de sua aparição no livro *gênesis* da Bíblia como condenação que acompanha a perda do paraíso; passando pela Grécia Antiga, onde o trabalho cabia aos escravos, ficando, os cidadãos, livres para a reflexão e a participação na vida política da cidade; atravessando a Idade Média, onde o trabalho cabia àqueles que não nasceram nobres nem seguiam a vida eclesiástica; até o início da Primeira Revolução Industrial, onde o trabalho aparecerá na forma como o conhecemos hoje, a venda da mão-de-obra para o capital - cada sociedade deu-lhe um valor ou um significado, mas nenhuma existiu sem ele.

No capitalismo, a sociedade, grosso modo, divide-se entre aqueles que detêm o capital e aqueles que, por só possuírem sua força de trabalho, a vendem. Assim, a noção do trabalho ‘verdadeiro’ sempre esteve ligada à idéia de lucrar com esta atividade e o trabalho voluntário. Quando surgiu, foi considerado como atividade para pessoas desocupadas. Todavia, esta noção está mudando.

A incapacidade do Estado de suprir as necessidades básicas de seus cidadãos, principalmente dos menos favorecidos, levou a iniciativa privada a assumir tarefas que antes eram consideradas exclusivas do Estado, o que se chamou de Terceiro Setor. A origem da expressão está ligada ao fato de que o Estado é considerado o primeiro setor e, por sua vez, o mercado, apenas voltado à geração de lucro, o segundo setor. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, organizações não governamentais e entidades filantrópicas substituem o

Estado naquilo em que ele é insuficiente para prover à população e, para tanto, estas entidades necessitam de pessoas chamadas de voluntários dispostas a trabalhar, não por dinheiro, mas pela satisfação de ajudarem o próximo, por solidariedade. Segundo a declaração da LSCSP:

Nunca faltou a Liga a colaboração generosa da sociedade Paulista e disto dão provas suas realizações e suas campanhas. A união, a compreensão e a dedicação de todas as pessoas que aqui trabalham com o fito único do bem dão-nos a certeza da concretização de nossos sonhos. E é essa união, nessa compreensão e nessa dedicação e mais no apoio de todos aqueles que conosco labutam, sacerdotes, religiosos, religiosas, funcionários e funcionárias, que contamos para, em meio às dificuldades que antevemos seguir firmes para frente.¹¹²

Assim esta modalidade de trabalho voluntário já era comum no que se denomina de serviço religioso cujo intuito de ajudar está ligado à caridade cristã.

O Terceiro Setor não prescinde da caridade cristã, todavia vai além, pois o trabalho voluntário busca, sempre, a satisfação de um ideal, que pode ser espiritual ou uma causa social ou ambiental. O trabalho voluntário visa à solidariedade aplicada ao próximo, que não busca uma retribuição material.

Assim neste capítulo é feita uma análise da solidariedade e do trabalho voluntário e sua prática religiosa na LSCSP segundo a visão de Emmanuel Levinas. A pesquisa tenta mostrar a motivação ao trabalho voluntário. O estudo será relacionado ao pensamento levinasiano, Ação voluntária, encarna valores de solidariedade e de iniciativa individual em prol do bem público. O indivíduo não somente luta pelos seus direitos, como também abandona um comportamento individualista, tomando consciência que tem que agir efetivamente para a solução dos problemas da vida em comunidade.

A motivação envolve três elementos: esforço, necessidade e metas. O esforço do voluntário é a medida da intensidade do seu empenho na realização do trabalho, a necessidade é a consciência que se pode compartilhar experiências e unir forças sinergicamente convergindo para a melhoria do bem estar social, já a meta consiste no auxílio prestado ao próximo sem esperar um benefício em troca.

O voluntário quando se apresenta à uma instituição para executar um trabalho, doando sua energia, tempo e talento gratuitamente, ganha muitas coisas em troca, como contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de viver outras situações, aprender coisas novas e a satisfação de se sentir útil. É através do seu empenho nessa função

que o indivíduo tem como resultado a sensação de fazer o bem. Esses atores sociais entregam o melhor de si, reconhecendo e respeitando a dignidade pessoal, com respeito mútuo, promovendo a justiça social defendendo a integridade pessoal individual e atuando de modo a melhorar a realidade sócio-cultural, política e econômica, conhecendo melhor a realidade que os rodeia. Muitas vezes acabam por revisar seus valores, corrigir certos rumos em suas vidas, adquirindo um grau de satisfação pessoal bastante alto.

O voluntário atua como um agente de transformação social, com forte inserção na comunidade, tendo um importante papel integrador. Através da participação voluntária, as pessoas encontram espaço para seu crescimento pessoal e sua auto-realização. Quem presta serviço voluntário está contribuindo para a melhoria de vida, crescimento moral e emocional de pessoas carentes das mais diversas faixas etárias e classes sociais.

Assim, as pessoas se apresentam como voluntárias a fim de conseguir a satisfação da participação em um grupo, o que quer dizer que elas necessitam sentir-se parte de objetivos e significado mais amplos da vida grupal para obter a satisfação decorrente da dependência, da afeição, da situação social e da realização criadora.

Contudo, a maior parte dos voluntários se encontra numa situação de equilíbrio entre obter as satisfações que todos os seres humanos necessitam e contribuir com seu trabalho para auxiliar outros por meio das atividades individuais, de grupo ou de reforma social. Cresce a tendência de se encarar as necessidades não unicamente do ponto de vista individual. O indivíduo é parte integral da sociedade e a satisfação de suas necessidades deve ser encarada em relação a outros indivíduos e a instituições por meio das quais eles funcionam.

As atividades voluntárias e o voluntariado podem fornecer um clima social nas quais as necessidades do indivíduo poderão ser satisfeitas de um modo que é importante tanto para ele quanto para a sociedade da qual faz parte.

Grande parte das pessoas que trabalham sem remuneração possui outra forma de obtenção de recursos monetários. Essas pessoas trabalham por uma causa e compartilham da visão da instituição. Isso explica, de certo modo, o grande envolvimento dos voluntários com a causa pela qual estão envolvidos.

Surge como referencial da motivação ao trabalho voluntário a teoria motivacional conceituada pela psicologia, explicando a motivação do indivíduo como um traço de caráter intrínseco.

¹¹² LSCSP. Livro nº8 de 1955-1964 p. 14

Reforçando esse ponto de vista, podemos fazer uso da teoria de Mcgregor para conceituar a motivação do voluntário, pois o voluntário vê seu trabalho como sendo algo tão natural quanto o lazer, adotando responsabilidade e, muitas vezes, auto-orientando-se para a realização de diversas tarefas. Neste contexto foram adotados para a realização deste estudo duas frentes principais: Na obtenção de fontes primárias através de bibliografia relevante ao tema e da coleta de dados e análise de dados secundários obtidos através de questionários.

Os questionários aplicados objetivaram identificar o perfil dos voluntários, escolaridade e identificar sua área de atuação e suas atividades. Este questionário foi distribuído para 400 voluntários, e obtivemos um retorno de apenas 250 questionários respondidos. Também foram feitas 25 entrevistas com voluntárias atuantes e ex-voluntárias da LSCSP com faixa etária de 50 a 84 anos, que atuaram em diversas áreas. A pesquisa compreendeu ainda a motivação do voluntário para a realização do trabalho, e a pretensão das pessoas em trabalhar como voluntário no futuro.

A distribuição dos perfis apresentou 70% de mulheres em todas as faixas etárias, casadas ou viúvas. Destes 70% apenas 10% são estagiárias buscando um aprimoramento profissional, confundindo estágio com ação voluntária. Os outros 30% são homens entre 25 a 45 anos.

Para 60% dos voluntários a motivação para o trabalho é o profundo desejo de ajudar as pessoas. Outros 36% afirmam ser motivados pelo benefício gerado para sua carreira profissional. Em relação ao campo de atuação 70% concentram-se na área educacional, sendo que os outros 30% estão distribuídos igualmente na área hospitalar e meio ambiente.

Quanto ao público alvo, 80% dos voluntários trabalham com crianças, 10% com adultos e 10% com idosos.

Em relação ao futuro, 57% dos questionados, disseram querem trabalhar como voluntário pelo simples desejo de ajudar aos outros (fazer caridade), 30% provavelmente não se envolverão em atividade voluntárias no futuro e 13% desejam se profissionalizar na área e desenvolver uma carreira no terceiro setor. A maioria dos voluntários, em questão, objetiva continuar esse trabalho pelos próximos cinco anos ou mais.

3.2 SOLIDARIEDADE

Para tal análise se faz necessário compreender a questão da solidariedade, um tema extremamente atual. As sociedades contemporâneas, assentadas sobre os valores do capitalismo, estão em alta medida fundadas em sistemas de competição orientada a interesses.

Essa experiência coletiva, que invade tanto as instituições sociais quanto os espaços privados do mundo da vida, constrói-se dentro de uma moral egoísta, na qual a presença dos outros só é reconhecida a partir dos benefícios concretos que possa gerar, o que implica, em contrapartida, uma forte indiferença em relação aos não produtivos e uma enorme e constante violência de uns contra os outros, especialmente os que não se adaptem às regras desse egoísmo social.

Tal sentimento, contudo, não pode se generalizar sem criar um mal-estar social de largas proporções, vinculado não somente à falta do outro como igual, mas também ao stress da guerra permanente e, sobretudo, ao rastro de miséria e sofrimento que os egoístas em competição vão deixando atrás de si, na medida em que constroem suas riquezas materiais e suas situações de poder.

O mundo atual é, pois, um mundo carente de solidariedade. Para entender a solidariedade se faz necessário compreender as diversas maneiras de como a tratam.

3.3 OS DIVERSOS NOMES DA SOLIDARIEDADE

Na tradição cristã da religião, a vida solidária recebe o nome de fraternidade, idéia fundada pelos cristãos primitivos, sob a perspectiva de uma sociedade de irmãos, filhos do mesmo Deus, visto como Pai, conforme lhes ensinara Jesus. A sociedade de irmãos funda a igualdade na relação entre os seres desiguais, na medida em que os vincula a um propósito comum, assegurado pela crença no Deus único.

É no âmbito da sociologia que a expressão recebe o nome de solidariedade, para caracterizar os modelos descritivos e normativos de sociedades comunitárias, dentro das quais os bens são repartidos para o usufruto comum e as ações são coletivamente praticadas, em regime de cooperação mútua.

Mesmo no campo da política, é possível agregar, até certo ponto, a noção de solidariedade ao conceito de democracia, porquanto as sociedades democráticas pressupõem a predominância do interesse comum e da participação pública, que são formas coletivas de viabilização da solidariedade, para se realizarem enquanto tal.

Existem, porém, limites a essa apropriação teórica, já que são também consideradas democráticas as sociedades políticas representativas, nas quais o "representante", ao agir em nome dos "representados", finge ocupar-lhes o lugar, de certa forma calando-os, ato que rompe, ao menos parcialmente, com a idéia de solidariedade (embora viabilize as formas complexas de organização social, às vezes impraticável tão somente pelas redes de solidariedade). Há quem afirme por isso que a crise atual da democracia representativa é, na verdade, uma crise de ausência da solidariedade real.

Há diferença entre a solidariedade, tratada como conceito base para explicar e propor uma ordem social, e uma outra, definida como forma estereotipada e casual de auxílio a outras pessoas. Talvez se possa afirmar que há a possibilidade de uma solidariedade permanente, funcionando como cimento social, e uma solidariedade instantânea, de consumo. Para os termos deste trabalho, consideramos como autêntico apenas o primeiro tipo, por oferecer condições para uma análise normativa da vivência social.

Há também dois conceitos que fundamentam a noção de solidariedade neste trabalho: o outro e a comunicação. Definimos o outro como sendo a manifestação da diferença, da verdade que não se encontra no eu; e comunicação como o movimento que começa no outro e se efetua de forma a revelar as diferenças dele, sem que isso implique estabelecer guerras ou disputas visando eliminar tais diferenças. Segundo Levinas:

Reconhecer outrem é, pois, atingi-lo através do mundo das coisas possuídas, mas instaurar simultaneamente, pelo dom, a comunidade e a universalidade. A linguagem é universal porque é a própria passagem do individual ao geral, porque oferece coisas minhas a outrem. Falar é tornar o mundo comum, criar lugares comuns. A linguagem não se refere à generalidade dos conceitos, mas lança as bases de uma posse em comum. Abole a propriedade inalienável da fruição. O mundo do discurso já não é o que é na separação – o <em minha casa> em que tudo me é dado -, é aquilo que eu dou, o comunicável, o pensado, o universal.¹¹³

¹¹³ TI. p. 63

Como se pode notar o estudo da solidariedade é, pois, essencialmente o estudo das condições de possibilidades e limites da interação social efetivamente comunicativa com os outros.

3.4 CONDIÇÕES DE VALIDADE DO GESTO SOLIDÁRIO

Solidariedade de fato é mais do que prestar serviços ao outro: é um tipo especial de relacionamento social, que depende, para se efetivar, de algumas condições muito específicas cujo desempenho deve ser mútuo, caso contrário significará somente uma ação altruísta individual (o que não a desvaloriza, embora unilateralize o exercício da solidariedade, denotando uma ação, mas não propriamente uma interação social, porquanto a vida solidária demanda reciprocidade para existir). Ressaltamos abaixo o que consideramos ser as quatro condições essenciais para a ação solidária segundo Emmanuel Levinas:

1. Não indiferença. O outro jamais é anulado ou cai no vazio da indiferença social. Ao contrário, sua presença constitui acontecimento relevante, diante do qual o eu se coloca de pé, pronto para a relação solidária com o outro.

2. Aceitação da diferença. O outro é reconhecido enquanto tal, e não submetido aos conceitos aprioristicamente construídos pelo eu. O elemento definidor da alteridade é, justamente, a estranheza, o desconhecimento e a infinitude do outro. Tal estranheza, em um contexto de solidariedade, poderá sempre ser manifesta, sem implicar em guerra entre os sujeitos em interação.

3. Doação/concessão/espera. O eu se faz sempre disponível a entregar-se, exercendo autonomamente uma heterônoma empática que, no entanto, não o torna escravo do outro nem elimina a identidade que lhe assegura essa autonomia. A empatia significa um deixar-se levar por exercício da própria vontade, em relação ao outro e às suas necessidades e carências.

4. Aprendizado/mudança. Ciente de que ninguém sai ileso de uma interação solidária, o eu se distingue pela disponibilidade para o aprendizado com o outro, na medida em que identifica no reconhecimento da diferença, enquanto lugar do desconhecido, o espaço do aprendizado possível e, portanto, da mudança.

Assim segundo Levinas podemos observar que a solidariedade, enquanto comunicação plena se inicia não no eu, mas no outro. Isso não implica, entretanto, uma heterônoma, no sentido de perda da identidade do eu, diante do império avassalador da diferença alheia. De forma alguma. O gesto solidário é sobretudo um ato de autonomia, mas trata-se uma

autonomia típica, que se faz responsável pelo outro, que escolhe o respeito infinito pela diferença que o torna outro e se interessa sobretudo pela interação que lhe proporcione felicidade e paz. O gesto solidário é o ato de amor, cuja capacidade altruísta modifica as relações sociais de forma a fundar a convivência não violenta e pacífica.

3.5 A RECONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE

O discurso solidarista deve ser resgatado. Mas não podemos pensar que o enfrentamento teórico e prático do quadro atual de crise se resolva por um simples retorno ao discurso solidarista. Devemos compreender que a crise atual pressupõe a reconstrução da solidariedade.

Para Levinas essa reconstrução passa por uma concepção de sociedade que seja capaz de vislumbrar uma unidade, levando em conta a pluralidade da solidariedade vivida e permitindo o encontro de uma *auto-ética* com uma *ética solidária*. Isto nos remete a uma das questões fundamentais de reflexão sobre a sociedade contemporânea: como articular o particular e o universal?

Mais do que nunca é preciso encontrar uma saída para o falso dilema entre o isolamento e a massificação. Os impasses colocados pela sociedade contemporânea obrigam-nos a rejeitar, por um lado, o individualismo, e, por outro lado, a tendência que sufoca o indivíduo.

Esse falso dilema só será evitado se adotarmos um *pensamento complexo* capaz de realçar a dinâmica constante das contradições¹¹⁴. A solidariedade deve estar ligada a uma visão complexa da sociedade, na qual a solidariedade e a complexidade são duas noções que

¹¹⁴ Ver Morin, Edgar. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997. Tradução de Lemeide Duarte e Clarisse Meireles, pág. 63. Podemos também vislumbrar uma dialógica entre as estruturas racionalizadoras e não-racionalizadoras. A reconstrução da solidariedade pressupõe articular o sistema com o "mundo da vida", incorporando os aspectos espontâneos das relações interpessoais, dos laços de afetividade que constituem o "estar-junto antropológico", vistos como elementos importantes das formas de solidariedade. As relações de amor e de amizade, por exemplo, têm a capacidade de combinar o Id e o Eu, permitindo combinar o desejo e a empatia, sem identificar um ao outro. Na relação amorosa ou amigável, o sujeito se afirma porque reconhece o outro como sujeito. Ver Touraine, Alain. *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis. Vozes. 1994, pág. 236. Ver também Maffesoli, Michel. *A Transfiguração do Político: A Tribalização do Mundo*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre. Editora Sulina. 1997.

comum a compreensão de que não existe verdade em si, na medida em que a verdade é sempre condicionada por certas regras históricas e epistemológicas.

Entretanto, no seio do próprio processo de desconstrução do sujeito sucedeu o movimento da sua reconstrução. Depois da desconstrução do sujeito cartesiano, era preciso reconstruir a categoria do sujeito em novas bases.

O próprio Michel Foucault se incorpora a esse movimento de reconstrução do sujeito, pois em seus textos finais Foucault propõe uma nova forma de subjetivação quando afirma: “(...) outro trabalho parecia se impor: estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, tomando como espaço de referência e campo de investigação aquilo que se poderia chamar história do homem de desejo”¹¹⁶. Foucault passou a concentrar-se num projeto ético baseado numa “estética da existência”, uma estética na qual se verifica um trabalho de si sobre si mesmo. Trata-se de uma ética que se confunde com uma estética da vida na medida em que se enfatiza uma práxis do “cuidado de si”, na qual viver é fazer da própria vida uma obra de arte, um processo permanente de invenção e reinvenção, possibilitando o exercício contínuo de si para consigo mesmo¹¹⁷.

Esse movimento de reconstrução do sujeito vem juntar-se a Freud e a Lacan no entendimento de que é impossível descartar a categoria do sujeito. Considerando que o inconsciente é uma dimensão do sentido que escapa à consciência do sujeito, Lacan alerta para o fato de que o “eu” não é senão “um fenômeno no sujeito”. A prática psicanalítica pretende que o indivíduo faça um retorno sobre si mesmo para uma melhor compreensão do Outro.

Com apoio em Lacan, Alain Badiou retoma a idéia de “sujeito sem contraparte”, um sujeito como fragmento finito de uma verdade, produto de um *evento* sem objeto. Neste sentido, o lugar de revelação do sujeito é o *evento*, uma vez que somente depois do *evento* será possível saber se há ou não sujeito. São exemplos de eventos:

a revolução francesa, o encontro de Heloísa e de Abelardo, a criação galileiana da física, a invenção, por Haydn, do estilo musical clássico. Mas também: a revolução bolchevique de 1917, uma paixão amorosa pessoal, a

¹¹⁶ Foucault, Michel. *História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres*. Vol. II. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1984, p. 11.

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 14-15.

criação, pelo matemático Galois, da teoria dos grupos, a invenção, por Schoenberg, do dodecafonismo...¹¹⁸

O sujeito aparece na sua capacidade de mudar a situação anterior. Sendo assim, o verdadeiro sujeito é aquele que diz seu nome em relação a um *evento*, inventando uma nova maneira de ser e de agir na situação, inaugurando o novo¹¹⁹. É o mesmo sujeito indicado na fórmula freudiana "Onde era o *Id*, será o *Ego*"¹²⁰.

Essa linha de argumentação vai ao encontro da abordagem heideggeriana que aponta para a temporalização do sujeito. Segundo Heidegger, "o tempo é o sentido do ser"; o homem é o "Ser-aí" (*Dasein*). Sendo o homem o único ente que pergunta pelo ser do ente, o sujeito nunca é acabado; ele se faz permanentemente no processo aberto da história, construindo e reconstruindo a realidade a partir de um mundo sempre provisório, incompleto e mutável. O sujeito é o sujeito efetivo penetrado pelo mundo e pelos outros.

De forma que o Eu da autonomia não é absoluto; ele é como diz Castoriadis,

“a instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente os conteúdos utilizando-se desses mesmos conteúdos, que produz com um material e em função de necessidades e de idéias elas próprias compostas do que ela já encontrou antes e do que ela própria produziu”. *Não se trata de uma “verdade própria” do sujeito num sentido absoluto, porque “a verdade própria do sujeito é sempre participação a uma verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia”*¹²¹.

Assim, descartam-se, ao mesmo tempo, a idéia do sujeito reduzido à própria razão e a idéia de um sujeito despersonalizado que sacrifica a si mesmo em nome de uma ordem impessoal da natureza ou da história. O homem é visto como *ator* da história. A concepção do homem como Ser no mundo se aproxima da idéia do homem como *ator* na história, uma

¹¹⁸ Badiou, Alain. *Para uma Teoria do Sujeito*. Rio de Janeiro. Editora Reluma-Dumará. 1994. Tradução de Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré, p. 109. Ver também Badiou, Alain. *O Ser e o Evento*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar Ed.. 1996.

¹¹⁹ Ibidem. pp. 107-120.

¹²⁰ Assis Pacheco, Olandina M. C. de. *Sujeito e Singularidade. Ensaio sobre a Construção da Diferença*. Rio de Janeiro. Zahar Editor. 1996, p. 85.

¹²¹ Castoriadis, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1995, pp. 128-129. Itálico pertence a autora deste trabalho

vez que uma das características da condição humana está localizada no espaço da ação. O que caracteriza o homem é sua capacidade de agir sobre o meio ambiente que o cerca¹²².

Reforçando essa perspectiva, H. Arendt considera qu

Nesse sentido, a solidariedade pressupõe a existência de atores sociais capazes de dar um novo rumo ao processo histórico, de iniciar algo de novo, de realizar o improvável e o imprevisível. A sociedade é um processo complexo, aberto, inacabado, que está em permanente *desconstrução e reconstrução*.

A reconstrução da solidariedade tem que se expressar nos plano político, ético, social, econômico e jurídico. Apesar das divergências das diversas abordagens, devemos evitar as clivagens artificiais e visualizar a hipótese de uma relação de complementaridade entre as teorias de Rawls, dos "comunitaristas", de Habermas, H. Arendt, Castoriadis e E. Morin, procurando vislumbrar o encontro de uma *auto-ética* com uma *ética solidária*, oferecendo uma saída para o falso dilema entre o isolamento e a massificação, entre o universal e o particular.

Para Levinas a reconstrução do sujeito, a partir do campo da ação, pressupõe o reconhecimento da pluralidade da condição humana. Se a solidariedade¹²⁵ é a esfera do agir comum, não se pode perder de vista que os homens agem e pensam de maneiras diferentes. A reconstrução da solidariedade pressupõe um mundo comum onde a formação da identidade não admite o esmagamento do outro. Ela é feita no reconhecimento da alteridade e da diferença, na convivência com o outro, com o diferente. O mundo comum não pode ser construído sem que seja levada em conta a idéia da alteridade.

Segundo Levinas a tolerância pode ser resumida, essencialmente, como um elemento inseparável da opção democrática, pois uma das características da democracia é de alimentar-se das opiniões diversas e antagônicas. Para além do consenso formal e do relativismo do jogo de opiniões, a ética da tolerância obriga a cada um respeitar a expressão das idéias contrárias às suas. Segundo as palavras de E. Morin, “o contrário de uma idéia profunda é uma outra idéia profunda, isto é, há uma verdade na idéia antagônica à nossa e é esta verdade que preciso respeitar”¹²⁶.

Acreditando que para Levinas a tolerância é um dos antídotos utilizados para combater as lógicas fechadas, totalizadoras, purificadoras, excludentes e que possibilita a existência de uma ética aberta que se refere à atitude de respeito à verdade do outro, e, por conseguinte, contribui para viabilizar a comunicação entre os opostos. Assim passaremos a compreender o termo voluntário segundo a sua visão.

¹²⁴Touraine, Alain. Op. cit., p. 367.

¹²⁵ Para nosso autor solidariedade esta implícita na subjetividade do ser e na sua responsabilidade com o outro

¹²⁶ Morin, Edgar. Meus Demônios. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997, p. 85.

3.7 VOLUNTARIADO

O termo voluntariado vem do latim *voluntariu*, o substantivo, designando, de acordo com conhecidos dicionários da língua portuguesa, a pessoa que se compromete a cumprir determinada tarefa ou função sem ser obrigada a isso e sem obtenção de qualquer benefício material em troca. Vários são os conceitos apresentados sobre o tema do voluntariado. Segundo a ONU:

O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos.¹²⁷

O voluntário está por toda parte, em comunidades carentes, escolas, hospitais, creches, promovendo campanhas de arrecadação de alimentos, brinquedos, remédios ou defendendo o meio ambiente. Também atua com diversos públicos (crianças, jovens, adultos e idosos, entre outros) e em várias áreas (educação, saúde, habitação, meio ambiente e outras).

Segundo a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, em uma das primeiras tentativas de definir o conceito de voluntariado no Brasil, em 1996:

O voluntário, como ator social e agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e seus conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.¹²⁸

Levinas diria que a solidariedade tem uma linguagem religiosa que estabelece uma relação cujo sentido é o de uma religião. A relação com alguém não é um conhecimento e sim uma religião. Mas isso não quer dizer nada além de uma estrutura formal que funciona em favor dessa filosofia. Ao dizer que a relação é uma religião Levinas evita recorrer novamente à via negativa, afirmando o que a relação não é. É preciso supor uma ingenuidade muito

¹²⁷ disponível em <http://www.davison.com.br/novembro/voluntario.html> acesso em 15 mar. de 2006

¹²⁸ Corullon, Mônica, & Wilhelm, Ana Maria *Voluntários: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil*. São Paulo: Fundação Abrinq pelos direitos da Crianças, 1996, p.1

grande e irresponsável para pensar que o uso da palavra religião se deve ao lado confessional do pensador, algo no mínimo desproporcional para quem sustenta que a “política se opõe à moral como a filosofia à ingenuidade”¹²⁹. A palavra religião configura para Levinas uma categoria filosófica.

Nenhuma teologia, nenhuma mística se dissimula por trás das análises que acabamos de dar do encontro de outrem e onde nos importou sublinhar a estrutura formal: o objeto do encontro é ao mesmo tempo dado a nós e em sociedade com nós, sem que este acontecimento de socialidade possa se reduzir a uma propriedade qualquer se revelando no dado, sem que o conhecimento possa tomar o passo sobre a socialidade. (...). A religião permanece a relação com o ente enquanto ente. Ela não consiste em lhe conceber como ente, ato onde o ente é já assimilado (...). Nem consiste em estabelecer não sei qual pertença, nem em se chocar com o irracional no esforço de compreender o ente.¹³⁰

A religião, diferentemente do conhecimento, estabelece uma associação, re-ligação. A teologia empresta a sua estrutura formal, como se fosse uma fotografia cujo negativo é revelado como filosofia. No discurso teológico falamos que a religião é uma associação com a divindade, a oração é um discurso que estabelece uma comunicação com Deus, a transcendência que se procura, então, é religiosa no sentido confessional. Apreendendo o esquema formal da teologia, diremos que a religião é a associação com outrem, o discurso, cuja essência é a prece, é a vocação comunicativa da linguagem que manifesta uma transcendência não confessional, mas ética. Se este esquema revela o judaísmo levinasiano, isto por si só não impede a construção e a autoridade filosófica do argumento utilizado. Trata-se, de uma inspiração cujo caráter é ilustrativo, não se prestando para nenhuma fundamentação.

A linguagem manifesta uma racionalidade que ainda não alcançou o objetivo das aventuras do pensamento filosófico tradicional. Entre a razão que autoriza o jogo da compreensão e o mergulho numa irracionalidade mística¹³¹ sem consequência filosófica, Levinas nos convoca a pensar o estatuto da racionalidade. Se a única alternativa à mística é a

O racional se reduz ao poder sobre o objeto? A razão é dominação onde a resistência do ente como tal é vencida não em um apelo a esta resistência mesma, mas como por uma astúcia de caçador que agarra o que o ente comporta de forte e de irredutível a partir de suas fragilidades, de suas renúncias à sua particularidade, a partir de seu lugar ao horizonte do ser universal? Inteligência como astúcia, inteligência da luta e da violência feita pelas coisas – ela é que vai constituir uma ordem humana? Nós nos habituamos paradoxalmente a procurar na luta a manifestação mesma do espírito e da sua realidade. Mas a ordem da razão não se constitui mais em uma situação onde não estamos com isto negando a racionalidade da mística mas apenas lembrando que esta não tem consequência e nem validade para o argumento da racionalidade filosófica. ‘falamos’, onde a resistência do ente como ente não é quebrada mas pacificada?¹³²

A razão que deixa-ser ainda não abandonou o lugar que justifica o pensamento que concebe a realidade como luta. Não é possível pensar na solidariedade e no voluntariado senão no seio de uma realidade essencialmente e eternamente em desigualdade.

Neste contexto o trabalho voluntário tem ganhado destaque nos últimos anos no Brasil. Frequentemente os veículos de comunicação abordam o tema. A ampla divulgação de um fato pela mídia tem repercussões imediatas. Quando feito em prol do social, ganham as duas partes envolvidas: o veículo de comunicação, por apresentar um serviço de utilidade pública, e o trabalho abordado, por conseguir novos adeptos.

A Igreja é das que mais propagam este tipo de trabalho, assim sendo, segundo a Carta encíclica Deus Caritas Est do sumo Pontífice Bento XVI aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre o amor cristão, o parágrafo numero 31 diz o seguinte:

O aumento de organizações diversificadas, que se dedicam ao homem em suas várias necessidades, explica-se fundamentalmente pelo fato de o imperativo do amor ao próximo ter sido inscrito pelo Criador na própria natureza do homem. Mas, o referido aumento é efeito também da presença, no mundo, do cristianismo, que não cessa de despertar e tornar eficaz este imperativo, muitas vezes profundamente obscurecido no decurso da história. A reforma do paganismo, tentada pelo imperador Juliano o Apóstata, é apenas um exemplo incipiente de tal eficácia. Neste sentido, a força do cristianismo propaga-se muito para além das fronteiras da fé cristã. Por isso, é muito importante que a atividade caritativa da Igreja mantenha todo o seu esplendor e não se dissolva na organização assistencial comum, tornando-se uma simples variante da mesma. Mas, então quais são os elementos constitutivos que formam a essência da caridade cristã e eclesial?

a) Segundo o modelo oferecido pela parábola do bom Samaritano, a caridade cristã é, em primeiro lugar, simplesmente a resposta àquilo que,

¹³² EN, p. 30

numa determinada situação, constitui a necessidade imediata: os famintos devem ser saciados, os nus vestidos, os doentes tratados para se curarem, os presos visitados, etc. As organizações caritativas da Igreja, a começar pela Cáritas (diocesana, nacional e internacional), devem fazer o possível para colocar à disposição os correlativos meios e, sobretudo, os homens e mulheres que assumam tais tarefas. Relativamente ao serviço que as pessoas realizam em favor dos doentes, requer-se antes de mais a competência profissional: os socorristas devem ser formados de tal modo que saibam fazer a coisa justa de modo justo, assumindo também o compromisso de continuar o tratamento. A competência profissional é uma primeira e fundamental necessidade, mas por si só não basta. É que se trata de seres humanos, e estes necessitam sempre de algo mais que um tratamento apenas tecnicamente correto: têm necessidade de humanidade, precisam da atenção do coração. Todos os que trabalham nas instituições caritativas da Igreja devem distinguir-se pelo fato de que não se limitam a executar habilidosamente a ação conveniente naquele momento, mas dedicam-se ao outro com as atenções sugeridas pelo coração, de modo que ele sinta a sua riqueza de humanidade. Por isso, para tais agentes, além da preparação profissional, requer-se também e, sobretudo, a "formação do coração": é preciso levá-los àquele encontro com Deus em Cristo que neles suscite o amor e abra o seu íntimo ao outro de tal modo que, para eles, o amor do próximo já não seja um mandamento por assim dizer imposto de fora, mas uma conseqüência resultante da sua fé que se torna operativa pelo amor (cf. Gal 5, 6).

b) A atividade caritativa cristã deve ser independente de partidos e ideologias. Não é um meio para mudar o mundo de maneira ideológica, nem está ao serviço de estratégias mundanas, mas é atualização aqui e agora daquele amor de que o homem sempre tem necessidade. O tempo moderno, sobretudo a partir dos anos Oitocentos, aparece dominado por diversas variantes duma filosofia do progresso, cuja forma mais radical é o marxismo. Uma parte da estratégia marxista é a teoria do empobrecimento: esta defende que, numa situação de poder injusto, quem ajuda o homem com iniciativas de caridade, coloca-se de fato ao serviço daquele sistema de injustiça, fazendo-o resultar, pelo menos até certo ponto, suportável. Deste modo fica refreado o potencial revolucionário e, conseqüentemente, bloqueada a reviravolta para um mundo melhor. Por isso, se contesta e ataca a caridade como sistema de conservação do status quo. Na realidade, esta é uma filosofia desumana. O homem que vive no presente é sacrificado ao moloch do futuro um futuro cuja efetiva realização permanece pelo menos duvidosa. Na verdade, a humanização do mundo não pode ser promovida renunciando, de momento, a comportar-se de modo humano. Só se contribui para um mundo melhor, fazendo o bem agora e pessoalmente, com paixão e em todo o lado onde for possível, independentemente de estratégias e programas de partido. O programa do cristão o programa do bom Samaritano, o programa de Jesus é "um coração que vê". Este coração vê onde há necessidade de amor, e atua em conseqüência. Obviamente, quando a atividade caritativa è assumida pela Igreja como iniciativa comunitária, à espontaneidade do indivíduo há que acrescentar também a programação, a previdência, a colaboração com outras instituições idênticas.

c) Além disso, a caridade não deve ser um meio em função daquilo que hoje é indicado como proselitismo. O amor é gratuito; não é realizado para alcançar outros fins. Isto, porém, não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar Deus e Cristo de lado. Sempre está em jogo o homem todo. Muitas vezes é precisamente a ausência de Deus a raiz mais

profunda do sofrimento. Quem realiza a caridade em nome da Igreja, nunca procurará impor aos outros a fé da Igreja. Sabe que o amor, na sua pureza e gratuidade, é o melhor testemunho do Deus em que acreditamos e pelo qual somos impelidos a amar. O cristão sabe quando é tempo de falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. Sabe que Deus é amor (cf. 1 Jo 4, 8) e torna-Se presente precisamente nos momentos em que nada mais se faz a não ser amar. Sabe voltando às questões anteriores que o vilipêndio do amor é vilipêndio de Deus e do homem, é a tentativa de prescindir de Deus. Conseqüentemente, a melhor defesa de Deus e do homem consiste precisamente no amor. É dever das organizações caritativas da Igreja reforçar de tal modo esta consciência em seus membros, que estes, através do seu agir como também do seu falar, do seu silêncio, do seu exemplo, se tornem testemunhas credíveis de Cristo.

Assim, ser voluntário, diz-se que neste tipo de trabalho não há remuneração, porém sempre há benefícios. As pessoas, em geral, tornam-se mais pacientes, mais solidárias, mais conscientes, envolvem-se e desenvolvem a si mesmos e, acima de tudo, a comunidade. O voluntário sabe que o governo não consegue resolver sozinho todos os males existentes em uma sociedade e que cada indivíduo pode ser um agente de transformação da realidade.

Neste pensamento a LSCSP tem se empenhado em prol do pobre, do mendigo, do desamparado, seu desempenho tem sido em vários papéis sociais: o de pai, de mãe, de professora, de médica, de aluno, de amigo e, inclusive, de voluntário.

Desta forma a LSCSP acredita que ao atuar como voluntário, o indivíduo torna-se um agente de transformação, pois acredita que seu trabalho gera mudança social. Verifica-se que as pessoas que se interessam pela prática do voluntariado são das mais distintas classes sociais, etnias, idades e possuem diferentes motivações para o engajamento nos serviços prestados: alguns pela dor, outros pela gratidão, indignação, identidade com a causa ou pela vontade de transformar a realidade.

A solidariedade, que para Levinas seria a subjetividade, não é questão da essência, mas de cada voluntário na relação individual com a sua própria essência, ou seja, na exceção da essência no abandono de si da substituição ao outro como Levinas diria:

Substituição-significação. Não reenvio de um termo a outro - tal como aparece tematizado no Dito - mas substituição como subjetividade mesma do sujeito, interrupção da identidade irreversível da essência, na tomada do encargo que me incumbe sem fuga possível e onde a unicidade do eu toma somente um sentido: ali onde não é mais questão do Eu, mas de mim. O sujeito que não é mais um eu - mas que sou eu - não é suscetível de

generalização, não é um sujeito em geral, o que equivale a passar do Eu a mim, que sou eu e não um outro.¹³³

A solidariedade não é um registro passível de se inscrever como historia, nem sequer pela narrativa daqueles que oferecem sua vida pela vida do outro, pois, cada vida na dimensão da substituição será a única testemunha de si.

Por esta razão para a elaboração deste trabalho o voluntário é entendido como a pessoa que, motivada por valores de participação, de ajuda a uma causa e indignação com a realidade, doa seu tempo de maneira espontânea e não remunerada para a busca de soluções que levam à construção de uma sociedade mais humana e justa.

É alguém que deseja ver sua comunidade crescer, sua sociedade se desenvolver, procurando contribuir e fazer a sua parte. Entretanto, algumas distorções são feitas a respeito do tema em questão. Por exemplo, a palavra doação frequentemente é confundida com o serviço voluntário. Um doador de sangue, ainda que todo ano faça sua doação, não é um voluntário. Porém, se um cidadão mobiliza um grupo de pessoas e participa de uma campanha para doar sangue, nesse caso, ele atua como voluntário. Ele não doou somente algo, doou de si mesmo, prestou um serviço, doando tempo em prol de uma causa.

Outra discussão com relação ao tema é que ações assistencialistas são erroneamente denominadas de serviço voluntário. A principal diferença entre esses dois perfis é que o primeiro costuma causar dependência e acomodação no público beneficiado, enquanto que o voluntariado estimula a emancipação e a transformação da realidade das pessoas e/ou comunidades atendidas.

O status que o trabalho voluntário tem conquistado nos últimos anos gera constrangimento nas pessoas que admitem não participar dessa tendência. Tal sentimento encontra-se no depoimento de uma estagiária de 23 anos que comenta, “Confesso que nunca o realizei por egoísmo. Minha maior preocupação sempre foi com o meu futuro profissional, por isso preencho todo o meu tempo com cursos. Mas, prometi a mim mesma que assim que tiver um tempinho, escolherei uma instituição para ajudar”,

E assim mesmo existe ainda muita confusão com relação à diferença entre o serviço voluntário e o estágio não remunerado. Em ambos os casos não há nenhum tipo de remuneração, porém a motivação é que distingue um do outro. O voluntário busca exercer sua atividade para gerar uma transformação na sociedade, fazer algo pelo outro; já o estagiário

¹³³AE. p. 29

está em busca de uma experiência profissional, conforme declarou a estagiária estar “preocupada com seu futuro profissional” de se aperfeiçoar, faz algo por si, não podendo desta maneira ser caracterizado como voluntário.

Na LSCSP há muitos estagiários atuando em um trabalho focado no desenvolvimento social, porém o interesse em realizá-lo, geralmente, é de cunho profissional, como mostra o depoimento de outro estagiário “não é o que se faz mas o que se pode ganhar com isso, eu aprendo muito com este estágio, vai servir para meu futuro”.

Não há interesse de desvalorizar este tipo de trabalho, mas o estágio não remunerado não se enquadra nos conceitos de voluntariado. Para os voluntários convictos, a falta de tempo é só uma desculpa. “Há tantos aposentados em casa assistindo à televisão e pessoas que, mesmo trabalhando fora, conseguem doar algumas horas a uma instituição”, exemplifica uma voluntária da LSCSP.

Assim, Relações Públicas e donas-de-casa se tornam vendedoras nos bazares mantidos pelas instituições. Advogados distribuem café aos que chegam cedo para fazer exames médicos. Professoras são guias que mostram aos visitantes como funciona a entidade. Muitos aposentados, mas também jovens e profissionais em plena atividade. Quem diz não ter tempo para realizar um trabalho voluntário, encontra opções em grupos mais recentes. São oferecidas vagas para fins-de-semana e para o setor externo, trabalho que não exige a presença do voluntário na instituição. A falta de tempo já não é mais empecilho. E a questão financeira? Para realizar um trabalho voluntário, onde a remuneração é inexistente, dinheiro é fundamental, poderíamos pensar. Engano. A maioria das pessoas que realiza essa atividade não pertence às classes abastadas, que preferem fazer doações em espécie.

Muito tem se falado em trabalho voluntário, mas o que ele significa realmente? Pessoas que dizem realizá-lo nem sempre têm uma noção exata do que a expressão representa. “É uma atividade não remunerada”. Assim ele é definido por muitos. Na pesquisa já citada, 40% dos questionados consideraram essas três palavrinhas suficientes para responder à pergunta. Tamanho poder de síntese acaba gerando equívocos. Atividades que não representam o trabalho voluntário são frequentemente confundidas com ele.

Para Levinas se há voluntários (ser subjetivo) no mundo é porque no jogo das essências em que o pensamento do ser normalmente transforma a realidade há exceção à regra. É pela exceção ao ser que o voluntário testemunha no mundo o fenômeno

“extraordinário e cotidiano”¹³⁴ da solidariedade. É isto o que sugere e implica a estrutura da proximidade como diria Levinas, onde outrem me aparece sem mediação, como se da altura infinita de seu olhar viesse a exigência de uma resposta imediata, anterior a qualquer gesto que pudesse significar alguma espécie de vontade, de autonomia ou de liberdade. A situação extraordinária da solidariedade no mundo é o não-lugar da subjetividade que na imediatez do outro suspende a regra do ser, conforme Levinas aponta:

A responsabilidade por outrem não pode ter começado no meu engajamento, na minha decisão. A responsabilidade ilimitada aonde eu me encontro vem de aquém da minha liberdade, de um ‘anterior-a-toda-recordação’, de um ‘ulterior-a-todo-cumprimento’, do não-presente, do não original por excelência, do na-árquico, de um aquém ou de um além da essência. A responsabilidade por outrem é o lugar onde se coloca o não-lugar da subjetividade e onde se perde o privilégio da questão: onde? O tempo do *dito* e da *essência* deixa escutar aí o dizer pré-original, responde à diacronia ao desvio irreduzível que navega aqui entre o não-presente e todo representável desvio que, ao seu modo – (...) – serve de signo ao responsável.¹³⁵

Assim os voluntários são vistos, na maioria das vezes, como pessoas benevolentes, que esquecem o retorno financeiro em benefício de excluídos, sejam minorias étnicas, crianças, velhos, doentes. Não deixa de ser verdade, mas considerar o voluntário numa esfera tão restrita é um erro. Há muitos outros aspectos a pautar a matéria: os conflitos existentes, diferentes campos de atuação, a nova filosofia incorporada ao trabalho voluntário.

Na LSCSP tem várias áreas em que o voluntário pode atuar. Na área da saúde, por exemplo, podem-se realizar ações de promoção da saúde e bem-estar, campanhas preventivas e de doação de sangue, atendimento psicológico, apoio aos soropositivos, entre outros. Em relação à educação, é possível facilitar o acesso ao conhecimento e ao aprendizado, alfabetização de crianças, jovens e adultos. Na área ambiental, pode-se proteger a fauna e a flora, sensibilizar para a educação ambiental por meio da reciclagem do lixo, da coleta seletiva ou da limpeza de praias, cidades e escolas. Nas áreas de cultura e arte, pode-se atuar com a educação patrimonial, teatro, dança, música, artesanato, e uma infinidade de outros campos. O voluntariado é um instrumento de formação e ampliação do capital social, sendo capaz de contribuir para que as organizações e projetos sociais possam melhorar e/ou ampliar seus serviços prestados aos beneficiários.

¹³⁴ AE. p. 24

¹³⁵ AE. p. 24-25

Muitas empresas preocupadas com a responsabilidade social, também vêm promovendo programas de voluntariado empresarial, estimulando que seus funcionários engajem-se em causas sociais. Sua mão-de-obra, muitas vezes, é disponibilizada para ajudar à

3.8 MOTIVAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

No voluntariado, a mola propulsora básica é a solidariedade. No entanto, são muitas as “forças internas” que levam à solidariedade e, mesmo sem perceber, o voluntário espera algum tipo de contrapartida.

Algumas expectativas foram detectadas na LSCSP, que estavam ligadas à decisão de executar um serviço voluntário:

- Fortalecimento da cidadania - muitos voluntários acreditam que precisam cumprir seu dever, devolvendo à sociedade a oportunidade que ela lhe deu;
- Desenvolvimento pessoal – algumas buscam seu crescimento pessoal e uma satisfação que o trabalho remunerado, muitas vezes, não é capaz de proporcionar;
- Retribuição de algo que recebeu – depois de receber ajuda por conta das dificuldades pelas quais passou na infância ou adolescência, o voluntário acredita que chegou o momento de retribuir;
- Motivações religiosas - muitos ajudam pelo compromisso que possuem com sua crença;
- Preencher o tempo de forma útil - grande parte das mulheres que nunca trabalharam e aposentadas passaram a ocupar seu tempo desta maneira e oferecem, com sua ajuda, experiência de vida e formação profissional.

Domenico De Masi¹³⁸ afirma que o trabalho ainda é visto como a maneira pela qual nos desenvolvemos, além de ser vangloriado pela família, igreja e educação que recebemos. Já o ócio tem significado majoritariamente negativo, notadamente como preguiça. Em seu livro, *Ócio Criativo*, ele propõe uma mudança a esses paradigmas presentes. Afirma que a família, a escola e a mídia devem colocar ao lado da atual educação profissional dos jovens, um outro tipo de educação, com vistas às atividades lúdicas e culturais.

Infelizmente, o tempo livre das pessoas não é trabalhado como deveria pela família, escolas e mídia, pois o lazer, em muitos casos, é utilizado para exercer atividades que não contribuem para uma sociedade melhor. O lazer vem sendo consumido, freqüentemente, com jogos clandestinos, drogas e atividades sexuais mercantilizadas, aumentando, com isso, a destruição de valores éticos. Por outro lado, há um outro rumo que está sendo tomado pelo lazer contemporâneo. Várias pessoas têm procurado prestar serviço voluntário, atividades pro - sociais ou de participação na construção de uma nova sociedade.

¹³⁸ Domenico de Masi, *O Ócio Criativo*, Rio de Janeiro: GMT Editores, 2000

Ainda há aqueles que, por estarem enfrentando problemas, desejam atuar como voluntários, acreditando que esse tipo de atividade funciona como terapia. Porém, Domeneghetti¹³⁹ adianta que, em um estudo realizado durante cinco anos, verificou-se que apenas 20% dos indivíduos que atuavam como voluntários conseguem permanecer em suas respectivas atividades e desenvolver um trabalho excelente. Os outros 80% procuram no serviço voluntário a solução de seus problemas pessoais e não permanecem, porque o indivíduo só doa o que está sobrando em termos emocionais, espirituais, etc. Se a pessoa se apresenta querendo preencher lacunas, sobra pouco para doar.

O voluntário lida com as expectativas das pessoas e das instituições onde atua, por isso é necessário que, ao decidir atuar como voluntário, o indivíduo perceba que sua contribuição seja direcionada para ajudar o outro, ou seja, essa deve ser sua motivação principal.

Há uma outra pesquisa, também citada no livro de Domeneghetti¹⁴⁰, realizada pelo Independent Sector, em 1993, questionando a motivação das pessoas para exercer o serviço voluntário. Neste estudo, foi constatado que 61,8% acham que aqueles que têm mais recursos devem ajudar os que têm menos; 50,2% procuram atingir certo grau de satisfação pessoal; 46,1% querem devolver à sociedade algum benefício por ela recebido; e ainda 44% afirmam ter sido convidados por um amigo ou colega a ser voluntário.

Ressaltando que muitos começam o serviço voluntário motivados somente por interesse pessoal, como crescimento profissional, *status*, ingresso no mercado de trabalho do terceiro setor, dentre outros. Para isso, a LSCSP tem realizado aos seus voluntários sensibilizações no intuito de esclarecer algumas definições, conceitos, direitos, deveres, motivações e benefícios que a atividade em prol do bem comum proporciona.

3.9 BENEFÍCIOS DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

É muito comum ouvir de pessoas que são ou foram voluntárias, depoimentos como: “aprendi muito”, “cresci como pessoa”, “mudei muito”, “tive uma das mais importantes experiências em minha vida”, “amadureci” e etc. São muitos e diversos os benefícios gerados

¹³⁹ Domeneghetti, Ana Maria M. de S.. Voluntariado Gestão do Trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos. Editora Esfera, São Paulo. 2001

¹⁴⁰ Ibidem. p. 79-90

por quem desempenha um serviço voluntário. Não apenas para aquele que recebe um carinho, um ensinamento, uma casa, um atendimento médico, mas também para aquele que se doou.

Além de atuar na melhora da qualidade de vida em comum, o voluntário se sente útil por participar das transformações necessárias para construção de um mundo melhor. Satisfação pessoal, elevação da auto-estima, desenvolvimento pessoal e profissional, conquistas de novas amizades, aprendizado e novos desafios, boa utilização do tempo livre, apoio a uma causa e aquisição de mais estabilidade emocional são apenas alguns dos ganhos mais citados.

É possível descobrir talentos desconhecidos e desenvolver o espírito de liderança e de equipe. Por conviver com tantas diferenças, como acontece quando um voluntário decide ensinar uma habilidade ou conhecimento a uma turma, é necessário aprender a ser mais tolerante por lidar com vários tipos de pessoas.

A satisfação é ver o sorriso, o aprendizado, a alegria, o agradecimento, o desenvolvimento do outro. Saber que de alguma forma é possível contribuir para o crescimento e/ou emancipação de várias pessoas e não para a dependência de uma ajuda, seja ela de qualquer natureza. Segundo Domeneghetti:

Através do trabalho, o indivíduo tem como resultado a sensação de conforto espiritual muito grande, por ter satisfeito sua necessidade interior de fazer o bem. Não são raras às vezes que esses atores sociais revisam seus valores, corrigem certos rumos em suas vidas, adquirindo, dessa forma, um grau de satisfação pessoal bastante alto, que nenhum valor monetário suplantaria.¹⁴¹

Se as experiências demonstram que os voluntários, possivelmente, passam a viver

Por ser o voluntariado muito abrangente, se faz necessário para entendimento de suas interações relacioná-lo à conceitos, como: cidadania, participação e valores humanos.

Falar em cidadania é dizer que o cidadão é o indivíduo no gozo de seus direitos e cumprindo seus deveres. Para ter uma cidadania plena é necessário ter esses direitos, sendo, portanto, difícil que todos a tenham neste modelo de sociedade atual. Atuando como voluntário, cada um pode exercer sua cidadania, colocando seu talento à disposição do outro para construção de uma vida melhor para todos.

Domeneghetti¹⁴² afirma que o serviço voluntário instala-se no centro da ação cidadã, sendo a mola propulsora de todas as mudanças sociais. Ela ainda comenta sobre a diferença entre o voluntariado ligado à saúde, dos ligados à educação e ao meio ambiente, por exemplo. O primeiro se apresenta mais fortemente relacionado ao aspecto da caridade (ligado à cultura da religião), diferentemente dos outros que estão mais ligados à cidadania.

Cidadania é a capacidade de participação consciente e solidária na realização de projetos e objetivos que digam respeito ao interesse de todos. O serviço voluntário é uma experiência de autonomia que permite às pessoas esse exercício da cidadania “no aqui e agora”. Ao mesmo tempo, ao incentivar a autonomia das populações em relação aos governos, favorece o crescimento do capital social e humano, e contribui para que a sociedade brasileira supere uma cultura secular de paternalismo e dependência.

Apesar da falta de comprometimento da sociedade atual, o interesse em participar tem se generalizado nos últimos anos, no Brasil e no mundo. Surgem as mais diversas associações: amigos do bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, movimento em prol da raça negra, da mulher, entre outros.

Para Bordenave¹⁴³, há dois pontos de vista que mostram as vantagens da participação. Ele afirma que, segundo os progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Já os democráticos vêem a participação como garantia de controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção.

Quando a população também fiscaliza os serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade.

¹⁴² Ibidem. p. 79-84

É possível observar a satisfação pessoal dos que participam em atividades na sua comunidade, além dos resultados trazidos com aquela ação. Isso demonstra a necessidade do homem de participar, assim como precisa do alimento, do sono, da saúde, do pensamento reflexivo, auto-expressão. Segundo a mesma autora a participação faz parte da natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde os tempos primitivos até hoje. Logo, não participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa.

O sentido da participação social não é simplesmente de alguém que toma parte de algo sem que haja mudanças no panorama social, político e/ou econômico, podendo este conceito ser comparado com o de voluntariado desenvolvido na sociedade atualmente.

Não somos ensinados a participar, quanto muito aprendemos a nos tornar críticos e a exigir direitos do governo, como se este fosse o “pai de todos”. A prática tem que ser constante para que futuramente tenhamos uma maior cultura de pessoas mais engajadas e preocupadas com o futuro. É preciso desprender-se da cultura do paternalismo, onde estamos esperando receber, mas raramente fazer.

Esta relação mostra o potencial do voluntariado como um meio de estimular essa participação, não podendo ser entendido como algo efêmero. É fundamental que seja considerado como uma nova cultura, um comportamento que precisa ser discutido, estimulado e reconhecido.

A participação em uma atividade voluntária pode ser estimulada, mas não imposta, como acontece no caso do exército, e entre outras, onde os jovens são obrigados a participar. A ação deve estar imbuída de espontaneidade, perdendo ela seu caráter voluntário no caso de imposições e obrigatoriedade. Tampouco pode ser dirigida ou manipulada, como é o caso de alguns casos de serviços sociais, desenvolvimento de comunidades ou trabalhos de pastorais.

A participação da escola na comunidade e desta na escola é algo que pode trazer excelentes resultados para ambos os lados. Ademais, existe uma gama de atividades que não necessita de investimentos governamentais; podendo os educadores formar parcerias não onerosas com fábricas, oficinas, lojas e desta forma proporcionar uma maior aprendizagem para seus alunos. Assim, os pais, alunos, funcionários e responsáveis juntos aos professores

¹⁴³ Para maiores detalhes verificar em: Bordenave, Juan Diaz. O que é participação?. São Paulo: Coleção primeiros passos, 1983

poderiam discutir sobre os maiores problemas da comunidade levando isso para dentro da sala de aula.

Através da ação voluntária é possível exercer essa participação. Atividades nas escolas, hospitais, instituições, campanhas sociais, ambientais, enfim, as diversas ações voltadas ao bem comum constituem-se num estímulo ao convívio social.

Baseando na filosofia de Emmanuel Levinas poderíamos criar uma cartilha sobre o programa de voluntariado, pois há uma explanação muito interessante sobre valores humanos. De acordo com seu pensamento na cultura oriental existem doze valores-chave, que devem ser praticados a fim de humanizarmo-nos cada vez mais, melhorando o relacionamento interpessoal e o comportamento ético:

1. Amor: sentimento que predispõe a desejar o bem de outrem;
2. Respeito: considerar e acatar pontos de vista, reconhecer e perceber o outro como semelhante;
3. Responsabilidade: responder pelos próprios atos;
4. Tolerância: desculpar, que admite e respeita opiniões contrárias;
5. Cooperação: colaborar, trabalhar em conjunto;
6. Felicidade: estado de consciência, gerado pela união dos sentimentos de amor e paz;
7. Harmonia: disposição ordenada entre as partes de um todo, equilíbrio;
8. Liberdade: faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação;
9. Unidade: Congruência entre consciência, pensamentos, sentimentos e ações;
10. Paz: ausência de lutas, violências, perturbações sociais ou de conflitos entre pessoas, serenidade;
11. Simplicidade: sem complexidade, sem luxo ou aparatos, humildade;
12. Honestidade: honrado, digno, íntegro.

Não é possível encontrar uma definição precisa a respeito dos valores, visto que cada indivíduo possui suas próprias crenças que se encontram em momentos distintos. A intenção é passar uma idéia do que seriam esses valores.

Vivenciar solidariedade é poder experimentar respeito e amor ao próximo, saindo do “Eu” para o “Outro”, doando-se em sentimentos e ações. Cada um é criador da própria felicidade e do próprio sofrimento, pois todas as coisas têm origem na mente. Sendo assim, é preciso assumir a responsabilidade por tudo aquilo de bom ou de ruim que experimentamos.

A prática dos valores independe do indivíduo possuir alguma crença religiosa ou mesmo de ser agnóstico, pois todos podem se empenhar pelos princípios morais. Basta ter disciplina e foco no crescimento pessoal.

Há alguns resultados que se observam a respeito do serviço voluntário citados por Domeneghetti¹⁴⁴ que estão interligados aos valores humanos:

- Restaura valores importantes que estavam adormecidos ou esquecidos;
- Enriquece espiritualmente e adquire uma nova personalidade repleta de bondade, humildade, etc.;
- Aumenta a responsabilidade e tolerância em relação a fatos e pessoas.

A autora ainda afirma que todo esse processo é gradual, além de vivenciado de maneira diferente por cada pessoa, que passa a perceber que o “sucesso na vida” - sendo ele profissão, riqueza - não é sinônimo de felicidade, pois este advém do interior e não do exterior. Observa-se a relação da prática dos valores humanos com o exercício do voluntariado, onde é possível vivenciá-los. O voluntariado não é e nunca será a solução dos problemas da humanidade, mas é um dos instrumentos capazes de transformá-la de dentro para fora.

Há uma forte relação entre o exercício do serviço voluntário e a prática dos valores humanos. Meister¹⁴⁵ comenta em seu livro sobre os valores norteadores de uma ação voluntária, que são: gratuidade (econômica, psicológica, etc.), compromisso (ao outro e à sociedade), prestatividade e cooperação, generosidade, altruísmo, amor, solidariedade, liberdade, justiça, ideais humanitários.

Ainda que houvesse tecnologia suficiente, capaz de proporcionar curas para as doenças; empresas para criar postos de trabalhos necessários aos mais de cinco bilhões de habitantes; reforma agrária para que todos tivessem direito a um pedaço de terra; vagas nas escolas e alimentos na mesa de todos os cidadãos e que os direitos básicos de todos fossem atendidos, mediante a falta de valores humanos entre as pessoas - seja pela decadência da fé ou pelo comportamento individualista alimentado pelo sistema econômico em que vivemos -, ainda assim a humanidade não estaria satisfeita.

Será que ninguém seria inescrupuloso a ponto de roubar um amigo, assassinar alguém seja por valores materiais, muito difundidos nos valores da sociedade contemporânea, seja

¹⁴⁴ Domeneghetti, Ana Maria M. de S.. *Voluntariado Gestão do Trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos*. Editora Esfera, São Paulo. 2001 pg. 91

¹⁴⁵ Meister, José Antônio Fracalossi. *Voluntariado: uma ação com sentido*. Porto Alegre Edipucrs, 2003

pelo poder ou pela ganância? Será que pessoas não seriam passadas para trás para conseguir uma promoção no trabalho, será que não haveria mentira ou tentativa de tirar proveito das situações fáceis?

O gênero humano está vivendo aflições e crises político-econômicas,

Todos os voluntários entrevistados acreditam que o serviço voluntário deva ser estimulado. De acordo com as porcentagens abaixo, a respeito de suas contribuições no serviço voluntário deve-se a:

- 82% devido ao crescimento pessoal; um voluntário diz o seguinte a esse respeito: “não é o que faz, mas o que ganha com isso aí, porque nos aprendemos muito com essas pessoas que ajudamos”.
- 44% atribuem uma melhora de trabalho em equipe; este diz: “todos participam igualmente, só às vezes aparecem; tem gente que não sabe muito ainda, não tem muito conhecimento, às vezes isso dificulta e atrapalha nosso trabalho”.
- 40% alegam descobertas de novas qualidades; um depoimento muito interessante diz: “uma vez me convidaram ir à frente falar, falar em público pelo amor de Deus ..., mas eu vou, que custa, estou num ambiente de pessoas boas ... eu fiquei tão contente comigo mesmo naquele dia ... gelado mas falei e fui aplaudido, por isso que estou fascinado, além de que estou dando e estou recebendo muito, me está fazendo perceber uma série de coisas que jamais pensei ser capaz de fazer”.
- 37% relatam uma melhora no relacionamento; uma senhora de 71 anos diz o seguinte: “eu estou com 71 anos de idade, mas as meninas me tratam como se fosse de 21-22 anos, assim com muito carinho; elas não me botam num pedestal porque não há razão para isso ... mais pela idade talvez botassem a vovó lá em cima, mas não, elas me tratam muito bem como se fosse uma moça como elas...”
- 37% acreditam ter um maior engajamento com as causas sociais; um dos voluntários mostra sua frustração com as seguintes palavras: “o povo brasileiro infelizmente não é preparado para este tipo de coisa, existe claro exceções que na realidade são os voluntários que tentam mudar algumas coisinhas, porque nosso trabalho realmente às vezes parece frustrante.”
- E 33% consideram uma forte melhora de relacionamento com os familiares; uma jovem voluntária argumentou: “tu para de cuidar um pouquinho de ti mesma, de teu lazer e vaidades, da relação com os amigos para prestar mais atenção aos familiares”

Além disso, todos acreditam que a atuação deles é importante para a comunidade, pensam em, mesmo fora da LSCSP, continuar se comunicando com as pessoas que

conheceram e ajudaram com o seu trabalho. Estes dados demonstram a grande interação entre o voluntário e a população local.

A grande maioria dos entrevistados (83,3%) afirma que os problemas sociais não prejudicaram a decisão de vir para a LSCSP. Um deles, inclusive, acredita que contribuiriam na decisão de continuar na instituição. No entanto, outros alertam para a importância do cuidado com a preparação na escolha da organização, tempo de atuação e atividade que irão desempenhar.

Foram vários os relatos a respeito dos impactos da ação desses voluntários na comunidade, no público diretamente beneficiado.

3.12 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Ao contrário do que, tantas vezes, se faz crer, o voluntariado não é uma relação superficial estabelecida a partir de ações concretas ou trocas objetivas; não é uma ligação motivada apenas pela satisfação de desejos e necessidades de um ou vários membros nela envolvidos; não é tão pouca a medida de uma relação momentânea ou passageira.

O voluntariado reporta-se a uma afinidade que envolve a totalidade do “ser” pessoa, enquanto existência e sentido. Pela solidariedade galgam-se as barreiras da fronteira biológica e da delimitação institucional e assumem-se ligações humanas sem que nenhum sinal evidencie e sustenha a sua existência.

O colorido e a riqueza de ser voluntário encontram-se prioritariamente no exercício de descoberta do outro... a possibilidade de uma relação construída na alteridade. O seu valor e a inigualável fecundidade estão precisamente em dar a oportunidade de se descobrir o “outro” e de, através deste, nos descobrirmos a nós próprios.

Esta é uma relação que por vezes falha, mas que vale sempre a pena tentar de novo, dado que só a genuinidade de ser voluntário nos permite simultaneamente a descoberta do outro e a possibilidade de, na comunicação com ele, construirmos a nossa própria identidade.

O homem necessita de partir ao encontro do seu igual, sentir o prazer de acalmar as tensões e acalorar as emoções com aqueles que não participam da mesma condição de vida.

Até este período do desenvolvimento humano o outro, os outros, aqueles que nos satisfizeram, os que nos deram, de forma privilegiada, uma resposta às necessidades de amor,

foram, sobretudo os nossos familiares ou algum companheiro de infância. Acontece, porém, que a humanidade começa a exigir outras formas de prazer, de desejo, exigindo outras respostas... E, assim, progressivamente, o voluntário começa a juntar-se do seu antigo universo afetivo e lança-se totalmente ao encontro do outro.

A nós, não apenas as investigações científicas, mas, sobretudo a observação diária permite-nos verificar que o conceito de voluntário entre as pessoas se aproxima de uma variedade de expressões que, apesar da sua extensão, nos parece importante assinalar: a afetividade, o amor, a cordialidade, a sensação de bem estar, a alegria, a intimidade e confiança, a sinceridade, o diálogo, a confrontação, a reciprocidade, a ajuda, a segurança, a aceitação do outro como ele é, o sacrifício, a estima, a admiração, a disponibilidade, o respeito, algo que se constrói a liberdade, a camaradagem e a solidariedade...

O voluntariado responde ainda às necessidades cognitivas do ser, já que lhes permite discutir sem limite o sentido da existência, as teorias filosóficas, políticas e sociais, da religião, da arte e da literatura. A confrontação num plano de reciprocidade de pontos de vista diferentes permite-lhes desenvolver estratégias cognitivas mais elaboradas e favorecer o acesso ao pensamento elaborado. Ela permite também conhecer melhor os outros, os seus pensamentos os seus sentimentos, o seu estado de alma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo nessa dissertação foi o de exemplificarmos e analisarmos a ética solidária: na Liga das senhoras Católicas de São Paulo, na concepção de Emmanuel Levinas, e como ela vai se constituindo a partir da ética na relação com o outro no pensamento de nosso autor.

A relação com o outro, enquanto ética, constitui a subjetividade e por isso a subjetividade e a relação com outro, surge à necessidade de ser ético e solidário.

O outro interpela o eu a sair desse movimento em que vivia em si, para viver para o outro. É o movimento de transcendência, momento metafísico descrito por Levinas em que o eu se relaciona com o outro, infinitamente outro. O outro não pode ser confundido com o mesmo, é uma diacronia não é nem simetria nem relação de iguais.

O outro é superior, é infinito e interpela o eu a ser ético, a ser responsável pelo outro. Assim a ética solidária vai se constituindo neste tempo em que não é igual para o eu e para o outro, mas que houve falhas.

É possível se reportar ao passado e se redimir, ou seja, pedir perdão pela falha cometida. Neste momento o sujeito tem o passado e o presente concomitantemente, podendo redimir-se do passado. Não é apagar ou esquecer-se da falta cometida, mas a possibilidade de retomar o erro para que a partir de então se continue a viver este tempo, porém agora redimido, ou seja é a possibilidade de reconstrução do tempo.

Para os voluntários da LSCSP o outro possui um face que fala, mesmo sem pronunciar nenhuma palavra, essa mesma face que interpela o eu a não praticar nenhuma violência, mas, bondade.

Para eles (voluntários) essa face, que não permite ficar indiferente diante deles, é como se a face fizesse um convite aberto e explícito para o cuidado, cuidado com a vida, cuidado com o que é frágil. Por isso esta face convoca o voluntário para uma responsabilidade, para a solidariedade com o outro.

Nós, nos encontramos atualmente envolvidos por tantos avanços das ciências, e da tecnologia, corremos o risco de não perceber a vida que está aí diante de nós, e que precisa da

nossa resposta. Corremos o risco de não perceber a face do outro que se encontra caído pelas ruas, o outro que em muitas situações está com sua dignidade ameaçada.

Nosso trabalho mostra que a LSCSP tem a sensibilidade de que Levinas chama de enxergar o outro como um ser humano. O outro que possui uma face, desnuda, ferida, machucada e precisa de alguém que resgate a sua humanidade.

A LSCSP, assim como Levinas, propõe um humanismo do outro homem em que o sujeito não fique mais sobre si mesmo, nem além da sua própria existência. Estas duas condições extremas impossibilitam o eu de acolher ao outro que está diante de si.

A proposta da LSCSP é fazer com que a face do outro não seja reduzida a um fenômeno, e que esta face não seja limitada às afeições do indivíduo, mas convida à transcendência.

A LSCSP abarca a filosofia de Levinas não permitindo que ela fique ensimesmada, envolta consigo mesmo, muito menos que sua instituição pretenda fazer qualquer representação da face de seus assistidos reduzindo-os a mera categoria conceitual. Pois eles são sempre únicos, novidade, suas faces são epifânia, manifestação permanente. Seus assistidos não são faces que prestam para qualquer apreensão, seja através de conceitos ou de representação. Cada um é original e deve ser respeitado é Alteridade que se manifesta diante de um eu solidário, convidando-o a ser ético a fazer o bem, do qual ele é portador desde sempre.

É a alteridade desses seres que leva a LSCSP a ser responsável. Tanto para a LSCSP como para Levinas o realmente outro se manifesta no indefeso, ele é o exemplo da bíblia do órfão, da viúva do estrangeiro.

Para o nosso autor e para a LSCSP o outro verdadeiramente outro é aquele, que o eu precisa ajudar sem exigir nem mesmo esperar nada em troca. Quando se ajuda o outro, o fará porque é responsável por ele.

Para Levinas a relação ética solidária ocorre como interpelação do outro que chama a LSCSP a se responsabilizar pelo outro, e ela demanda o envolvimento social. A LSCSP não pode ficar a espera que o outro venha a procurá-la. É a LSCSP que, segundo Levinas, tem a obrigação de ir ao encontro e de se responsabilizar por esse outro. A dimensão ética da solidariedade é proporcional a sua responsabilidade para com o outro.

Segundo o nosso autor a LSCSP está sendo convidada a transcendência que se manifesta para ela através da infinitude da face do outro.

O infinito é uma experiência humana da alteridade que independe da experiência das crenças religiosas. O infinito emerge no olhar do outro que é sempre inominável, e nunca pode ser reduzido a um conhecimento nem pode ser exaurido em categorias lógicas porque habita nele o infinito.

Deus se manifesta pelo infinito do outro, não precisa pertencer a esta ou aquela religião, segundo Levinas o eu na sua face inicial, antes da sua experiência com a alteridade, é um ser ateu. No momento da relação com o outro, a dimensão do infinito lhe convida á transcendência, a ser messias. Messias, que ao sentir as dores do outro, é interpelado para auxiliá-lo e a se comprometer com ele co-responsabilizando-se da sua sorte.

Aqui estamos constatando nossa hipótese de que a LSCSP segue a filosofia levinasiana em sua complexidade.

E na perspectiva levinasiana que se oferece uma nova perspectiva, permitindo e contribuindo para uma crítica social a partir da meta-física do ser humano, a partir da perspectiva da subjetividade. Levinas resgata a face como momento anterior à razão, à própria reflexão, situando a responsabilidade, a Ética, como anterior ao conhecimento de si-próprio. O Outro que clama, ensina e conduz à Abertura, ao Infinito e destrói não apenas o fechamento ontológico, a centralidade subjetiva no Si - mesmo que se basta, mas denuncia as relações e as situações (“Rostos”) de dominação, de exclusão, de marginalidade social.

Superando a noção de co-existência entre diferentes sujeitos, entre diferentes subjetividades, não se dá mais uma situação “alérgica” entre o Eu e Outro, perante a qual se busca uma convivência não conflituosa e somente tolerante¹⁴⁷. Há uma superação da “rivalidade”¹⁴⁸, onde me posiciono perante o Outro sem negá-lo e sem perder minha própria identidade.

Somos diferentes que convivemos em igualdade, sem rivalidades ou oposições: sem negar-me sou para o outro e esta “relação mantém-se sem violência - na paz com essa alteridade absoluta”¹⁴⁹. Estranho ao Eu, o Outro resiste. Mas enquanto esta “‘resistência’ do

¹⁴⁷ No tocante à “tolerância em P. Ricoeur” elucidador trabalho pode se encontrado em “O problema da tolerância em Paul Ricoeur” In César, Constança, *“A Hermenêutica Francesa – Paul Ricoeur”*, Porto Alegre: ed. EDIPUCRS, 2002.

¹⁴⁸ A “rivalidade cultural” em P. Ricoeur, é elemento decorrente da própria diversidade e alteridade cultural, a qual pode ser superada através da “tolerância”.

¹⁴⁹ TI, p. 176

Outro não me faz violência, não age negativamente, (mas) tem estrutura positiva, ética”¹⁵⁰, mesmo como concorrente não ameaça, mas no seu acolhimento o Outro, Infinito, conduz à abertura, à exterioridade, à liberdade da Transcendência.

Aponta Levinas que uma humanidade onde se assegure tanto individualidade como a comunidade, tanto o Eu como a acolhida do Outro, constitui a própria idéia de humanidade.

Assim:

O próprio estatuto humano implica a fraternidade e a idéia do gênero humano...a fraternidade humana tem assim um duplo aspecto, implica individualidades... a singularidade consiste em cada uma se referir a si própria. Implica por outro lado, a comunidade de pai, como se a comunidade do gênero se aproximasse suficientemente. É preciso que a sociedade seja uma comunidade fraterna para estar à medida da retidão – da proximidade por excelência – na qual o Rosto se apresenta ao meu acolhimento¹⁵¹

Inaugurando e apontado que “a sociedade não decorre da contemplação do verdadeiro”¹⁵², mas somente é na “relação com outrem nosso mestre (que se) torna possível a verdade”¹⁵³ podemos, a partir do pensamento de Levinas, apresentar uma nova crítica social. Partindo da face-a-face, a “obediência” e a “responsabilidade” deste encontro, apresentam um novo elemento: “a verdade liga-se assim à relação social, que é justiça”¹⁵⁴. E é justamente no encontro, na abertura, na superação do egoísmo, na Alteridade, que se ancora a verdadeira natureza humana, e de justiça social: “A justiça consiste em reconhecer em outrem o meu mestre”¹⁵⁵. Um reconhecimento subjetivo e pessoal, uma relação anterior a toda e qualquer racionalidade ou estrutura social, uma relação individualizada e responsável entre Eu e o Outro através de seu acolhimento e de sua independência. Uma relação de igualdade “em face do outro como Rosto. No acolhimento do Rosto, instaura-se a igualdade”¹⁵⁶. Uma relação entre estranhos e entre livres, mas onde reconheço na face do outro o meu mestre, o Infinito, a Transcendência. Segundo Pivatto:

A passagem do Infinito deixa um vestígio que a responsabilidade significa, inaugurando o reino da Bondade, a possibilidade da paz e da fraternidade,

¹⁵⁰ TI, p. 176

¹⁵¹ TI, p. 192

¹⁵² TI, p. 59

¹⁵³ TI, p. 59

¹⁵⁴ TI, p. 59

¹⁵⁵ TI, p. 59

¹⁵⁶ TI, p. 192

sem que isto seja entendido como ela altruísta ou derivado de um imperativo categórico à guisa kantiana”¹⁵⁷.

É justamente como colaboradora que se apresenta a crítica social de Levinas: atuando a partir da subjetividade que atinge não apenas o homem, mas a partir desta, a pessoa no âmbito de sua relação social e cultural. Atinge a pessoa não apenas em sua dimensão histórica e econômica, mas a partir deste contato, desde o apelo da nua realidade da Face, atinge sua própria subjetividade, atinge ao si próprio e exige a abertura, a responsabilidade, o engajamento.

Em dimensões que se completam, as críticas se somam e apontam para o combate à atual sociedade marcada por sua totalidade, por sua conduta imperial e absoluta, pela sua conduta egoísta em que se situa o homem contemporâneo. Não basta a solidariedade, mas se faz necessária a abertura, a superação do egoísmo do si-próprio e da negação do outrem, na superação do absolutismo cultural, político, econômico e social que impera na sociedade contemporânea.

Assim percorremos esse caminho sobre o pensamento de Levinas com a ação ética solidária da LSCSP. Pois, para Levinas, a paz é possível diante das diferenças em que cada um é respeitado na sua individualidade, na sua forma de pensar e ver as coisas. Que cada um tem um eu que se expressa e exclama: “eis-me aqui” envia-me a mim. No eis-me aqui o eu está disposto a assumir as dores, o sofrimento e a tristeza do outro.

Não esgotamos aqui, sem menor dúvida o pensamento de Levinas e a ação da LSCSP. Este é apenas um convite para continuarmos esta investigação de uma forma diferente de se pensar em ética solidária nos dias atuais, uma ética que não parte mais do eu, centrado em si mesma, mas sim da interpelação que o outro me faz.

E certamente para nós ocidentais este é o nosso grande desafio.

¹⁵⁷ Pivatto, P. S. Ética da alteridade. In: Oliveira, Manfredo A. de (Org.) *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 362/3

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: EDIPRO, 2002.
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Organizado por Antônio Abranches. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1993.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1991.
- _____. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- ASSAMANN, Hugo & SUNG, Jung Mo. *Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- ASSIS PACHECO, Olandina M. C. de. *Sujeito e Singularidade. Ensaio sobre a Construção da Diferença*. Rio de Janeiro. Zahar Editor. 1996.
- BADIOU, Alain. *O Ser e o Evento*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar Ed.. 1996.
- _____. *Para uma Teoria do Sujeito*. Rio de Janeiro. Editora Reluma-Dumará. 1994.
- BATNITZKY, Leora. *Leo Strauss and Emmanuel Levinas*. New York: Cambridge University Press, 2006
- BERGER, P. L.; Luckmann, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação?*. São Paulo: Editora brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 1983
- BOSI, Alfredo. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro Editora, 2006
- BURKE, Peter (Org.), Tradução de Magda Lopes. *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- BUTTRICK, George Arthur. *Names of God. The Interpreter's Dictionary of the Bible*. New York: 1962.
- CARVALHO, Marília P. *No Coração da Sala de Aula: Gênero e Trabalho Docente Nas Séries Iniciais*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1995.
- CÉSAR, Constança, “A Hermenêutica Francesa – Paul Ricoeur”, Porto Alegre: ed. EDIPUCRS, 2002.
- CHALIER, C. *La trace de l'infini – Emmanuel Levinas et la source hébraïque*. Paris: Cerf, 2002.

- _____. *Pour une morale au-delà du devoir - Kant et Levinas*. Paris: Albin Michel, 1998
- CHALITA, G. *Os dez mandamentos da ética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM), *Conclusões da Conferencia de Puebla: Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CORULLÓN, Monica & WILHEIM, Ana Maria. *Voluntários: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil*. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1996.
- COSTA, Marcio Luis, *Levinas: uma introdução*. Petrópolis, Vozes, 2000
- DEMASI, Domenico. *O Ócio Criativo*. Entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOMENEGHETTI, Ana Maria Martins de Souza. *Voluntariado Gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Editora Esfera, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. O Uso dos Prazeres*. Vol. II. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1984
- FREIDSON, E. *O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN Jr., Moisés, (orgs). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- GIACOIA Júnior, Oswaldo. Hans Jonas: o princípio responsabilidade. In: Oliveira, M. A. de (Org.) *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HUGO Assann & SUNG Jung Mo. *Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- KOSKY, Jeffrey L.. *Levinas and The Philosophy of Religion*. USA: Indiana University Press, 2001
- LEVINAS, E. *De Deus que vem á idéia*. Petrópolis: Editoras Vozes, 2002.
- _____. *El Tiempo y el Outro*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 1993.
- _____. *Entre Nós: Ensaio sobre alteridade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- _____. *Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *Quatro Leituras Talmúdica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.0 de 1926- 1927.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.1 de 1928-1932.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.2 de 1932-1933.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.3 de 1934-1936.

- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.4 de 1937-1939.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.5 de 1939-1945.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.6 de 1939-1945.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.7 de 1945-1950.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.8 de 1950-1965.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.9 de 1965-1971.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.10 de 1971-1978.
- _____. Relatório da administração da cidade de São Paulo, Livro n.11 de 1978-1982.
- LIMA, Jane Roldan Pinto de. *Subjetividade como Responsabilidade por Outrem*. Dissertação de Mestrado em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP
- LOURO, Guacira Lopes. *As mulheres na sala de aula*, In, *Historia das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. *A Transfiguração do Político: A Tribalização do Mundo*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre. Editora Sulina. 1997.
- MEISTER, José Antônio Fracalossi. *Voluntariado: uma ação com sentido*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003
- MORA, J. F. *Ética*. In. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORIN, E. *A sociedade em busca de Valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997.
- NETO, Francisco P. De M. E Froes, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2004.
- _____. *Responsabilidade Social&Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2005.
- NOZICK, Robert. *La naturaleza de la racionalidad*. Barcelona: Paidós, 1995
- NUNES, Etelvina P. L.. *O Outro e a face: problemas da alteridade em Emmanuel LEVINAS*. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, 1993.
- OLIVEIRA, Malfredo A. de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993
- PETROSINO, S., Rollnd, J.. *La Vérité nômade – introduction à Emmanuel Levinas*. Paris: la découverte, 1984.
- PIVATTO, P. S. *Ética da alteridade*. In: Oliveira, Malfredo A. de (Org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RAMPAZZO, Lino, *Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*, Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998

- RESCHER, Nicolas. *La racionalidad: una indagación filosófica sobre la naturaleza y la justificación de la razón*. Madrid: Tecnos, 1993
- RICHARD, Pablo. *Força Ética e Espiritual da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ROSS, Allen. 'Filantropía'. In: *Enciclopédia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madri: Aguillar, 1974, vol. 4.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego diagnóstico e alternativa*. São Paulo: Editora Contexto, 2000
- SILVA, Márcio Bolda da. *Face e Alteridade: pressupostos da ética comunitária*. São Paulo: Editora Paulus, 1995.
- SUNG, J. Mo e SILVA, Josué C. da. *Conversando sobre ética e Sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- SUNG, Jung Mo. *Sementes de Esperanças: A fé em um mundo em crise*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- TEIXEIRA, Nelson Gomes, *A Ética no mundo da Empresa*, São Paulo: Editora Pioneira, 1991
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis. Vozes. 1994

ANEXOS

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Este formulário tem o objetivo de verificar a sua opinião, a respeito do Voluntariado na Liga das Senhoras Católicas de São Paulo e a avaliação sobre a afetividade deste tipo de trabalho. Os resultados deste instrumento serão apresentados de forma agregada e utilizados em trabalho de pesquisa acadêmica. Sou mestranda da PUCSP, meu interesse nesta pesquisa é poder colaborar sobre pesquisas voltadas as ONGs trazendo maior contribuição ao tema de voluntarismo.

Sua participação é muito importante, pois dela resultarão todos os aspectos positivos ou negativos deste trabalho.

Por favor, queira dispor de alguns minutos para responder as questões do seu dia-a-dia e responda a todas as perguntas de acordo com sua interpretação.

1) Idade_____

2) Sexo: () Feminino () masculino

3) Grau de instrução

() ensino fundamental () ensino médio

() graduação especificar_____

() pós graduação () nenhum destes

4) Além do trabalho de voluntário/a você trabalha () sim () não

5) Há quanto tempo é voluntário/a_____

6) Como ficou conhecendo a LIGA

() propaganda () Internet

() Jornal () folheto

() através de amigos () Nenhum destes

7) Quantas horas você se dedica na LIGA?

() uma a duas horas () duas a três horas

() quatro a cinco horas () mais de cinco horas

8) Quantas vezes por semana?

() uma vez por semana () duas vezes por semana

() mais de três vezes por semana () outras

especifique_____

9) Em poucas palavras diga o que você entende por VOLUNTÁRIO/A?

10) A que unidade você pertence? _____

11) Qual sua área de atuação? _____

12) Explique em poucas palavras o que você faz

13) Porque você resolveu ser voluntário/a?

14) O que o/a motivou a trabalhar na unidade em que está atuando?

15) Diga quatro motivos para **NÃO** ser voluntário/a?

16) Que outra atividade voluntária gostaria de fazer, além da que já estar atuando?

17) Você acha que o trabalho voluntário/a é bem divulgado () sim () não

Se sua resposta for não explique porque e o que você aconselharia?

18) Qual sua expectativa com o trabalho voluntário na LIGA?

19)

25) Você quis atuar como voluntário nesta instituição / projeto para:

- Contribuir para transformação social
- Conhecer pessoas e fazer novas amizades
- Conhecer melhor a cultura local
- Conhecer uma realidade diferente da sua

26). Acredita que este tipo de serviço deveria ser estimulado? () Sim () Não

27) Acredita que sua atuação foi importante para a localidade? () Sim () Não

28) Pretende continuar se comunicando com quem conheceu durante o serviço desenvolvido?

Sim () Não

29) Pensa em voltar para atuar como voluntário mais vezes? () Sim () Não

30) O que diria a alguém que pretende visitar o local onde atuou ou atua como voluntário? _____

31) Os problemas sociais prejudicariam a sua decisão em voluntariado? () Sim () Não

32) Que público e área foi beneficiada com sua ação como voluntário?

- Crianças
- Jovens
- Adultos
- Idosos
- Doentes
- Portadores de necessidades especiais
- Área da Saúde
- Área da Educação
- Área da Habitação
- Área do Meio Ambiente
- Outros _____

33) Deixe uma frase que resuma a atuação voluntária

Agradeço por sua participação

ANEXO 2

JORNAL DA LIGA

INSTITUTO VOTORANTIM RENOVA PARCERIA NO

"O Programa de Qualificação Profissional é uma iniciativa sólida e consistente e que, em 2004, mostrou resultados positivos. Além disso, o Instituto Votorantim tem como público prioritário o jovem, que coincide com a proposta de atuação do QP. Essas informações somadas foram levadas em conta na deliberação de nosso conselho em renovar a parceria para 2005."

NOVOS CURSOS - A parceria neste ano consiste, principalmente, na substituição do curso de Marcenaria pelo curso de Suporte Técnico em Microcomputadores. O Instituto Votorantim patrocinou toda a compra

NSE Profissionalizante conta também, com o apoio do Instituto Hedging Griffo em ações da Rede de Empregabilidade Social, apoio em ações culturais, fornecimento de alimentação aos jovens e taxas de administração do programa.

Para o próximo ano o NSE Profissionalizante pretende implantar o curso de Web Design, ampliando a área de informática e acrescentar novas modalidades no curso de cabeleireiro como: manicuro e pedicuro, depilação e maquiagem.

PELO TRABALHO COM VOLUNTARIOS



A LIGA recebeu o SELO ORGANIZAÇÃO PARCEIRA DO CVSP - Centro de

Milú Villela, presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, durante a cerimônia.

Ao todo a LIGA tem 200 voluntários espalhados por suas unidades que estão localizadas em vários bairros de São Paulo.

ANEXO 3

ENDEREÇOS DA LIGA

LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO

CEI PRIMEIROS PASSOS
CNPJ: 60.597.044/0019-00

Av. Eng. Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985 3781.8367
Jd. Educandário crecheppassos@ligasolidaria.org.br

CRESCER

Av. Eng. Heitor Antonio Eiras Garcia, 5985 3785.3060
Jd. Educandário 3785.4425 eddrefeitorio@ligasolidaria.org.br

UNIDADES PROVEDORAS

ENDEREÇOS

FONES

E-MAILS

COLÉGIO SANTA AMÁLIA 1
CNPJ: 60.597.044/0010-63

Av. Jabaquara, 1673
Saúde

5071.3555

csa@colegiosantaamalia.com.br

COLÉGIO SANTA AMÁLIA 2
CNPJ: 60.597.044/0032-79

Rua Emílio Mallet, 413
Tatuapé

6942.7464

tatuape@colegiosantaamalia.com.br

RECANTO MONTE ALEGRE
CNPJ: 60.597.044/0020-35

Av. Eng. Heitor Antonio Eiras Garcia, 5531
Jd. Educandário

3782.0888

recanto@recantomontealegre.com.br

LAR SANT'ANA

Rua Bernarda Luiz, 129

3188

ANEXO

DIRETORIA GERAL DA LIGA

Conselhos

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO

•Alex Maluf•Alex Waldemar Zornig•Antonio Ermirio de Moraes

CONSELHO HONORÁRIO

•Cecília Nóbrega da Rocha Azevedo•Filomena Matarazzo Suplicy•Lourdes Vilella•Rosa Rachel V. de A. Almeida Nogueira Junqueira

Presidentes

1921 a 1928 - Guiomar Ataliba Penteadó

1928 a 1930 - Zélio Fogaça Street

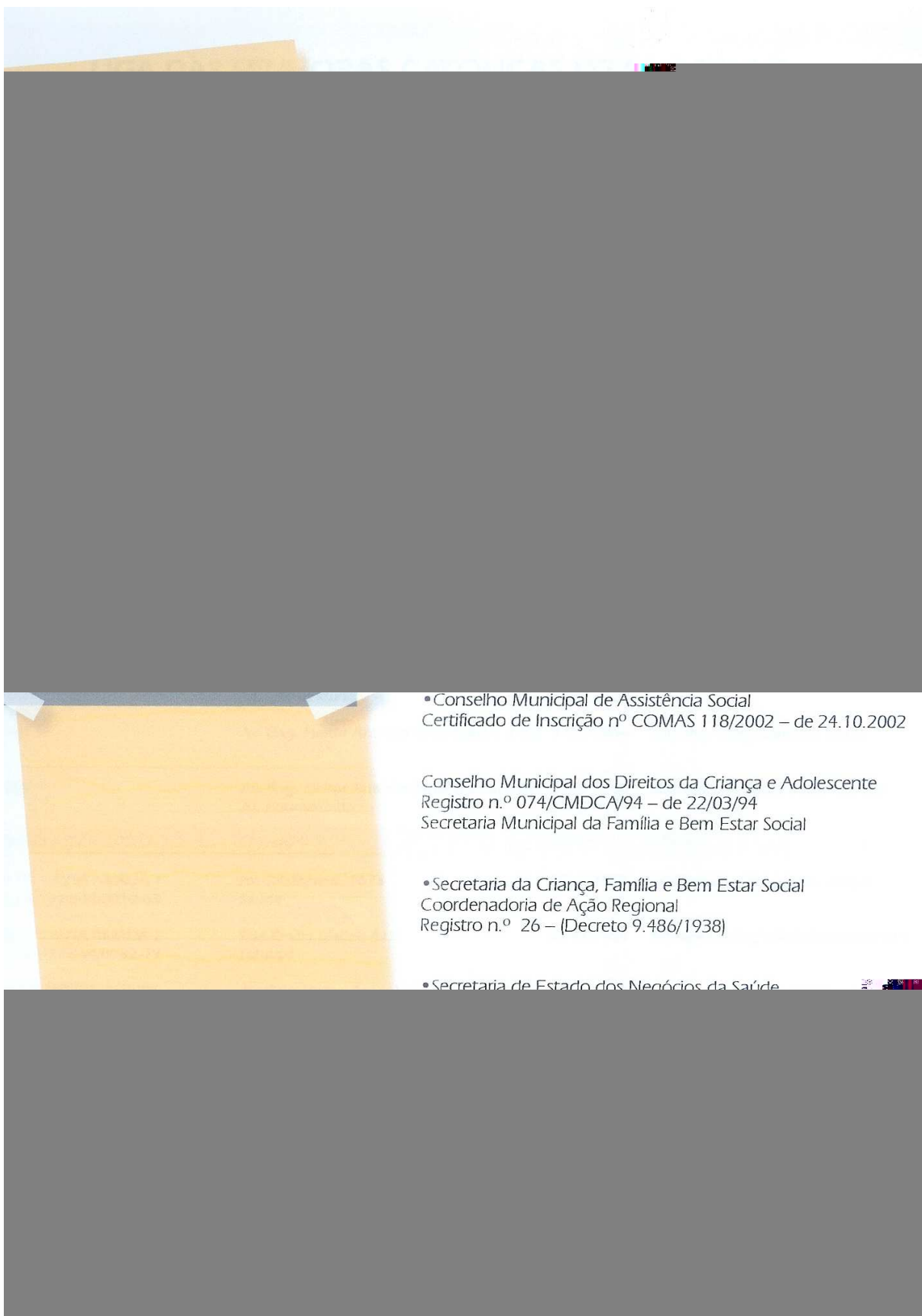
ANEXO 5

CONSELHOS DE VOLUNTARIOS DA LIGA E PRESIDENTES 1921 A 2006



ANEXO 6

TODOS OS REGISTROS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUCUPAIS DA LIGA



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)